

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO**

**EM BUSCA DE UM CONCEITO DE INDIVÍDUO: ANÁLISE  
HISTORIOGRÁFICA DAS ESCRITAS DE LUCIEN FEBVRE E CARLO  
GINZBURG**

**CUIABÁ – MT  
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO**

**SÍLVIA SGROI BRANDÃO**

**EM BUSCA DE UM CONCEITO DE INDIVÍDUO: ANÁLISE  
HISTORIOGRÁFICA DAS ESCRITAS DE LUCIEN FEBVRE E CARLO  
GINZBURG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Mato Grosso para obtenção do título de Mestre em História, junto ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado. Área de concentração: História Territórios e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Temporalidade e espacialidades.

**Orientador: Profº Drº. Marcus  
Silva da Cruz.**

**CUIABÁ – MT  
2013**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

S523b Brandão, Sílvia Sgroi.

Em busca de um conceito de indivíduo: análise historiográfica das escritas de Lucien Febvre e Carlo Ginzburg. / Sílvia Sgroi

Brandão. -- 2013

90 f. ; 30 cm.

Orientador: Marcus Silva da Cruz.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Historiografia. 2. Indivíduo. 3. Sociedade. 4. Escola dos Annales. 5. Micro-História. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT  
Tel: (65) 3615-8493 - Email: gerapesquisa@gmail.com

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO : “Em busca de um conceito de indivíduo: análise historiográfica das escritas de Lucien Febvre e Carlo Ginzburg”.**

**AUTOR: Mestrando: Sílvia Sgroi Brandão.**

**Exame de qualificação em: 31/10/2012**

**Defesa em 30/04/2013**

**Composição da Banca Examinadora:**

**Presidente Banca / Orientador: Doutor Marcus Silva da Cruz.  
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO.**

**Examinador Externo: Doutor Milton Carlos Costa.  
Instituição: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA.**

**Examinadora Interna: Doutor Leandro Duarte Rust.  
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO.**

**Examinador Suplente: Doutor Candido Moreira Rodrigues.  
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO.**

**CUIABÁ, 10/07/2013.**

# **EM BUSCA DE UM CONCEITO DE INDIVÍDUO: ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS ESCRITAS DE LUCIEN FEBVRE E CARLO GINZBURG**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em História e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Cuiabá, 30 de Abril de 2013.

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Drº Marcus Silva da Cruz.  
Orientador.  
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

---

Prof. Drº Leandro Duarte Rust.  
Examinador interno.  
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

---

Prof. Drº Milton Carlos Costa.  
Examinador externo.  
Universidade Estadual Paulista – UNESP.

---

Prof. Drº Candido Moreira Rodrigues.  
Suplente.  
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

## **Dedicatória**

*Dedicar a quem mais senão a quem me deu a vida e a vontade de estudar e trabalhar. A quem sempre disse “vai em frente”. A quem fez do primeiro tombo, das primeiras tentativas de andar, um aprendizado para a vida. Àqueles que nunca desistiram de me ensinar, mesmo quando isso era uma tarefa árdua. Este trabalho é dedicado a minha mãe Andréa Sgroi Brandão e ao meu pai Marcio Salles Brandão. Vocês serão sempre meus mestres.*

## Agradecimentos

*Tantos nomes deveriam aparecer aqui e merecem um agradecimento especial... Agradeço, portanto, a algumas pessoas fundamentais para a concretização deste estudo. Os colegas e professores do Mestrado, que com suas indicações e leituras me mostraram por onde deveria seguir. À minha família, pelo apoio incondicional em minhas decisões, principalmente na escolha do curso, sem o apoio deles talvez este momento não chegasse e eu não estaria contando esta história. Pai, mãe, Henrique [meu irmão], do fundo do meu coração, obrigada, por saberem escutar, pelo ombro amigo, pela paciência e por todas as sábias palavras que me ajudaram sempre. Ao meu noivo, Helito, o ombro que esteve sempre ali pronto para segurar umas lágrimas, para me fazer sorrir... E finalmente, mas não menos importante, ao meu orientador, professor doutor Marcus Silva da Cruz, a quem eu tenho uma admiração e um respeito enorme, que acreditou em mim e indicou os caminhos a serem seguidos nessa “insana jornada”. À todos, Muito Obrigada!*

*[...] A História diz o que se fez, mas não o que se deve fazer. [...] A história não é uma erudição árida, um catálogo inconsciente de datas relativas a nomes próprios: a história também não é um relato dramático, um belo quadro, um espetáculo atraente. A história não é um instrumento de debate, uma arma, um mecanismo de partido. Não é, enfim, um cálculo de probabilidades, um saber fácil e cômodo cujo tema seria o passado e que não exigiria de nós nenhuma contribuição. A missão da história é registrar em cada século o que o homem foi nesse período de sua existência, para que um dia, ao se compararem todos esses dados, se possa dizer o que é o homem. [...]*

**François Hartog**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
-------------------------	----

### **CAPÍTULO 1**

#### ***A TRANSIÇÃO DO CONCEITO DE INDIVÍDUO DO SÉCULO XIX PARA O XX: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTORIOGRÁFICA***

<i>1.1 TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA</i> .....	17
<i>1.2 MOMENTO DE TRANSIÇÃO: QUEBRA DE PARADIGMAS</i> .....	31
<i>1.3 A HISTORIOGRAFIA DA ESCOLA DOS ANNALES</i> .....	33
<i>1.4 O CONCEITO DE INDIVÍDUO NO ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XX</i> .....	35
<i>1.5 A PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA DA MICRO-HISTÓRIA</i> .....	42

### **CAPÍTULO 2**

#### ***O CONCEITO DE INDIVÍDUO EM LUCIEN FEBVRE E CARLO GINZBURG***

<i>2.1 A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE LUCIEN FEBVRE</i> .....	47
<i>2.2 O PROBLEMA DA INCREDULIDADE NO SÉCULO XVI: A RELIGÃO DE RABELAIS</i> .....	48
<i>2.3 A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE CARLO GINZBURG</i> .....	55
<i>2.4 O QUEIJO E OS VERMES: O COTIDIANO E AS IDEIAS DE UM MOLEIRO PERSEGUIDO PELA INQUISIÇÃO</i> .....	58

### **CAPÍTULO 3**

#### ***ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS ESCRITAS DE LUCIEN FEBVRE E CARLO GINZBURG: RELAÇÃO INDIVÍDUO/COLETIVIDADE***

<i>3.1 O CONCEITO DE INDIVÍDUO EM LUCIEN FEBVRE</i> .....	66
<i>3.2 O CONCEITO DE INDIVÍDUO EM CARLO GINZBURG</i> .....	75

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	84
-----------------------------------	----

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	88
---	----

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem um caráter historiográfico, visto que analisa em seu corpus documental livros ou obras de história. As obras selecionadas para tratar o tema do “conceito de indivíduo” no pensamento historiográfico do século XX foram a de Lucien Febvre “O Problema da Incredulidade no Século XVI” e a de Carlo Ginzburg “O Queijo e os Vermes”. A escolha se deu principalmente pelo fato de que nelas seus autores discutem a problemática do indivíduo, tanto Ginzburg, quando escreve sobre Menocchio, um moleiro do Friule, com sua maneira peculiar de ver o mundo, quanto Febvre, quando analisa o caso de Rabelais, um pensador do século XVI, tentando demonstrar que seu personagem não era ateu, mais que isso, Febvre tenta demonstrar que era impossível ser ateu no século XVI em decorrência do instrumental mental daquele momento. E ao analisar esses dois homens, os autores discutem o conceito de indivíduo e o seu papel na história, construindo abordagens que foram e ainda são emblemáticas, pois influenciaram o pensamento historiográfico do século XX.

O objetivo desse trabalho é analisar, numa perspectiva historiográfico/comparativa, o conceito de indivíduo em “O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição”, de Carlo Ginzburg e em “O Problema de Incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais”, de Lucien Febvre, para tanto faz-se necessário caracterizar as correntes historiográficas desse período, dando ênfase principalmente na Escola dos Annales, em sua primeira geração, e na Micro-História. Além de contextualizar apresentando tanto as obras quanto os autores inseridos em seus respectivos contextos historiográficos e também fazer uma breve apresentação do conceito de indivíduo na perspectiva biográfica, uma vez que fazer essa discussão, ainda que não esgote a temática devido a sua complexidade, nos servirá de base para desenvolver nossa reflexão.

Nesse sentido entendemos que explorar a validade dessas hipóteses de trabalho implica colocar o debate historiográfico dos Annales e da Micro-história em relação com outros contextos historiográficos e com outros debates que têm em comum com eles as preocupações sobre os limites e as possibilidades da disciplina histórica hoje, e isto não constitui um objetivo menos importante. Desse modo talvez seja possível considerar essa pesquisa como um estudo de casos específicos cujos objetivos não se limitam à interioridade do seu problema, mas pretendam iluminar questões mais gerais, sem perder a especificidade e originalidade de seus objetos.

Dessa forma, os objetivos desse trabalho se inserem justamente no quadro de balanço e de interrogação sobre o alcance e os sentidos desse extenso e diversificado debate, ainda em andamento. Nossa escolha inicial consistiu, entretanto, em analisá-lo a partir de um ponto de vista mais circunscrito. Para isso decidimos interrogar a produção histórica nas últimas décadas a partir da análise detalhada das obras de Lucien Febvre e Carlo Ginzburg, dando ênfase nas seguintes

obras: "O problema da Incredulidade no século XVI: a Religião de Rabelais" e " O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição".

A utilização dessas obras baseou-se na grande relevância que ambos os autores têm no âmbito historiográfico. Lucien Febvre por ser um dos criadores da corrente dos Annales. Corrente esta que propôs uma “revolução”<sup>1</sup> na forma de se fazer e de se pensar a história. Essa “revolução” que fez com que se mudasse o foco da observação, passando a ser uma história interessada em descobrir os homens em sociedade. Já Carlo Ginzburg foi escolhido por ser o autor que, de certa forma também foi influenciado pelos Annales, contribuiu para a criação da perspectiva historiográfica denominada Micro-História, no qual o historiador passa a diminuir o foco de sua observação tentando analisar as particularidades e as singularidades dos indivíduos.

O tema escolhido é de grande importância no campo da historiografia, visto que diante de um processo denominado de “primeira crise historiográfica”, ou seja, do esgotamento dos antigos modelos e das velhas concepções de se fazer história, como as do historicismo e as do positivismo, por exemplo, foram surgindo, ao longo do século XX, novas propostas e novas respostas frente à essa crise, como diversas buscas por novos campos temáticos. Algumas dessas buscas ganharam maior destaque, como as da Escola dos Annales, na primeira metade do século XX. No que concerne à Micro-História, perspectiva historiográfica surgida no último quarto do século, como uma reação às concepções hegemônicas no pensamento histórico do último quartel do noventa, com especial atenção para a discussão do lugar do indivíduo no devir histórico. Apesar das suas diferenças as duas obras a serem analisadas abordam temas voltados para a exploração do cultural, do mundo do símbolo, da linguagem e da representação mental.

Nessa pesquisa ousaremos abordar hipóteses que podem ser consideradas como desafiadoras para muitos historiadores há décadas, pois tratam de questões teóricas e por sua natureza, não são tão simples de serem resolvidas e nem de se chegar a um consenso entre os estudiosos da área. É desnecessário dizer que não temos a ingênua pretensão de oferecer respostas definitivas às questões levantadas e nem definições precisas dos conceitos como historiografia, indivíduo e sociedade. Portanto, registra-se desde já que não temos a intenção de buscar respostas definitivas (o próprio estudo desses conceitos mostra que eles foram pensados, analisados e utilizados de forma diferente a cada geração e que por isso cada um tem sua historicidade). Outro ponto que deve ser destacado é que essa pesquisa trata de faces de um mesmo grande problema, ou seja, o problema do conhecimento da história e das sociedades.

Quanto ao referencial teórico, três categorias formam a base das referências teóricas e metodológicas desta pesquisa, que são os conceitos de historiografia, indivíduo e sociedade.

---

<sup>1</sup> Essa pesquisa entende que o empreendimento desenvolvido pela Escola dos Annales causou uma inovação no campo historiográfico, a ponto de muitos autores classificá-la como uma “Revolução na historiografia do século XX”. No entanto cabe ressaltar que temos a total consciência de que há outras perspectivas que não reconhecem esse movimento como uma revolução, aos moldes de Peter Burke, como é o caso, por exemplo, de François Dosse.

Referenciais esses que nos proporcionam um grande desafio, visto que se não tivermos em mente nossos objetivos, corremos o risco de não conseguirmos dar conta deles, utilizando-os de maneira inadequada, tamanha sua complexidade. Mas para não correremos esse risco, partiremos da premissa de que se compreendermos desde já que se tratam de conceitos organicamente conectados, principalmente os conceitos de indivíduo e sociedade, quando não se resumem a mesma coisa observados de ângulos diferentes. Essa proposta de abordagem pode ser entendida como um esforço de “reação” a uma tendência do nosso pensamento de sempre construir conceitos a partir de polarizações binárias, ou seja, como se esses conceitos fossem necessariamente opostos entre si.

Segundo Jurandir Malerba,

nosso cérebro tem a tendência em operar, em criar conceitos a partir de antinomias, polaridades complementares e antagônicas. Em geral, esses conceitos históricos, verdadeiros fundamentos teóricos da disciplina, são construídos “em oposição à”, ou pelos menos “em relação à”: o acontecimento é algo que se define ante a estrutura ou em relação a ela. Mas há outras complementaridades possíveis, como sujeito histórico versus estrutura social. No caso do estabelecimento de determinações, o primeiro termo define o reino da vontade e da ação; o segundo o imperativo das necessidades – e o limite da ação.<sup>2</sup>

No decorrer da pesquisa tentaremos pensar não em oposição, mas sim em relações, ou seja, pensar que esses conceitos de historiografia, indivíduo e sociedade podem estar conectados e como foram aproximados ou separados por algumas correntes de pensamento histórico ou historiográfico. Por outro lado, vale ressaltar que não é a intenção desse trabalho fazer uma apresentação da história dos conceitos, como exigiria Koselleck. Os autores que utilizaremos, terão a função apenas de ilustrar posições, tendências e concepções.

Portanto, temos que ter em mente que estamos tratando com conceitos articulados. O percurso escolhido, partindo do conceito de historiografia, depois pelo conceito de sociedade, para desaguar na concepção de indivíduo, tem sua justificativa. Isso é o que vamos tentar fazer ao longo da pesquisa.

Segundo o historiador Jurandir Malerba, historiografia “é a representação do passado”. Nessa perspectiva, em seu artigo “Em busca de um conceito de historiografia”, ele trás algumas definições desse conceito, tais como:

[...] historiografia, produto resultante da prática dos historiadores em geral. E não há motivo para se questionar, a princípio, tal definição, esposada por renomados historiadores da história como Charles Olivier Carbonell: ‘O que é historiografia? Nada mais que a história do discurso — um discurso escrito e que se afirma verdadeiro — que os homens têm sustentado sobre o seu passado. É que a historiografia é o melhor testemunho que podemos ter sobre as culturas

<sup>2</sup> MALERBA, Jurandir. **Ensaios: teoria, história e ciências sociais**. Londrina: Eduel, 2001. p. 89.

desaparecidas, inclusive sobre a nossa — supondo que ela ainda existe e que a semiamnésia de que parece ferida não é reveladora da morte. Nunca uma sociedade se revela tão bem como quando projeta para trás de si a sua própria imagem. Rüsen, por sua vez, que define Historiografia como produto intelectual dos historiadores, reafirma tanto a historicidade da historiografia quanto sua efetividade textual. Para o historiador alemão, com efeito, o conhecimento científico obtido pela pesquisa exprime-se na historiografia, para a qual as formas de apresentação desempenham um papel tão relevante quanto o dos métodos para a pesquisa.<sup>3</sup>

Ainda nesse artigo, Malerba, emprega o termo, que segundo ele, é mais aceitável, tal como Certeau o emprega, ou seja, a historiografia serve para designar a operação mesma em que consiste o conhecimento histórico depositado na obra. Isso quer dizer que a “historiografia passa a ser, desse modo, parte integrante da pesquisa histórica, cujos resultados se enunciam, pois, na forma de um ‘saber redigido’ ”<sup>4</sup>. Ou seja, historiografia seria uma forma de representação da história.

Para Julio Aróstegui, historiografia é sinônimo de História, mas essa formulação não se baseia no que os historiadores fazem, mas sim, na crítica do que fazem, visto que a historiografia está embasada numa elevada reflexão teórica, cuja ênfase é a reflexão sobre a natureza do histórico e o modo pelo qual se conhece a História.

Aróstegui investe contra historiadores franceses como Carbonell e Le Goff, por exemplo, que conferem ao termo historiografia o significado de “história da história”, da mesma forma que recusa o significado de “resultado da pesquisa”. Para ele, historiografia é o conhecimento histórico em si.

Esse trabalho adotará a concepção de Aróstegui, a respeito desse conceito, visto que devido à natureza do tema, entender historiografia como uma reflexão do modo de se fazer história é mais adequado e acaba por honrar ou legitimar a escolha e o posicionamento dos autores trabalhados ao longo dessa pesquisa. A nosso ver, não caberia outra definição do conceito senão este, ou seja, de um intenso exercício de reflexão a respeito do ofício dos historiadores, uma vez que segundo Mary Del Priori, “história é o que os historiadores fazem”, e de acordo com a proposta teórica e metodológica dessas duas correntes (Escola dos Annales e Micro-História) é dever constante dos historiadores refletir sobre “o seu fazer”, afinal foi a partir deles que surgiu a proposta da história-problema.

Essa pesquisa, como dito anteriormente não tem a pretensão de estabelecer um conceito definitivo sobre o indivíduo e o seu papel na história, dessa maneira, não adotará uma definição única, uma vez que nosso objetivo principal é analisar tanto a proposta dos Annales quanto a da Micro-história quando referem-se à representação que o indivíduo vinha tendo e a que passa a ter a

<sup>3</sup> MALERBA, Jurandir. **Em busca de um conceito de historiografia**. Revista Varia História, julho 2002, nº 18, vol. 27. p. 43 – 44.

<sup>4</sup> Idem, p. 46.

partir do século XX. Dito isso, nossa proposta principal é, no decorrer da pesquisa tentar esboçar uma ideia do que pode vir a ser o conceito de indivíduo para Lucien Febvre e Carlo Ginzburg.

Com bases nesses conceitos, cabe ressaltar que nossa pesquisa não é uma biografia intelectual, uma vez que não estamos interessados em entender a vida dos autores em si, mas sim fazer uma análise das suas obras buscando entender seus contextos para então podermos desenvolver uma pesquisa de cunho historiográfico, que se aterá na forma sob a qual historiadores como Lucien Febvre e Carlo Ginzburg, entendem essa relação do indivíduo com a sociedade a qual pertence.

No que tange à metodologia, a que será aplicada nessa pesquisa é a História Comparada, mas não a história comparada tal como ela é, mas sim fazer uma análise comparativa das escritas desses dois autores, visto que a comparação tem importância essencial no método histórico e a pesquisa histórica num certo sentido é sempre comparativa.

A comparação como prática metodológica foi definida de diferentes formas. Na concepção de Durkheim para fazer uma comparação era necessário buscar as “variações concomitantes”, como forma de analisar os fatos sociais. Marc Bloch falou da busca de similitudes entre “séries de natureza análoga, identificadas em meios sociais distintos”. A posição de Charles Tilly é mais radical, posto que acredita não haver a possibilidade de superação dos postulados “perniciosos” no social herdados no século XIX se não for por meio do estudo histórico-comparativo dos fenômenos sociais.

Essa modalidade historiográfica, segundo José Barros consiste, grosso modo, na

possibilidade em se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades e assim por diante.<sup>5</sup>

Charles Tilly destacou quatro tipos de comparação, que ele chama de *individualizadoras*, *universalizadoras*, *diferenciais* e *globalizadoras*.

A primeira é a que compara dois fenômenos específicos a fim de captar as peculiaridades de cada caso [...]. A universalizadora pretende analisar os casos de aplicação específica de algum modelo definido [...]. A terceira busca explicitamente as diferenças entre as situações comparáveis. A comparação globalizadora, é a mais ampla de todas, “coloca diferentes casos em pontos distintos do mesmo sistema”, objetivando ver como funciona o sistema em seu conjunto ao observar as relações de cada caso com ele [...]<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Barros. Idem. p. 24.

<sup>6</sup> ARÓSTEGUI, Julio, **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Trad. Andréa Dore. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006. p. 462.

Ao fazer essa escolha metodológica para nossa pesquisa, tivemos que ter em mente que ela é uma modalidade muito complexa da historiografia, uma vez que se refere tanto para um modo específico de observar a história quanto à escolha dos campos de observação (pois compara-se dois ou mais fenômenos). E algumas perguntas foram e são indispensáveis para o desenvolvimento da pesquisa. Perguntas essas que dizem respeito a “o que vamos observar?”, “como vamos observar?”, “o que vamos comparar?” e finalmente “como vamos comparar?”. Ao estabelecer o método historiográfico/comparativo buscaremos abrir um diálogo entre os autores, tentando desvendar certas similaridades, suas dessemelhanças e enxergar como ambos entendem o indivíduo. Entretanto temos em mente também os perigos de se utilizar esse recurso, visto que podemos facilmente cair em analogias desnecessárias.

As analogias, segundo José Barros, em artigo à Revista de História Comparada, intitulado “*História Comparada – Um Novo Modo de ver a História*”, “[...] se mostram como uma faca de dois gumes, pois se por um lado pode levar o historiador ao erro do anacronismo nos casos em que este se vê tentado por comparar o incomparável, por outro lado sem ela não vive o fazer historiográfico”.<sup>7</sup>

Pelo fato da pesquisa trabalhar com fontes historiográficas, com textos, isso nos orienta necessariamente à comparação, pois ao ler um texto ou um documento, mesmo que de maneira não consciente, essa leitura já nos remete a intertextualidade.

Outra questão importante para o delineamento desse trabalho, de pesquisa na perspectiva comparativa das escritas dos autores é a sua interação com os outros campos historiográficos. Definida por uma abordagem, isto é, por questões que se relacionam com aspectos metodológicos, baseada na história comparada e por nossa escolha em trabalhar na perspectiva da história cultural, nossa abordagem será, segundo o modelo de Charles Tilly, voltada para uma abordagem individualizadora, com a qual buscaremos analisar as propriedades comuns aos casos abordados durante nossa pesquisa, que no caso é uma comparação das perspectivas historiográficas, dos autores ao trabalhar com esses dois personagens (Menocchio e Rabelais), tentando entender como ambos visualizam o indivíduo.

Nosso trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo analisaremos a transição do conceito de indivíduo do século XIX para o século XX. Essa abordagem se faz necessária para nos situarmos sobre as questões que perpassaram esses séculos e também para entendermos como essa problemática era tratada pelas diversas correntes de estudo, em especial a Biografia e a História. O século XIX foi importante por ser o "Século da História" e para a pesquisa essa contextualização, perpassando por alguns pontos dele, foi importante pelo fato de que foi nele que muitos historiadores do período passaram a entender que o “motor” da história era

---

<sup>7</sup> BARROS. Op. Cit. p. 16

o indivíduo, a vontade do homem. Nesse capítulo a discussão estará voltada mais precisamente para perspectiva da biografia, que será entendida como um elemento para discutir a relação indivíduo-sociedade, isso porque através da biografia é possível fazer um recorte que conseguiria abordar as principais questões de nossa problemática que é bem ampla e complexa. Além da questão biográfica analisaremos a historiografia da Escola dos Annales, em sua primeira geração, e da Micro-História, demonstrando seus principais pontos de discussão e suas grandes contribuições para a História.

No segundo capítulo, abordaremos o conceito de indivíduo em Lucien Febvre e Carlo Ginzburg, mais precisamente nas obras "O problema da incredulidade no século XVI: a Religião de Rabelais" e "O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição". Essa análise é de fundamental importância para esse trabalho, pois é através dessas duas obras que pretendemos entender a concepção de indivíduo desses dois historiadores. O objetivo principal não é fazer uma comparação entre eles, mas sim demonstrar como duas historiografias distintas, mesmo com pontos de influência sofridos, tratam essa problemática no século XX.

No terceiro e último capítulo analisaremos numa perspectiva historiográfica as escritas de Lucien Febvre e Carlo Ginzburg, dando ênfase em suas outras obras. O objetivo desse capítulo é apresentar a concepção que cada um tem da História. Tem também como principal objetivo tentar entender como ambos aplicaram e trataram a problemática do indivíduo ao longo de suas carreiras como historiadores. Além de analisar a relação do indivíduo com a coletividade, que de alguma forma se faz presente nas análises de ambos. Ora o indivíduo sendo reflexo de sua sociedade, ora sendo um sujeito "autônomo". Portanto, a discussão estará pautada em como Lucien Febvre e Carlo Ginzburg entendem o indivíduo e seu papel na História.

## CAPÍTULO 1

### A TRANSIÇÃO DO CONCEITO DE INDIVÍDUO DO SÉCULO XIX PARA O XX: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

#### 1.1 A TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA

À época central do esplendor historiográfico do século XX impôs de maneira geral o grande modelo de *história estrutural*. Buscavam-se o histórico, a ação e a mudança nas estruturas sociais e o sujeito histórico, ou o agente, era sempre o coletivo. [...] A ênfase foi, progressivamente se deslocando, ao chegar o último quartel do século, para a exploração do sujeito-ator, o ator individual ou individualizante, e passou-se a buscar o histórico mais nas próprias decisões e ações que em seus resultados estruturais.<sup>8</sup>

Diante desse cenário pode-se dizer que houve uma mudança de modelo historiográfico. E o que mais se destacou dentro dessa mudança foi o que Aróstegui definiria de “a ‘volta do sujeito’ às ciências sociais e em particular, à análise historiográfica, ainda que em algumas ocasiões o sujeito seja confundido com o conhecido ‘personagem’ ”.<sup>9</sup>

No entanto é necessário contextualizarmos, ao menos brevemente, o século anterior para dessa forma entendermos à que os intelectuais do século XX estão reagindo. E é exatamente essa a análise que Sabina Loriga faz, ou seja, a autora faz uma discussão historiográfica, perpassando pelo século XIX (século este, em que a história lutava por sua legitimação como uma ciência. E segundo Fustel de Coulanges, a história deve ser uma ciência pura, que exige de quem a queira praticar um total desprendimento do presente) para analisar e examinar as obras de pensadores que buscaram restituir a dimensão individual da história. Para isso ela se utiliza da concepção biográfica, fazendo uma reflexão entre essa modalidade de escrita e a ciência da história.

Essa escolha em partir da concepção biográfica é uma das inúmeras perspectivas que possibilitam vislumbrar o estatuto da questão individual na historiografia. E essa "janela" foi escolhida pelo fato de que através da escrita biográfica, principalmente durante todo o século XIX até o início do século XX, diga-se de passagem, tem muita semelhança com a escrita histórica, no

---

<sup>8</sup> ARÓSTEGUI, Júlio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Trad. Andréa Dore. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006. p. 210.

<sup>9</sup> Idem. p. 210 - 211.

que tange à valorização dos documentos e arquivos, isso porque para os historiadores desse período "o historiador deveria ser apenas um olho leitor de textos: ausente, de certo modo, de si mesmo" <sup>10</sup> à linearidade, ou seja, a utilização da cronologia na narração dos fatos, no caso da história, descrever o acontecimento tal como ele se deu, e no caso da biografia descrever a vida de um indivíduo desde seu nascimento até sua morte; à concepção do acontecimento como algo determinante.

Outra justificativa também para a escolha da biografia se deu pelo fato de que tanto Lucien Febvre quanto Carlo Ginzburg, voltando seus olhares para a questão da representatividade do indivíduo na historiografia do século XX, em nenhum momento aceitam que seus trabalhos sejam definidos como trabalhos biográficos. Isso mostra mais uma vez que houve uma ruptura de paradigmas do século XIX para o XX.

No caso de Febvre e dos *Annales*, mesmo tendo grande influência do XIX, a ruptura é claramente percebida pela rejeição ao modelo positivista, historicista do século anterior e seu modelo metódico. Já no caso de Ginzburg e a *Micro-História* percebe-se que a ruptura é referente às questões "impostas" pela nova historiografia do primeiro quartel do século XX, no que tange ao foco de análise, que segundo essa corrente deve ser diminuído, para dessa forma poder ter uma nova noção das questões problematizadoras da história; e a escolha do indivíduo e seu papel no processo histórico, ou seja, mais uma vez será questionada sua representatividade e sua relação com a coletividade.

Ainda tentando justificar a escolha e a pertinência do modelo biográfico, segundo Dosse, na perspectiva de Fumaroli, há duas grandes fases da biografia.

Da antiguidade ao século XVII, seria a época do registro das *Vidas*, impondo-se depois, quando da ruptura moderna, a biografia. O que mudou, no fundo, foi o método de escolhas dos grandes homens, dos sujeitos das biografias. Hoje o entusiasmo por estas últimas põe de parte as *Vidas*. [...] O primeiro período associado às *Vidas* toma por unidade de medida o *bios*, ou seja, o ciclo vital completo que vai do nascimento à morte. <sup>11</sup>

Ainda segundo Dosse, há três paradigmas que diferenciam os tipos de biografias ao longo dos séculos. São eles, a biografia clássica, que cobre o período da Antiguidade até o século XVIII; a biografia romântica, entre fins do XVIII e começo do XX, período no qual há uma maior necessidade de conhecimento e aprofundamento da intimidade da vida familiar ou privada. E a biografia moderna que é mais voltada para biografias históricas, com grandes contribuições tanto da sociologia quanto da psicologia, mais precisamente da psicanálise.

---

<sup>10</sup> HARTOG, François. **O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 2003. p. 20.

<sup>11</sup> DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo. Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2009. p. 12.

No entanto, como se pode perceber o gênero biográfico é bastante híbrido, ou seja, foi-se modificando a maneira de escrita e as escolhas de análise a cada época, o que fez com que surgisse uma grande dificuldade de classificá-lo como uma disciplina organizada, fazendo com que fosse classificado na maioria dos casos como um subgênero com certo déficit de reflexão.

Voltando à análise de Loriga, a autora estabelece a fórmula do pequeno “x”. A fórmula é do grande historiador alemão Johann Gustav Droysen<sup>12</sup>, que, em 1863, escreveu que, “se chamamos de A o gênio individual (aquilo que alguém é, possui ou faz), então podemos dizer que A é a soma de a + x, em que ‘a’ designa o que vem das circunstâncias exteriores (país, época, etc.) e ‘x’ resulta do talento pessoal, obra da livre vontade”<sup>13</sup>.

Essa “volta do sujeito histórico”, na perspectiva de Sabina Loriga, é uma reação frente à postura defendida pela historiografia do século XIX, que desde o século XVIII se preocupou cada vez menos com as questões individuais, e cada vez mais com questões tidas por universais, plurais, impessoais, uma vez que seu objetivo era legitimar o estatuto de ciência, às ciências humanas, dando-lhes bases sólidas, estáveis. Essa postura da historiografia do XIX é uma postura mais metódica, na qual há a sobreposição da história nacional, ou seja, o indivíduo acaba ficando em segundo plano, na medida em que o objetivo daqueles historiadores é legitimar a força de sua nação. Dessa forma, eles vão tratar das questões históricas sempre da perspectiva do geral, ou seja, das instituições políticas, militares e no comecinho do século XX, passaram a tratá-las da perspectiva econômica. E quando se referem ao indivíduo nesse processo, este será o herói, aquele que abdicou de suas necessidades pessoais em prol da nação.

A escrita em nome do futuro conheceu no século XIX, uma forma dominante e até evidente: a da história nacional. [...] *Para esses historiadores* [grifo nosso] a nação é ao mesmo tempo uma evidência, uma arma política um esquema cognitivo e um programa histórico. Uma evidência, porque é o sentido mesmo da Revolução, que em lugar e em nome do Rei - cuja pessoa, como se dizia, "residia toda a nação" - instalou precisamente a nação como "receptáculo místico da soberania".<sup>14</sup>

Isso fez com que houvesse um “imenso esforço de conhecimento que conduziu as disciplinas mais heterogêneas [...] a uniformizar fenômenos, eliminando muitas vezes as diferenças, os desvios, as idiosincrasias”<sup>15</sup>. Segundo Loriga, essa perda da individualidade fez com que os relatos históricos fossem apresentados sem sujeito, no sentido de que a

<sup>12</sup> Droysen compreende a missão da historiografia num sentido sutil. Rejeita completamente a alegação de Leopold von Ranke de objetividade na historiografia. Para ele, também a história tinha de exercer uma função educativa para o Estado. Como um teórico da história, Droysen lançou as bases da metodologia Historiologia moderna. A abordagem crítica das fontes, que teve grande influência na historiografia, remonta a Droysen e Georg Barthold Niebuhr. Entre os discípulos mais importantes destacam-se Droysen e Friedrich Meinecke.

<sup>13</sup> LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2011. p.14.

<sup>14</sup> HARTOG. 2003, Op. Cit. p. 24.

<sup>15</sup> Idem. p. 12.

representatividade dos indivíduos envolvidos no processo histórico só tinha visibilidade se estes fossem considerados em seu contexto social, ou seja, em coletividade. Eles tratavam de “questões centrais” como a questão econômica, política, grupos de interesse, potências mundiais, como se essas temáticas e acontecimentos não fossem resultados das ações humanas, muitas vezes individuais, seja lá qual fosse sua motivação. Nessa perspectiva, "os homens, em síntese, não são os grandes criadores de sua própria história".<sup>16</sup>

É como se essas questões se dessem ao acaso. Para reforçar essa característica do século XIX, Sabina Loriga faz uma citação muito interessante de Hans Magnus Enzensberger, na qual ele afirma: “A história é exibida sem sujeito, as pessoas de que ela é a história aparecem somente como tela de fundo, enquanto figuras acessórias, massa obscura relegada ao segundo plano do quadro”.<sup>17</sup> Isso reforça a idéia de que esses homens, que são os verdadeiros objetos da história, não são vistos como agentes ativos, que lutam e que têm sentimentos, têm alma. Essa historiografia não tinha a preocupação de ter a sensibilidade para entender que uma sociedade é fruto de todas as vidas individuais e que o processo histórico é um conjunto de pensamentos, de ações, emoções desses indivíduos.

É também nesse contexto de tentativa de legitimação como ciência, e também de mudança de perspectiva de escrita, trazendo novas opções de escolha, de abordagens, de relevância quanto ao objeto de análise das novas ciências humanas e sociais, em especial a História, que se destaca o esforço da biografia em se consagrar como tal. "Tornaram-se possíveis as práticas de estudos transversais e o diálogo entre universos de interpretação diferentes. De resto, a pluralização crescente da forma de abordagem biográfica aponta para o problema da identidade de um gênero que padeceu de um óbvio déficit reflexivo."<sup>18</sup>

Ao longo desse século a reflexão biográfica começa a se desenvolver cada vez mais. Agora ela passa a se interessar não só por questões que envolvem a vida dos reis e dos santos, ou seja, os tidos “heróis”, até então, mas também interessa-se pela vida dos poetas, filósofos, soldados ou criminosos, o que lhe dá um aspecto mais individualizante, ou seja, passa-se então da concepção do "herói", para a concepção do "grande homem", mas isso não significa dizer que este novo "personagem" seja dono de sua própria história, ele ainda permanece atrelado à questão nacional, no caso dos militares e governantes, e às questões coletivas no caso dos filósofos, por exemplo; com isso dá-se maior destaque a “pequenos” “fatos, anedotas, citações, exemplos expressivos e significativos [...] fragmentos intactos, vivos, *que foram* [grifo nosso] colhidos na realidade concreta”<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> HARTOG. Idem, p. 26.

<sup>17</sup> LORIGA, Apud. Enzensberger. 2011, p. 13.

<sup>18</sup> DOSSE, 2009. p. 17.

<sup>19</sup> LORIGA, Op. Cit.. p. 22.

Com isso o fazer biográfico alcança o posto de ofício de direito. E ao longo do século XX tanto a biografia, quanto a historiografia dita metódica, passam a ser muito criticadas e até mesmo rejeitadas, mas o que se coloca em jogo são seus métodos, pois elas em consequência das influências do século anterior se tornam cada vez mais impessoais, incorporais e abstratas, como se o humano, o individual nascesse espontaneamente, ou seja, mais uma vez fica em segundo plano. Ou seja, mais uma vez o que está em jogo é a representatividade do indivíduo, que durante todo o século XIX e uma parte do XX, ainda é representado pelos "heróis", "grandes homens" e "sujeitos ilustres", frente à coletividade.

Nessa perspectiva, com características bem distintas e também tentando se firmar como uma disciplina de caráter científico, e ainda sim preocupada com questões desse mesmo gabarito, a historiografia do século XIX entende que o indivíduo é o herói, o grande homem que conduz a história, que faz a história, sendo em certos casos definidos como portadores de poderes divinos. A historiografia do século XX, Annales, principalmente em sua primeira geração, reagem a esta concepção e levam o pêndulo para o outro lado, progressivamente o indivíduo perde importância, ele não mais conduz a história, passa então a ser conduzido, se dilui no coletivo que passa a ser o objeto da história. É contra essa perspectiva radicalizada pelo estruturalismo e pela história estrutural e de certo modo pela história das mentalidades que a Micro História vem criticar.

No entanto, cabe ressaltar que mesmo sendo reconhecida como um ofício, como tendo bases sólidas, há uma grande distinção entre uma reflexão de caráter biográfico e uma reflexão de caráter historiográfico, principalmente no que tange a maneira de escrita e abordagem, visto que a escrita biográfica, mesmo tendo se comprometido a lidar com fatos verídicos assim como a História, tem a liberdade de introduzir traços de romance ou ficção em sua narrativa, para torná-la mais estimulante ou atraente aos olhos de seu público, sempre ávido em conhecer sobre a trajetória de alguém ilustre. No entanto, mesmo estando tão próxima do limite do real e da ficção, ainda sim é possível fazer uma biografia de caráter histórico.

De igual modo, o tratamento da temporalidade permite incontáveis variações entre o respeito absoluto ao quadro cronológico, caracterizado por um desfilar contínuo do nascimento à morte da personagem biografada, e as liberdades do autor com o uso do tempo. O empenho em dar mais eficácia ao relato pode conduzir ao rompimento da linearidade cronológica e à adoção das múltiplas vozes narrativas que participam dos vários registros de temporalidade. O mais das vezes, o biógrafo procura alternar capítulos de tonalidade diacrônica com capítulos de tonalidade temática. Resulta daí um relato misto que procura reencontrar duas coerências de temporalidades diferentes, a da lógica própria à sucessão dos eventos e a que emana da unidade da pessoa resgatada pelo biógrafo. A narração biográfica não é, pois, como salienta Madelénat, homogênea. É, bem ao contrário, uma estrutura inelutavelmente compósita, uma convergência de relatos diversos enredados uns nos outros. Nisso lembra a escrita da história e do romance.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> DOSSE, 2009, p. 67.

Dessa forma a escrita biográfica pode ser considerada a mescla e o hibridismo, destacando a diferença entre a identidade literária e a científica, ilustrando as tensões vivas da convivência entre a literatura e as outras ciências humanas.

E a partir do momento que a história se constitui como ciência, ela passa a querer se diferenciar cada vez mais das outras ciências. Entre suas alegações, a principal é que ela seria a única capaz de dar conta da totalidade, ou seja, a única capaz de explicá-la, de dar conta de todos os fenômenos. Isso também é algo muito disputado entre essas abordagens (histórica e biográfica), visto que uma das alegações da biografia, na perspectiva de Carlyle<sup>21</sup>, era que ela seria a única capaz de apreender a vida íntima, secreta do passado. Ou seja, ela seria a única capaz de apreender todas as ações humanas. Tempos depois ele acaba reconhecendo que essa é uma tarefa inesgotável e que ela cabe à natureza infinita da história.

[...] Carlyle se interroga: onde está a Revolução? No palácio real, nos costumes do rei e da rainha, em seus excessos, em suas cabalas, em sua imbecilidade? Não: “Ela está nesse homem aqui, ela está naquele homem lá, como uma raiva ou como um terror: está em todos os homens. Invisível, implacável.” [...] Mas se é assim, como podemos captar todas as forças em jogo – ainda mais que elas são invisíveis? “Para resolver esse problema é preciso que a melhor penetração busque a luz em toda fonte possível, dirija o olhar a todo lugar onde seja possível a visão ou a luminosidade de visão, e no final ela poderá se estimar satisfeita se resolve o problema, ainda que aproximadamente”. Em toda fonte possível, em todo lugar possível... eis aí, ainda uma vez, as forças centrífugas da história que nos lançam em direções contrárias. [...] <sup>22</sup>

Quanto ao que se refere às questões políticas, ou seja, o povo como sujeito social, a narrativa histórico-biográfica do século XIX ganha cada vez mais um caráter elitista, isso faz com que a nova geração de historiadores tenha uma reação contrária. É o que se denomina de “volta do sujeito histórico”, mesmo que isso signifique, no caso de alguns estudiosos, como Michelet, por exemplo, certo heroísmo coletivo, uma vez que segundo ele as massas são os verdadeiros sujeitos históricos enquanto que os “grandes nomes” fazem pouca coisa.

Quanto às questões filosóficas, Kant<sup>23</sup> afirma que é o indivíduo o agente motivador das ações. O que em outras palavras significa dizer que a finalidade das ações é o próprio homem, não

<sup>21</sup> Thomas Carlyle 1795-1881 foi um escritor, historiador, ensaísta e professor escocês durante a era vitoriana. Sua idéia de que a história pode ser interpretada através da vida dos heróis e dos chefes serviu-lhe de base para uma série de obras importantes: *Oliver Cromwell's Letters and Speeches* (Cartas e discursos de Oliver Cromwell), de 1845; *Life of John Sterling* (Vida de John Sterling), de 1851; *History of Frederic II of Prussia* (Vida de Frederico II da Prússia), que escreveu entre 1858-65. Tal modalidade de historiografia foi suplantada pela **Escola dos Annales** e pela **Nova História**.

<sup>22</sup> LORIGA, Op cit.. p. 72.

<sup>23</sup> Immanuel Kant 1724-1804, foi um filósofo prussiano, geralmente considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna. Realizou numerosos trabalhos sobre ciência, física, matemática, etc.

o coletivo, o impessoal. Para Kant, “a história deve se elevar acima do indivíduo e pensar em grandes proporções, pois o que se revela confuso e irregular entre os indivíduos constitui uma seqüência unitária e homogênea de acontecimentos na totalidade da espécie”.<sup>24</sup>

Durante muito tempo, mais precisamente durante todo o século XIX, questões como “O que é o indivíduo?”, “Como alguém se torna um?” “Qual sua relação com o processo histórico?” passaram a fazer parte das preocupações de muitos historiadores. O desejo de definir com máxima clareza os contornos do indivíduo fez a glória da escrita do minúsculo, do ínfimo, do aparentemente insignificante.

Outro ponto que legitima a escolha da biografia para tratar a relação do individual com o coletivo é sua aproximação com a psicologia, e essa aproximação também poderá ser percebida em muitos historiadores, mesmo os do século XX, como é o caso de Lucien Febvre, que fará uso da psicologia coletiva, e de Ginzburg, que utilizará um pouco da concepção psicanalítica em suas reflexões; uma vez que o que se procura é “adivinhar a verdadeira história, a história das almas, a profunda alteração que sofrem os corações e os espíritos conforme a mutualidade do meio físico ou moral onde estão inseridos”<sup>25</sup>. Nessa perspectiva, as abordagens biográficas contemporâneas, segundo Dosse, estão muito próximas da junção da vida e da obra do sujeito a ser biografado.

Na visão de Carlyle, historiador e ensaísta britânico, a história é entendida como produto da vontade divina, que se expressa na vida dos chamados “heróis”, a partir de suas profundas convicções religiosas, seu conservadorismo e concepções idealistas. Com isso Carlyle afirma que o homem, ou o indivíduo é apenas um ser governado, que cumpre suas funções porque estas lhe foram designadas. Na maioria de suas obras, principalmente nas conferências sobre o culto dos heróis, ressalta Loriga, esse historiador fala da grandeza do herói, ou seja, para Carlyle a sociedade, seja lá de qual época, tem a necessidade de estabelecer, de reconhecer aquele indivíduo que é capaz de “grandes feitos” e assim o investir de poder.

Isso acontece porque esse indivíduo é visto como que um ser divino, em outras palavras, como se ele fosse dotado de poderes capazes de realizar as ações, os desejos e as necessidades que a sociedade à qual ele pertence almeja. Esse seria o traço mais característico de se fazer a história, ou seja, entender como esses heróis são eleitos e a forma como são reverenciados pela sociedade. E seus feitos não poderiam ser realizados por outra pessoa, mas sim somente por ele, pois ele é “dotado de poderes divinos”, ele é o “escolhido”.

Entre suas preocupações, estava em demonstrar que a história podia e deveria ter uma nova abordagem. E essa abordagem consistiria em demonstrar que os protagonistas da história eram

---

Kant operou, na epistemologia, uma síntese entre o racionalismo continental (de René Descartes e Gottfried Leibniz, onde impera a forma de raciocínio dedutivo), e a tradição empírica inglesa (de David Hume, John Locke, ou George Berkeley, que valoriza a indução). Kant é também conhecido pela filosofia moral e pela proposta, a primeira moderna, de uma teoria da formação do sistema solar, conhecida como a hipótese Kant-Laplace.

<sup>24</sup> LORIGA, Op. cit. p. 37,38.

<sup>25</sup> DOSSE, 2009. p. 83.

homens que “tinham uma alma” e que suas ações eram realizadas em comunhão com os desejos desta. Carlyle pregava que essa era função dos historiadores. Tentar compreender esse sentimento interior dos indivíduos, entendendo que a sociedade é resultado de todas as experiências individuais e, portanto o processo do fazer histórico é um aglomerado de pensamentos, de sentimentos, de emoções que estão sempre em movimento. E que por isso mesmo não é possível estabelecer apenas um acontecimento como sendo o mais importante ou o determinante nas ações. O que acaba sendo uma crítica à história cronológica, factual. E a maneira como essa compreensão se daria, era através da biografia, pois ela seria capaz de fazer emergir os sentimentos e as emoções desses indivíduos.

No entanto, por mais que esse culto ao herói seja a chave de sua concepção histórica, Carlyle deixa claro que o “herói”, mesmo sendo um ser governado, manipulado por vontades inatas e alheias a ele, ainda sim apresentava forte indício de discernimento, ou seja, ele não reproduz mecanicamente, ingenuamente as idéias que lhe são designadas, pelo contrário, ele tem consciência delas e sabe porque está executando determinada ação. Esses “heróis” são seres que conseguem compreender as relações de força presentes na sociedade. Ou seja, são figuras humanas que apresentam fortes conotações divinas, e que sabem lidar com esse seus dois lados.

Para Loriga, Carlyle

se convence sempre mais de que os aspectos corporais podem, ou melhor, devem, ser afastados para exaltar o núcleo arquetípico do herói [...]. Através dessa cuidadosa operação de limpeza, de eliminação de todo traço corporal, ele espera penetrar nessa “região fundamental do espírito em que os pensamentos e os sentimentos não podem ser confinados na muralha da personalidade”. Visa a ultrapassar a lei da individualidade, a fazer da biografia “uma solução para purificar os olhos de todo egotismo”. Estamos bem longe das celebrações da singularidade. O culto dos heróis está fundado na renúncia ao eu, no esquecimento da pessoa, para tender ao universal, ao ponto do espelho que reflete o infinito.<sup>26</sup>

Numa outra perspectiva Wilhelm Dilthey<sup>27</sup>, Filósofo, historiador e crítico literário alemão, propõem uma abordagem historiográfica numa vertente filosófica. Para ele

o mundo histórico é produtivo, e essa qualidade não é fruto de um princípio absoluto, transcendente ou imanente à atividade humana, mas da ação recíproca dos indivíduos [...] ‘essa totalidade maravilhosamente entrelaçada’ que é a

<sup>26</sup> LORIGA. Op. Cit. p. 79.

<sup>27</sup> Wilhelm Dilthey 1833-1911, Filósofo, historiador e crítico literário alemão. Foi professor em Basileia, Kiel e Breslau e em 1882 tornou-se professor catedrático na Universidade de Berlim. A sua obra é essencialmente conhecida pelos estudos que produziu sobre a metodologia das Ciências Humanas, distinguindo-se das Ciências Naturais estas por utilizarem o método compreensivo. Foi significativo o seu contributo para a hermenêutica e para a epistemologia posteriores. A sua extensa obra foi reunida em dezoito volumes com a designação de *Gesammelte Schriften*.

história é constituída pelos indivíduos, unidades psicofísicas, cada um diferente de todos outros e capaz de formar um mundo.<sup>28</sup>

Isso significa dizer, que na concepção histórica desse pensador, a relação entre individual e coletivo pode ser entendida como uma relação de interação, na qual há uma constante troca de experiências vividas, ou seja, o indivíduo age sobre a coletividade assim como esta age sobre o indivíduo. Uma vez que é no homem que se encontra, para Dilthey, o ponto de conexão de um tempo, da visão de mundo de um tempo, porque é no homem, ser vivencial, que se acha presente desde o princípio a vida histórica do todo. A essa apreensão do papel do homem na conexão da totalidade corresponde uma tentativa de fazer frente a um problema constitutivo de seu tempo.

É como se fosse uma via de mão dupla, e nesse processo ambos acabam sendo influenciados reciprocamente. Dilthey tem um pilar epistemológico que, segundo Dosse,

valoriza uma abordagem hermenêutica segundo a qual o singular contém o geral, compreensível, ele próprio a partir de uma figura singular. [...] É uma via que encontra sólido apoio também no domínio psicológico, a partir do postulado segundo o qual a análise dos relatos de vida essencialmente uma continuidade entre o eu e os outros, uma relação permanente entre o acontecimento e o sujeito.<sup>29</sup>

Nessa perspectiva, Dilthey quando se volta para o indivíduo, não o entende como um ser espiritual e racional, mas sim como um ser um tanto quanto irracional, visto que ele é capaz de ações que não visam somente seu bem-estar, por exemplo, quando o autor afirma que o ser humano não é um aparelho que esta sempre em busca do prazer impedindo arduamente o desprazer, pelo contrário, o ser humano é capaz de muitas vezes não conseguir evitar o desprazer, mas o que o diferencia uns dos outros é a forma como lida com essa situação, ou seja, quando é capaz de refletir sobre essa situação desconfortável e ainda sim tirar algum proveito, fazendo com que ela sirva de experiência de vida.

Em consequência dessa visão de historiador e psicólogo, Dilthey entende o indivíduo como uma totalidade psicofísica, capaz de agregar em si mesmo três características essenciais, que são: representação, sentimento e vontade. Isso faz do indivíduo

esse ser sensível, *que é [grifo nosso] também fundamentalmente social e sociável: não é a existência singular e isolada que é compreendida no conceito do ego, não é uma substância impermeável, mas trata-se de ‘um conjunto que encerra em si, a cada vez, os sentimentos vitais dos outros indivíduos, da sociedade e, mesmo da natureza. Essa característica do indivíduo o torna um ser totalmente dependente das relações sociais, como se elas fossem uma necessidade vital para o ser humano, visto que sua existência só se realiza na coexistência. É uma relação do “eu” com a história. [grifo nosso].*<sup>30</sup>

<sup>28</sup> LORIGA, idem. p. 123.

<sup>29</sup> DOSSE, 2009, p. 250.

<sup>30</sup> LORIGA, p. 127.

A partir dessas reflexões de Dilthey, pode-se perceber que a relação entre individual e coletivo é um tanto mais complexa, visto que não se pode conhecer uma sociedade a partir do estudo e do conhecimento de um indivíduo, assim como também não é possível conhecer um indivíduo a partir do estudo da sociedade a qual ele pertence.

Com isso a tarefa do historiador e do biógrafo é compreender a partir dos documentos a conexão de efeitos, na qual

um indivíduo é determinado por seu meio e reage a ele. Toda história tem que apreender uma conexão de efeitos. O historiógrafo penetra mais profundamente nessa estrutura do mundo histórico, na medida em que isola as conexões particulares e estuda a vida dessas conexões. A religião, a arte, o Estado, as organizações políticas e religiosas formam tais conexões que atravessam incessantemente a história. O transcurso vital de um indivíduo no meio social, no qual ele sofre influências e ao qual ele reage, forma a mais originária dentre essas conexões. Essa relação já está dada para o indivíduo em sua memória. [...] Temos aí a célula originária da história.<sup>31</sup>

Isso porque entre eles é como se houvesse um abismo, ou seja, não se pode analisá-los na perspectiva do pertencimento, da assimilação e da propriedade, visto que o que distingue um indivíduo do outro ou mesmo uma sociedade da outra é a maneira como interiorizam as relações sociais e as normas de conduta.

Preocupado com essas questões, Dilthey recorre muitas vezes à biografia, que segundo ele é a forma de historiografia mais filosófica, visto que esse campo de pesquisa está voltado para os “grandes homens” (mais uma vez eles), homens estes que são capazes de apreender as experiências duráveis. Mas ao mesmo tempo em que privilegia o “grande homem”, Dilthey deixa claro que a biografia é capaz de fazer um estudo sobre qualquer indivíduo, desde os mais inexpressíveis aos que mais se destacaram em determinado momento da história. "Toda vida pode ser descrita, tanto a pequena quanto a poderosa, tanto a vida cotidiana quanto a extraordinária".<sup>32</sup>

É importante destacar que, para Dilthey, a biografia não vai decompor a vida desses indivíduos em vários “pedaços”, pelo contrário, ela vai fazer conexões entre o contexto vivido e as características psíquicas desses sujeitos, uma vez que não se pode compreender um indivíduo se não compreendermos como ele se tornou o que é. Em consequência disso Dilthey pergunta-se então, se a biografia de um indivíduo não deve ser feita somente em sua fase adulta, ou preferencialmente após sua morte, pois é quando a totalidade de suas experiências está mais amadurecida e o processo de individuação está completo.

---

<sup>31</sup> DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. São Paulo. Ed. UNESP, 2010. p. 240.

<sup>32</sup> DILTHEY, idem. p. 241.

Sobre a preocupação com os processos de significação da vida desses “grandes homens”, Dilthey estabelece uma relação mais próxima entre a biografia e a história, calcada na psicologia, visto que

o lugar do homem se mostra aqui como o lugar de articulação de uma rede complexas de relações que devem ser descritas primordialmente tendo por fim sua conexão propriamente dita. [...] Do homem parte todo um conjunto de referências, dividido entre referências materiais e psíquicas.<sup>33</sup>

De certa forma, essa é uma proposta um tanto quanto criticada pela historiografia do século XIX, visto que a psicologia é uma ciência que está fundamentada em analisar as experiências vividas, ou seja, por meio de uma análise mais psicológica, é possível que o historiador consiga estabelecer uma conexão do “eu” com o “tu”. Isso porque a psicologia é uma ciência que se utiliza muito da subjetividade em suas análises, pois ela leva em consideração as impressões que ela encontra no meio e no próprio indivíduo. Essa postura subjetiva é ferrenhamente criticada por historiadores como Ranke, que defendiam que o historiador deve manter-se neutro em suas abordagens.

No entanto, apesar da grande importância que a psicologia tem nos estudos do ser humano, Dilthey reconhece que é a história e não a psicologia que é capaz de compreender o que o indivíduo realmente é. Visto que segundo ele, "todas as questões derradeiras sobre o valor da história possuem finalmente sua solução no fato de o homem reconhecer a si mesmo na história. Não é por meio da introspecção que apreendemos a natureza humana".<sup>34</sup>

Segundo Loriga,

ele que, em seus estudos de juventude, se definia como a um só tempo historiador e psicólogo, descobre partilhar doravante a desconfiança de Goethe em relação à introspecção: o homem só se conhece na medida em que conhece o mundo, só conhece o mundo em si e só se conhece no mundo. *Portanto, não são as experiências psicológicas, mas sim as experiências vividas (históricas) que permitem ao historiador conhecer um indivíduo* [grifo nosso].<sup>35</sup>

Dessa forma a história seria a única ciência capaz de apreender a totalidade humana porque é capaz de analisar a relação entre o individual e o coletivo, não de uma forma em que haja sobreposição de um ao outro, mas sim entendendo que entre eles há uma combinação recíproca de dependência.

No fim do século XIX, muitos historiadores passam a questionar a legitimidade desses “grandes homens”, também chamados de “heróis” ou os “grandes personagens”, como os principais agentes do processo histórico.

<sup>33</sup> DILTHEY, idem, p. 11.

<sup>34</sup> DILTHEY, idem, p. 245.

<sup>35</sup> LORIGA. Op. Cit. p. 147.

A questão do relato biográfico foi posta por Pierri Bourdieu, que criticava essa noção que as ciências sociais tinham de que a vida seguia um trajeto linear, de começo, meio e fim, ou seja, como se houvesse uma predestinação na vida dos sujeitos. Bourdieu define essa questão como um caso de "ilusão biográfica". Uma vez que, segundo ele, convém manter certa distância do sujeito que em geral lhe é simpático e que, por isso mesmo, o arrasta a uma adesão não apenas intelectual, mas não raro afetiva e passional. Já na visão de Strawson, sua crítica é sobre o fato de o papel da biografia ser o de descrever esse trajeto da vida de um indivíduo de forma a florear as ações, ou em outras palavras, como se a biografia tivesse a função de "romancear", de dar beleza e destaque à esses percursos, descrevendo-os e narrando-os de forma cronológica, como se os acontecimentos de uma vida inteira tivessem uma ordem clara, coerente estabelecida.

Utilizando-se em parte das reflexões desenvolvidas por Norbert Elias, em "*A Sociedade dos Indivíduos*", Loriga faz a seguinte afirmação:

Parece-me que a reflexão sobre a narração biográfica desenvolvida pelos pensadores do século XIX nos preserva de uma visão individualista do indivíduo – e, portanto, da biografia. Não se trata de um simples jogo de palavras. Ao longo do século XX, o contraste entre o individual e o social frequentemente se fixou, como que mumificado, em duas não verdades opostas: uma escolha que deveria ser feita, seja em favor do indivíduo, seja em favor do coletivo. A tal ponto que hoje, por razões que não derivam apenas do debate historiográfico, longe disso, as noções de indivíduo, de pessoa e de sujeito desencadeiam automaticamente dois sinais de alarme: o mais antigo alerta contra a ideia de grandeza e de heroísmo, o mais recente contra o egoísmo e o narcisismo. No entanto, os defensores da dimensão individual da história nem sempre se deixaram extraviar pela retórica da grandeza e, sem dúvida, não teriam partilhado da vulgata neoliberal sobre os direitos do indivíduo. [...] Além do herói, cruzamos com figuras complexas, ambivalentes e mais sensíveis – tais como o "eu que aspira ao tu" de Humboldt, a pessoa ética de Droysen, o homem patológico de Burckhardt: cada um a sua maneira nos permite escapar à lógica simplista do ou/ou e nos aproximamos do e/e<sup>36</sup>.

A segunda questão levantada sobre o papel da biografia é sua relação problemática com a História, visto que os historiadores passam a se interrogar com questões que dizem respeito à até que ponto

a vida de um indivíduo pode esclarecer o passado? Os testemunhos pessoais permitem formular hipóteses de ordem geral? E, além disso, o que é importante na vida de uma pessoa e o que não é? A partir do que apreciá-la e como dar conta dela? É preciso levar em conta a liberdade, a independência nacional, a democracia, ou o exército, a escola, a família, ou ainda a classe social, o capitalismo, ou talvez mesmo outros indícios como o barulho, a doença, a poluição?<sup>37</sup>

<sup>36</sup> LORIGA. op. cit. p. 218.

<sup>37</sup> LORIGA. op. cit. p. 221.

Já no que concerne à terceira problemática sobre o papel da biografia, está a relação não tão aceitável entre história e ficção. Relação esta que incide em discussões sobre a narrativa histórica, ou seja, até que ponto a narração histórica ou até mesmo historiográfica se diferencia da narrativa literária. A diferenciação entre fato e ficção, entre conhecimento e jogo <sup>38</sup>.

Todas essas reflexões passam a permear as mentes dos historiadores e mesmo dos outros cientistas sociais. No entanto, Segundo Jurandir Malerba,

a hegemonia de uma visão de mundo materialista desde meados do século XIX até hoje sublinhou as possibilidades cognitivas já lançadas desde o século XVIII, em oposição às premissas racionalistas da crença numa perfectibilidade humana e numa razão universal. Os historiadores culturais como Burckhardt e Michelet utilizaram-se, em maior ou menor medida, dos princípios desses entendimentos do que seja o mundo e o conhecimento, posteriormente alcunhado pejorativamente de historicismo. Como o marxismo, o historicismo é daquele tipo de concepção que seus detratores colocam em permanente crise, senão decretam, às vezes, sua morte sumária. Numa época, como a nossa, em que se pretende matar a história mesma, não será inoportuno lembrar aos variados homicidas intelectuais que o historicismo não morreu e, ainda no século XX, muitos tentaram sumarizar sua história e seus princípios, como o fizeram, com maiores ou menores ênfases, Dilthey, Croce e Meinecke <sup>39</sup>.

Diante do esgotamento desses modelos historiográficos de século XIX, que acabava por colocar um obstáculo diante na utilização e importância do individual na história, novas posturas e novas abordagens vão surgindo. Para Malerba, essa questão seria parcialmente resolvida quando

um obstáculo, prestes a ser removido das pesquisas históricas, pode ser considerado aquele que se implantou a partir do momento em que a historiografia – particularmente a francesa e a italiana – elegeu como de interesse os objetos encontrados na escala microscópica. Depois de décadas buscando-se a construção de grandes sínteses explicativas de movimentos amplos e estruturais das sociedades, as práticas e representações sociais operadas por indivíduos ou pequenas comunidades em seu cotidiano alcançam o *status* de objetos legítimos em várias frentes historiográficas. <sup>40</sup>

Diante da insuficiência desses modelos do novecentos, surgem novas propostas no âmbito das ciências sócias do século XX. Entre elas, destaca-se a proposta de François Simiand, em sua obra “*Método histórico e ciência social*” que levanta a questão, tão relevante quanto, do debate entre a história e as ciências sociais, uma vez que a história busca o status de ciência. Mas que tipo de ciência? Como não é possível obter o mesmo status que o alcançado pelas ciências naturais (pelo fato de que na história não há comprovação nem repetição dos fenômenos) esse novo campo do saber passa então a buscar desenvolver métodos que lhe legitime como científica. Para isso espelha-se nas ciências humanas e sociais.

<sup>38</sup> Claro que isso já é uma discussão mais ligada a pós-modernidade.

<sup>39</sup> MALERBA, Jurandir. **Ensaios: teoria, história e ciências sociais**. Londrina: Eduel, 2011. p. 31.

<sup>40</sup> MALERBA, 2001. Op. cit. p. 32.

Ao pretender se tornar uma ‘ciência’ a História, tal como encaminhada pela Historiografia Oitocentista, circunstanciou e executou um acirrado debate com as Ciências Sociais, naquele momento em pleno processo de desenvolvimento de áreas, procedimentos, problemas e objetos de pesquisa. Esse diálogo se dava nas Universidades, lugar social de onde estiveram se agrupando historiadores e cientistas sociais, com vistas a constituírem seus respectivos ofícios profissionais.

François Simiand, ao participar desse diálogo, pretende demonstrar que a visão da historiografia dita metódica era equivocada, uma vez que esta entendia que a história deveria ser considerada a disciplina mestra, enquanto as outras seriam apenas suas auxiliares. Combatendo essa visão Simiand debaterá com Charles Seignobos e Charles Victor Langlois, tecendo um ataque direto à “escola metódica”. Assim, inicia a primeira parte de seu livro com uma introdução, onde começa a mostrar as discórdias e as concórdias entre o método histórico e a ciência social, esclarecendo as noções de História e Ciência Social. O embate de Simiand com a história é exatamente um embate para tirar a história da condição de “grande” ciência humana e colocar no lugar a sociologia durkheimiana. A história passaria a adotar os métodos da sociologia e se tornaria dependente desta.

A partir daí iniciava suas críticas a Charles Seignobos, por não diferenciar “psicológico” e “subjetivo”, que segundo ele

se psicológico e subjetivo fossem idênticos, seríamos constrangidos a sustentar que a matéria da física é tão subjetiva quanto o objeto da ciência social. [...] Mas, neste caso, o senso comum habituou-se a reconhecer nos fatos estudados pela física um dado objetivo, esquecendo o elemento subjetivo presente em toda sensação. A física conhece a sua função – extrair o objetivo do subjetivo para estudá-lo – e sabe, além disso, que não lhe importa estudar “cores e gostos, que não se discutem”, mas aquilo que nos gostos, cores, sons etc. é independente de disposições individuais e que é “discutível!, analisável e, finalmente, expresso em leis.”<sup>41</sup>

É justamente dessa característica das ciências naturais que Simiand entende que a ciências sociais busca se apropriar, uma vez que segundo ele,

é possível que o elemento social receba em cada um de nós uma coloração individual própria e que não possa ser concebido e estudado à parte senão por abstração. O importante é que seja independente das formas individuais; que seja isolável sem se dissolver ou se alterar, da mesma maneira que das sensações subjetivas e concretas das cores pode-se isolar uma noção objetiva e abstrata da cor. [...] <sup>42</sup>

<sup>41</sup> SIMIAND, François. Op. cit. p. 35.

<sup>42</sup> SIMIAND, François. **Método histórico e ciência social**. Tradução José Leonardo do Nascimento. Bauru – SP. EDUSC, 2003, p. 38.

E, assim, aspirava uma retomada da noção de *objeto*. Na defesa da ideia de não exteriorização dos fenômenos sociais, questionou as concepções materialistas, e chega, até, a chamá-las de *grosseiras*.

Simiand mostra seu descontentamento com as afirmações de Seignobos de que o fenômeno social é uma mera abstração e, seguindo esta mesma abordagem, denuncia a presença de ideais “contratualistas” (contrato social) nos métodos destes historiadores metódicos. Segundo José Leonardo do Nascimento, na apresentação da obra de Simiand, afirma que esse estudioso

entende combater o “contratualismo” com a noção científica de causa social. Para ele, os historiadores, imprecisos no trato dos conceitos, não têm nenhuma noção fixa de causa. No geral confundem causa com condição necessária e com condição suficiente.<sup>43</sup>

Esta denúncia abrirá espaço para discussões sobre a “*noção científica de causa*”, em que Simiand declarou ser esta “*noção*”, formulada por Seignobos, de maneira imprecisa e mal feita. O autor meditou, ainda, sobre a falta de métodos claros na *eleição da causa*, a partir de vários fatos anteriores, e fazendo sérias reflexões sobre verossimilhança. Ainda, trabalha com dois pontos nesta abordagem sobre a “*noção científica de causa*”, quando analisou o valor da “*explicação psicológica*” e a “*explicação finalista*”.

Ainda segundo Jose Leonardo, Simiand tem a preocupação de demonstrar a clivagem entre a história tradicional e nova ciência social, uma vez que a primeira tenta, através dos documentos, mostrar que os acontecimentos foram propositais, por isso tenta mostrar as intenções dos indivíduos. Com isso ele tece uma crítica à historiografia de sua época, mais especificamente à postura de neutralidade dos historiadores frente os documentos. Para Simiand, é papel dos historiadores fazer a crítica às fontes e não de se “esconder” atrás delas, como se os documentos falassem por si mesmos, uma vez que a história não é em hipótese alguma uma fotografia do passado.

François Simiand foi, apesar de algumas limitações, um precursor e entusiasta de muitos avanços historiográficos do século XX; quem sabe até adiantando algumas reivindicações, que ainda seriam feitas pelo movimento dos *Annales* nos anos de 1930.

## 1.2 MOMENTO DE TRANSIÇÃO: QUEBRA DE PARADIGMAS

---

<sup>43</sup> Idem. p. 17.

Nessa perspectiva, é no contexto do século XX que a questão da participação e a importância do indivíduo e da coletividade passam a ganhar maior destaque. É quando se começa a discutir sobre a “volta do sujeito histórico”, o que significa dizer que houve uma reação por parte dos historiadores que passaram a reivindicar uma nova postura por parte da historiografia que até então não privilegiava as questões individuais da história, como se a ela apenas importasse as questões tidas como centrais, impessoais, como se a história não tivesse sujeitos, agentes ativos. É contra essa postura que Lucien Febvre e Carlo Ginzburg se voltam.

E é exatamente nesse sentido que nosso trabalho irá seguir, ou seja, iremos analisar esse movimento de reação, protagonizado por essas duas correntes historiográficas através das obras “O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais” de Lucien Febvre e “O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição” de Carlo Ginzburg, obras essas que apresentam contextos historiográficos distintos, mas que marcam de forma emblemática o empenho da historiografia do século XX em ter o indivíduo como uma de suas questões centrais. Dessa forma, segundo Aróstegui, esses novos modelos de história reagem à crise, apresentando propostas de renovação historiográfica que trazem o indivíduo como o centro, o agente histórico ativo, que está sempre interagindo com a estrutura, com a sociedade.

Com isso, em decorrência desses fenômenos, as questões pessoais ainda permanecem, mesmo que indiretamente, em segundo plano. E quando a situação começa a ficar “insustentável”, isto é, o que se denomina de “crise”, uma nova geração de historiadores, agora no século XX, começam a reagir a essa forma elitista e engessada da escrita da história. Propondo novos métodos, novas abordagens, novas fontes.

Nessa pesquisa trabalharemos com a perspectiva de que houve duas crises historiográficas no século XX. A primeira, cuja reação foi contra essa proposta de história historicizante, do século XIX, que privilegiava as questões coletivas e não dava importância às questões individuais como fruto do processo histórico. A essa primeira crise temos o surgimento da Escola dos Annales, em 1929, na França. O segundo momento que denominamos de crise, se deu no último quarto do século XX, cuja reação é contra essa historiografia que privilegiava de maneira intensa as questões sociais e econômicas na história, o que também acabava por deixar as questões individuais em segundo plano, visto que o indivíduo estava preso às questões coletivas, ou seja, o indivíduo não era nada além de uma extensão da coletividade, da sociedade. Essa segunda crise propunha uma nova perspectiva historiográfica, novas fontes e novas abordagens para as questões individuais, como a da Micro-História, surgida por volta de 1980, na Itália.

Na perspectiva de Lucien Febvre essa “primeira crise” historiográfica, não foi apenas

uma doença específica que atingisse unicamente a história. Foi e é um dos aspectos – o aspecto propriamente histórico de uma grande crise do espírito humano. Ou mais precisamente, é apenas, ao mesmo tempo, um sinal e uma das

conseqüências de uma transformação muito nítida e muito recente da atitude dos homens de ciência, dos cientistas, frente à Ciência.<sup>44</sup>

Com isso toda uma concepção de mundo, criada pela ciência e o próprio conceito desta começam a ser contestados.

[...] Os nossos conhecimentos ultrapassavam bruscamente a nossa razão. O concreto fazia estalar os quadros do abstrato. A tentativa de explicação do mundo pela mecânica newtoniana ou racional terminava num fracasso brutal. Era preciso substituir as antigas teorias por teorias novas. Era preciso rever todas as noções científicas sobre as quais se tinha vivido até então.<sup>45</sup>

A historiografia como outras disciplinas do conhecimento social, foi constituindo-se ao longo de um problemático processo de aquisições e debates, que se acentuaram quando essa entra em crise, ou seja, quando os modelos anteriores não são mais satisfatórios para se explicar a totalidade das ações humanas.

A clara separação entre a “ciência da história”, que será o objetivo que se atribui ao século XIX, e a história erudita e filosófica do século XVIII, tem talvez seu ponto de inflexão na historiografia romântica, que terá seu auge na Europa da Restauração e atinge seu declínio sob a influência geral da nova filosofia positivista de meio século depois. Nesse momento da história cultural européia pode-se dizer que aparece a historiografia moderna. É também nesse momento de auge historiográfico que começam a se diferenciar as escolas nacionais de historiadores, e inicia-se a criação de grandes tradições historiográficas que prevalecerá, aproximadamente, até a Grande Guerra de 1914. As escolas historiográficas mais avançadas e brilhantes seriam, sem dúvida, a alemã e a francesa. A elas seguiriam, a britânica, e em menor escala, a italiana e a espanhola.<sup>46</sup>

Entretanto “a criação e o desenvolvimento da ‘ciência da história’ fez-se através da hegemonia de *diversas correntes historiográficas* [grifo nosso]”<sup>47</sup> tais como o historicismo, o positivismo, marxismo, os Annales, Micro-História entre outras. Cada uma dessas correntes tinha um olhar particular da história, e conseqüentemente do indivíduo.

### 1.3 A HISTORIOGRAFIA DA ESCOLA DOS ANNALES

O Movimento dos Annales, em sua primeira geração, contou com dois líderes: Lucien Febvre (um especialista em história moderna com ênfase no século XVI) e Marc Bloch (um

<sup>44</sup> FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 2ª Ed. Tradução Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Rio de Janeiro, Editorial Presença Ltda, 1985, p. 35.

<sup>45</sup> Idem. p. 37-38.

<sup>46</sup> ARÓSTEGUI, op cit. p. 100.

<sup>47</sup> Idem, p. 99.

medievalista). Dissidentes da *Revue de synthèse historique*, Lucien Febvre e Marc Bloch - com o projeto de renovar a história - fundaram a Revista *Les Annales d' Histoire Économique et Sociale* em 1929. Tinham como objetivos: eliminar o espírito de especialidade. Nas palavras do próprio Febvre:

[...] Nem uma concessão ao espírito de especialidade, que é o espírito de morte no estado atual do trabalho humano. Estou de acordo, atrevo-me a dizê-lo, comigo próprio, que toda a vida dirigi toda a ação contra o espírito de especialidade – vejam os meus *Annales d' Histoire Économique et Sociale* – e disse: Não, as ciências não [...] Quebrar os quadros abstratos, ir direto aos *problemas* que o homem não especializado traz consigo, põe a si próprio e aos outros, fora de qualquer preocupação de escola. [...] Esse é meu objetivo desde sempre [...]<sup>48</sup>;

Além de promover a interdisciplinaridade, favorecer a união das ciências humanas, passar da fase dos debates teóricos (os da *Revue de synthèse historique*) para a fase das realizações concretas, nomeadamente inquéritos coletivos no terreno da história contemporânea. Apesar de seu interesse pela história política contemporânea, Bloch optou por especializar-se em história medieval. E Lucien Febvre por especializar-se em História Moderna.

Denominada por muitos como Escola dos Annales, esse grupo de historiadores se engajaram em propor um conjunto de estratégias voltadas para combater o tipo de história que se fazia na França e que dominava a universidade no início do século XX. Eles combatiam essa história preocupada somente com os fatos singulares, principalmente com os de natureza política, diplomática e militar, que eles denominavam, de maneira não muito simpática de positivista, historicizante.

Na verdade, eu não creio que, se as nossas histórias de união, são antes de mais, histórias políticas, diplomáticas e militares, seja porque as massas, os homens ‘obscuros e anônimos’ são particularmente difíceis de conhecer na intimidade dos seus sentimentos. Pensar-se-á que estamos melhor informados quando se trata dos grandes e que é necessário distinguir o que podia movê-los num sentido ou no outro.<sup>49</sup>

Combatiam ainda essa história que pretendendo-se científica, tomava como critério de cientificidade a verdade dos fatos, mediante apenas a análise dos documentos verdadeiros e autênticos, e que como consequência desse “método”, se furtava ao diálogo<sup>50</sup> com as demais ciências humanas, como antropologia, a psicologia, a lingüística, a geografia, a economia, e sobretudo a sociologia.

<sup>48</sup> FEBVRE, 1985, p. 108.

<sup>49</sup> FEBVRE, 1985, p. 91.

<sup>50</sup> Esse diálogo também pode ser entendido aqui como sinônimo de interdisciplinaridade.

Não se faz história sem um mínimo de conhecimentos positivos perfeitamente adaptados às necessidades do historiador. E, acrescento, sem um material do qual ninguém tem o direito de dar preventivamente um inventário limitativo – porque, precisamente, uma das formas de escolha da atividade histórica consiste em multiplicar os seus elementos, em descobrir que, quando não se tem textos, se pode aproveitar muito do estudo profundo de nomes de lugares; ou da análise comparativa de certos grupos de palavras; ou ainda da distinção dos tipos de sepultura, da expansão de um modo de construção, da separação dos nomes de santos usados pelas igrejas, de ritos religiosos, de fórmulas jurídicas, de cerimônias de usos [...] Esforçar-se por ser ativo diante do desconhecido. Suprir e substituir e completar: trabalho próprio dos historiadores *dessa nova geração da Escola dos Annales* [grifo nosso].<sup>51</sup>

Contra isso, eles propunham uma “história nova”, que era problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar. Nas palavras de um de seus fundadores:

peço aos historiadores, quando vão para o trabalho, que não se dirijam para ele à maneira de Magendie: Magendie, esse mestre de Claude Bernard, esse precursor da filosofia que experimentava tanto prazer em vaguear de mãos nos bolsos por entre os fatos raros e curiosos, como o trapeiro por entre as porcarias, dizia ele. Peço-lhes que vão para o trabalho à maneira de Claude Bernard, com uma boa hipótese na cabeça. Que nunca se façam colecionadores de fatos, ao acaso, como dantes se fazia pesquisadores de livros nos cais. Que nos dêem uma História não automática, mas sim problemática.<sup>52</sup> [...] Há que banir seriamente esse ingênuo realismo de um Ranke, que imagina pode conhecer os fatos em si mesmos, ‘como se passaram’.<sup>53</sup>

Uma história de estruturas em movimento, com grande ênfase no estudo das condições de vida material, embora sem nenhum reconhecimento da determinância do fator econômico na totalidade social, ao contrário da concepção marxista da história. Essa corrente historiográfica tem como principais representantes os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre.

#### 1.4 O CONCEITO DE INDIVÍDUO NO ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XX

Na segunda metade do século XX o debate biográfico voltou a ganhar destaque no cenário, retomado por autores que pretendiam dar visibilidade ou dar a palavra a aqueles, que por muito tempo, foram negligenciados pela História. Foi nesse contexto que a dimensão individual passou a ser vista com um pouco de desconfiança, visto que deixava de lado a visão predominante da história política e econômica a até mesmo a visão que se tinha do indivíduo atrelado ao coletivo.

---

<sup>51</sup> FEBVRE, Op. cit. 91.

<sup>52</sup> FEBVRE, op. cit. p. 49.

<sup>53</sup> Idem. p. 63.

Esse fenômeno gerado pelo ganho de importância do debate biográfico acaba também por afetar e influenciar diversos campos das ciências humanas e sociais, dentre elas a história, visto que da segunda metade do século XX em diante há novamente um “esgotamento” dos paradigmas, principalmente o desenvolvido pela Escola dos Annales. Com isso há o surgimento de novas correntes ou escolhas historiográficas que vão buscar resignificar a escrita da história, dando novas abordagens muitas vezes às mesmas questões, com o objetivo de proporcionar um estudo e conseqüentemente um conhecimento mais aprofundado a respeito das questões teóricas. Uma das formas que mais teve destaque foi a complementação da noção de indivíduo, proposta pela Micro-História,

que em vez de partir do indivíduo médio ou típico de uma categoria socioprofissional ocupa-se de estudos de caso, de microcosmos, valorizando as ações-limite de crise. Esses historiadores dão mais atenção às estratégias individuais, à complexidade dos elementos em jogo e ao caráter imbricado das representações coletivas.<sup>54</sup>

Nesse sentido a Micro-história pode ser considerada não apenas como sintoma de uma insatisfação frente aos paradigmas científicos gerais das ciências sociais, como aponta Revel, mas também como um índice do interesse da reflexão histórica contemporânea pela mudança social e a capacidade dos indivíduos e grupos de agirem ativa e autonomamente sobre ela.

Dessa forma a Micro-História pode ser pensada - e freqüentemente tem sido - no interior de um conjunto mais amplo de discussões que constituíram o contexto da disciplina histórica nas últimas décadas. Esse panorama geral, segundo Espada Lima, seria marcado, presumivelmente, pelo deslocamento desde uma perspectiva histórica mais globalizante, preocupada com as continuidades dentro de longos processos históricos e largos espaços geográficos, em direção a um recorte mais circunscrito e voltado para as trajetórias individuais e de grupo. A esse contexto a micro-história seria a resposta coerente dentro do horizonte cultural italiano.

É um fato que o debate ajudou a articular claramente muitas dessas questões que envolviam, na Itália e fora dela, discussões em torno da teoria e da prática do ofício do historiador. Mas esse contexto geral é amplo demais, e a simples suposição da coerência entre os grandes debates "supranacionais" e suas "variações" locais nos impede de compreender como essa mudança de perspectiva se impôs de modo particular em cada caso, a partir de parâmetros e tradições culturais específicos.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> DOSSE, 2009. Op. cit. p. 254-255.

<sup>55</sup> LIMA, op. cit. p. 15.

Esse novo esgotamento do paradigma da primeira metade do século XX pode ser entendido como uma segunda crise da historiografia<sup>56</sup>, uma vez que

a crise dos grandes modelos de interpretação, marxista e estruturalista entre outros sugeriu a numerosos historiadores interrogarem-se sobre a noção de indivíduo: em 1987, Bernard Guenée, considera que o estudo das estruturas dá espaço demais ao que deriva da necessidade [...]. Decepcionados e insatisfeitos com as categorias abrangentes de classe social ou de mentalidade, que reduzem o sentido das ações humanas ao efeito de forças econômicas, sociais ou culturais globais, mesmo os historiadores sociais resolveram, então, refletir sobre as trajetórias pessoais. Em suma, no decorrer desses últimos anos, a dimensão individual se tornou uma questão central, [...] a aposta hoje não é mais o grande homem (noção descartada, e por vezes mesmo tida por pejorativa), mas o homem qualquer.<sup>57</sup>

Nesse contexto de renovação de pesquisa houve consequentemente uma expansão das fronteiras da investigação historiográfica que implicaram no que Henrique Espada Lima denominaria “trocas historiográficas” entre diferentes tradições nacionais, uma vez que a circulação de pesquisadores fez com que historiadores franceses fossem trabalhar nos arquivos de outros países, assim como historiadores de outros países fossem trabalhar na França.

A rede de influência mútua que se estabeleceu entre historiadores franceses e italianos [...] iria permitir não apenas que as discussões da Península fossem enriquecidas pela influência cultural da tradição historiográfica francesa, mas também que o debate italiano começasse a influenciar os termos do debate histórico na França. Mais uma vez, é uma dinâmica construída sobre projetos comuns, discussões coletivas e no empenho didático de formação de historiadores no horizonte cultural que se formava.<sup>58</sup>

Esse novo contexto de crise da historiografia do último quarto século XX trouxe novas propostas de abordagens históricas, entre elas destacam-se a História das Mentalidades, a História Cultural, a Nova História Cultural e a Micro-História.

A tentação dos rótulos permanece sendo um das mais difíceis de controlar no horizonte da análise historiográfica. Essa é muitas vezes contaminada pela retórica que envolve os debates no campo da história. Junto dos rótulos aparecem, com frequência, os lugares-comuns: os temas da "crise" (crise da razão, crise das certezas) e do "novo" (como no arqui-utilizado "nova história") são alguns deles. "Micro-história" talvez tenha se arriscado a tornar-se um lugar-comum desse tipo.<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup> A proposta desse trabalho não é entender a biografia como uma extensão da historiografia, pelo contrário, o que se entende por biografia como uma disciplina de ofício, que pretende entender o individual como algo de relevância para o conhecimento, é em diversos pontos muito distinto da perspectiva que a historiografia dá para a questão do individual. Esta o entende, agora no contexto do século XX, como algo que se pode ser estudado e que contribuirá para o entendimento da sociedade, para entender as mudanças causadas pelo fator humano.

<sup>57</sup> LORIGA, op. cit. p. 213.

<sup>58</sup> LIMA. Op. Cit. p. 85.

<sup>59</sup> LIMA. Op. cit. p. 15.

Mas cabe ressaltar que essas abordagens ou perspectivas historiográficas, se assim se preferir, apresentam muitas semelhanças em seus temas e objetos de pesquisas, mas que se analisados atentamente percebe-se suas distinções, que não são em nada sutis.

A História das Mentalidades foi desenvolvida na França entre as décadas de 1960 e 1970. É um gênero historiográfico duramente criticado e taxado como uma “história menor”, politicamente reacionária e dedicada a temas irrelevantes. Seu ponto inicial foi com a Escola dos Annales em 1929, daí dizer que é sua herdeira dileta. Mas essa afirmação não é de toda pertinente, visto que só alguns historiadores franceses, entre eles Febvre e Bloch, partilhavam a preocupação com as maneiras de pensar em sentir dos indivíduos (em coletividade), além disso, os historiadores das mentalidades romperam com o espírito de síntese tão defendido pelos annalenses para, nas palavras de Ronaldo Vainfas “apegar-se a temas inscritos no ‘terceiro nível’ da estrutura social [...]”.<sup>60</sup>

Espada Lima afirma que a história das mentalidades operaria "no nível dos automatismos cotidianos do comportamento. Seu objeto é aquilo que escapa aos indivíduos (...) porque revela o conteúdo impessoal do seu pensamento".<sup>61</sup>

Segundo Vainfas, Bloch e Febvre inauguraram o estudo das mentalidades, fazendo dessa perspectiva temática um legítimo objeto de investigação histórica, embora seus estudos estivessem condicionados a uma perspectiva globalizante e sintética de história social. O livro considerado como marco da História das Mentalidades é o de Robert Mandrou “*Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*”, no qual trata da perseguição à feitiçaria na França moderna, de 1968, já na terceira geração dos Annales, quando Braudel se aposenta, passando então a presidência da revista para Jaques Revel e André Burguière, que assim como Le Goff, se dedicavam às mentalidades. Dessa forma houve uma reviravolta nas temáticas e enfoques na historiografia francesa, que deixaram de lado as preocupações socioeconômicas passando a privilegiar os processos mentais, a vida cotidiana e suas representações.

Seja como for, a história das mentalidades que passou a reinar na historiografia francesa desde fins da década de 1960 tem sido caracterizada, precipitadamente, em função de seus temas e de seu estilo. Quanto aos temas, é de costume se destacar a preferência por assuntos ligados ao cotidiano e às representações: o amor, a morte, a família, a criança, as bruxas, os loucos, a mulher, os homossexuais, o corpo, [...], os modos de vestir, de chorar, de comer ou de beijar. Quanto ao estilo, costuma-se realçar seu apego à narrativa e à descrição em detrimento da explicação globalizante.<sup>62</sup>

<sup>60</sup> VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro. Campus, 2002, p. 16.

<sup>61</sup> Lima, O. cit. p. 77.

<sup>62</sup> VAINFAS. Op. Cit. p. 23.

Devido ao seu enfoque teórico de seus objetos, esse gênero historiográfico é tido como dedicado somente às religiosidades, à sexualidade, aos comportamentos, ou seja, aos temas marginais frente às questões centrais (econômica) e à história das ideias. Além de ser muito confundido com a micro-história.

Por outro lado, a compensar as tendências empiricistas ou preocupadas em dizer o que a história das mentalidades “não é”, buscou-se afirmá-las como a história mais aberta possível, sem excluir a dimensão individual e mesmo irracional dos comportamentos sociais, procurando resgatar os padrões mais repetitivos da vida cotidiana, em especial o universo de crenças ligadas ao nascimento, à morte, aos ritos de passagem, ao corpo, aos sentimentos. Vem daí a afirmação tantas vezes reiterada de que *todo e qualquer documento se pode prestar a uma pesquisa de mentalidades [...]*.<sup>63</sup>

A partir do famoso texto de Le Goff “*As mentalidades – uma história ambígua*”, Vainfas define três ideias básicas sobre as mentalidades: o primeiro é sobre seu recorte social, que Le Goff define como sendo

*“abrangente a ponto de diluir as diferenças inerentes à estratificação social da sociedade estudada: ‘A mentalidade de um indivíduo histórico, sendo esse um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com os outros homens de seu tempo’. E mais adiante: ‘o nível da história das mentalidades... é o que escapa aos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento [...]. Enfim, a questão do tempo das mentalidades, [...] é o tempo braudeliano da longa duração: “a mentalidade” – afirma Le Goff - é aquilo que muda mais lentamente. História das mentalidades, história da lentidão na história.*”<sup>64</sup>

A concepção que Le Goff tem da história das mentalidades é bem diferente da concepção de Michel Vovelle, que é um historiador marxista. Em seu artigo intitulado “*Ideologias e mentalidades: um esclarecimento necessário*” Vovelle recusa a noção de “inconsciente coletivo” e opta pela concepção de “imaginário coletivo”. Recusou também a concepção de “autonomia do mental”, mesmo não endossando o reducionismo socioeconômico do marxismo. Propôs uma articulação entre o conceito de mentalidade com o de ideologia, por considerar mais operacionalizável.

No entanto a brecha para o ingresso das mentalidades no campo dos historiadores foi, na concepção de Ronaldo Vainfas, o impasse entre a “crise do racionalismo e a própria tradição racionalista do mundo ocidental”.<sup>65</sup> Divergências à parte o campo de estudo das mentalidades proliferou muito desde o seu início, predominando os estudos na área da História Medieval e Moderna (talvez fruto de seus dois grandes influenciadores, Bloch e Febvre).

<sup>63</sup> Idem. p. 24.

<sup>64</sup> Idem, p. 26.

<sup>65</sup> VAINFAS. Op. Cit, p. 29.

Esse estudo se expandiu para outros países europeus, até mesmo para a América Latina e Estados Unidos, sofrendo as mudanças e adaptações de cada lugar. Apesar da expansão de suas fronteiras, sempre houve a predominância dos estudos sobre as temáticas européias.

Diante desse novo cenário, que surgiu na França por meados do século XX, e como uma forma de crítica à história das mentalidades, considerada como um ramo menor dentro da história, por privilegiar temáticas que não englobavam as grandes questões, ou as questões centrais como a economia e a política, por exemplo, alguns historiadores buscaram uma maneira de demonstrar que a história feita por eles, não era em nada parecida com a história das mentalidades. Ou seja, eles queriam demarcar bem objetivamente que o que eles faziam era uma “Nova História”.

No entanto, Ronaldo Vainfas enfatiza que

apesar de alertarem que não se pretendia justificar uma *nova história* doravante caracterizada pela “justaposição de fragmentos de diversas histórias”, e, pelo contrário, defenderem a busca das “articulações entre os diversos caminhos da pesquisa histórica”, a tendência oferecida sinalizava, então, a pluralidade de enfoques, diversidades de temas e a renúncia a qualquer ortodoxia teórica ou doutrinária. No limite, anunciava-se uma nova história preocupada com “o nível do cotidiano, do ordinário, dos pequenos”.<sup>66</sup>

Nessa perspectiva, muitos historiadores, como Michel de Certeau, passaram a declarar seu distanciamento da história das mentalidades à moda de Bloch e Febvre e passaram então a defender uma “história em migalhas”, fazendo uma analogia à obra de François Dossê, que diga-se de passagem, foi um dos grandes críticos dessa forma de abordagem da historiografia.

O surgimento da Nova História se deu por volta da década de 1970, embora na década de 1930 e 1940, Febvre e Bloch já utilizavam esse termo para o tipo de história que praticavam. “A Nova História [...] foi assim rotulada na década de 1970, a que apontava para a diversificação de abordagens ou para o fatiamento da história, como delas disseram alguns. A que fez das mentalidades seu carro-chefe”.<sup>67</sup>

Esse novo fazer historiográfico trouxe consigo novas abordagens, com, por exemplo,

a arqueologia, a economia, a demografia, a religião, a literatura, a arte, as ciências, a política. Quanto à seção de “novos problemas”, aparecem assuntos como aculturação, história das ideologias, o quantitativa na história, o retorno do fato. [...] A Nova História incluía, na prática, tendências muito variadas, e sequer excluía o marxismo, parecendo, antes, propor uma nova atitude historiográfica, mais aberta e mesmo mais eclética.<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> Idem, p. 33.

<sup>67</sup> VAINFAS, Op. Cit. p. 36.

<sup>68</sup> Idem. p. 36.

Já no que tange à História Cultural ou Nova História Cultural, Vainfas considera seu surgimento como sendo uma forma de refúgio da história das mentalidades por considerá-la um campo teórico mais consistente, uma vez que em suas principais versões procurou defender o estudo do “mental” sem desconsiderar a história como disciplina específica, com o objetivo de complementar e aperfeiçoar as “falhas” teóricas que a história das mentalidades apresentava na década de 1970.

Mesmo sendo o refúgio das mentalidades, uma característica importante do que hoje em dia se chama de história cultural é sua rejeição ao conceito de mentalidade, por considerá-lo vago e ambíguo, no que se refere às relações entre o mental e o todo social. Ou seja, houve uma troca de conceito, ao invés de mentalidades, entra em foco o conceito de cultura, cultural. Mas não é o conceito de cultura dedicado às manifestações oficiais das sociedades, mas sim um novo conceito de cultura que revela apreço pelas manifestações das massas anônimas, como as festas, as crenças heterodoxas, em outras palavras, o conceito de cultura tem o sentido de cultura popular, com a preocupação de resgatar o papel das classes sociais, da estratificação e conflito social. Nesse sentido, Vainfas a define como uma história plural, pois é capaz de apresentar diversos caminhos para a investigação histórica, cabendo ao historiador definir seus objetivos e os rumos que sua escrita tomará ao longo o trabalho. Ou seja, permanece a característica da história-problema, mas com novas abordagens narrativas.

O reconhecimento da pluralidade da nova história cultural deve ser articulado, a meu ver, com outras três características [...], que permitem traçar ao menos um perfil de conjunto para o campo de estudo em foco. [...] 1) recusa do conceito vago de mentalidade; 2) preocupação com o popular; 3) valorização das estratificações e dos conflitos socioculturais como objeto de investigação. Assim, sem a pretensão de esgotar o assunto, creio ser possível selecionar três maneiras distintas de tratar a história cultural que, sem prejuízo de outras, permitem distingui-la com alguma coisa da “antiga” história das mentalidades: a história da cultura praticada pelo italiano Carlo Ginzburg, notadamente suas noções de cultura popular e circularidade cultural; a história cultural de Roger Chartier, historiador vinculado, por origem e vocação, à historiografia francesa – particularmente os conceitos de representação e apropriação; a história da cultura produzida pelo inglês Edward Thompson, especialmente na sua obra sobre movimentos sociais e cotidiano das “classes populares”, na Inglaterra do século XVIII.<sup>69</sup>

Esse universo das trocas historiográficas entre esses dois países, principalmente, é seguramente mais amplo e dinâmico do que a pequena parte explorada nesse trabalho. Ele é formado pela circulação de livros e pesquisadores, pelas resenhas e traduções de parte a parte, pelos congressos e discussões. Um mapa também das leituras individuais que tornaram concreta a assimilação, e a conseqüente reformulação, de todo um conjunto de problemas e instrumentos de

---

<sup>69</sup> VAINFAS. Op. Cit. p. 59.

pesquisa por parte dos historiadores italianos, dirigidos por seus próprios interesses de investigação - que reprocessaram de várias maneiras as influências não apenas de Braudel, mas também de outros historiadores que não tiveram na Itália seu interesse principal, como Georges Lefebvre, Marc Bloch, Lucien Febvre, Ernest Labrousse, Pierre Vilar.

Por meio desse balanço rápido sobre essas perspectivas historiográficas, o que se observa é que houve um afinamento teórico de algumas correntes e historiadores que, mesmo não se desfazendo dos “novos problemas” ou “novos objetos”, buscaram aprofundar seus quadros teóricos e complexificar o aparato conceitual de suas pesquisas.

### 1.5 PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA DA MICRO-HISTÓRIA

A Micro-História <sup>70</sup> é um gênero historiográfico surgido com a publicação, na Itália, da coleção "Microstorie", sob a direção de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, pela editora Einaudi, entre 1981 e 1988. Vem sendo praticada por historiadores italianos, franceses, ingleses e estadunidenses, com ênfase no papel desempenhado pelos primeiros, na importância da revista "Quaderni Storici" e no sucesso da referida coleção "Microstorie".

A sua proposição de análise histórica defende uma delimitação temática extremamente específica por parte do historiador, inclusive em termos de espacialidade e de temporalidade. Numa escala de observação reduzida, a análise desenvolve-se a partir de uma exploração exaustiva das fontes, envolvendo a descrição etnográfica e tendo preocupação com uma narrativa literária. Segundo Henrique Espada Lima, essa é uma idéia de que se pode revelar muito olhando com atenção para um lugar onde aparentemente nada acontece, uma vez que sugere, se não um procedimento, ao menos a qualidade de uma observação ou de uma perspectiva frente aos objetos da análise. "Uma atitude intelectual que se alimenta da convicção de que o olhar através do microscópio, o interesse pelo minúsculo - ou mesmo, no limite, pela miudeza e por aquilo que mais facilmente se negligencia -, pode revelar dimensões inesperadas no domínio da história". <sup>71</sup>

Além disso contempla temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades específicas, — geográfica ou sociologicamente — às situações-limite e às biografias ligadas à reconstituição de microcontextos ou dedicadas a personagens extremos, geralmente figuras anônimas, que passariam despercebidas na multidão. Espada Lima destaca que essas temáticas chegaram às da revista por meio de novos colaboradores na década de 1970, tais como Pasquale Villani, Edoardo Grendi, Angelo Ventura, Ernesto Galli Della Loggia, Raffaele Romanelli, posteriormente Giovanni Levi,

<sup>70</sup> Ver mais a respeito da Micro-História no livro de Henrique Espada Lima, "A Micro - História Italiana: Escalas, Índicios e Singularidades".

<sup>71</sup> LIMA, Op. cit, p. 14.

Carlo Poni e Carlo Ginzburg. O que significou uma nova fase dos *Quaderni Storici*, na qual ocasionou uma nova organização interna.

Afinal, constata-se logo que a micro-história se constituiu como "articulação" de outros debates que se desenvolveram de modo paralelo - e às vezes de forma independente - no curso dos anos 1970 e que podem também ser visualizados nas páginas dos *Quaderni Storici*. Ela não pode ser pensada sem esses debates, do mesmo modo que não pode ser diretamente confundida com eles, sob a pena de não compreendermos como esta nova "configuração" sistematicamente selecionou e articulou seus diversos elementos, transformando-os.<sup>72</sup>

Além disso deve-se levar em consideração que ela surgiu a partir dos debates relacionados com os rumos que a chamada Escola dos Annales deveria tomar, esta nova corrente historiográfica foi mal compreendida, ora tomada como história cultural, ora confundida com a história das mentalidades e com a história do cotidiano.

Ainda hoje mal compreendida, a micro-história carrega o estigma de “pequena história”, de história menor, por vezes reacionária, neoliberal e outros epítetos lançados por uma crítica aparentemente politizada de esquerda.<sup>73</sup> [...] Dedicando-se a pequenos enredos, personagens anônimos, aspectos cotidianos das sociedades passadas, quando não a temas extravagantes como a vida de exorcistas, seitas diabólicas, assassinatos atroz ou brigas conjugais, a micro-história foi por muito tempo confundida – e por vezes ainda é – com a história das mentalidades desenvolvida sobretudo na França das décadas de 1960 e 1970.<sup>74</sup>

Nessa perspectiva a Micro-História pode ser entendida como um gênero específico de narrativa e modo de fazer história. Esse gênero se firmou nos anos 1980, podendo ser considerada, a rigor, como uma das manifestações da história das mentalidades.<sup>75</sup>

“Microstoria” é, antes de tudo, o nome de uma coleção italiana publicada pela Einaudi (Turim), voltada para pesquisas biográficas, estudos de comunidades, reconstituição de episódios excepcionais na vida cotidiana de certas populações etc. Foi formulada em seu princípio, como um conjunto de proposições e questionamentos sobre os métodos e os procedimentos da história social, articulando discussões esparsas em torno da relação da história com as outras ciências sociais, especialmente com a economia, demografia e antropologia.

Espada Lima afirma que esse era

um tecido de diálogos amplo e multifacetado que, em suas várias vertentes, era influenciado por proposições tão diversas quanto a historiografia francesa ligada à revista dos Annales, a história social britânica, as tradições marxistas e socialistas

<sup>72</sup> LIMA, Op. cit. p. 60.

<sup>73</sup> VAINFAS, Op. Cit, p. 11

<sup>74</sup> Idem, p. 13.

<sup>75</sup> Ver mais a respeito da História das Mentalidades na obra de: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro, Elsevier, 1997

italianas ou a antropologia social. Os termos do debate, após seus primeiros passos, passaram a agregar um espectro variado de temas e questões. Isso desde a crítica às noções globalizantes e abstratas da historiografia tradicional - chamando a atenção para a necessidade de redução da escala de análise, para as discrepâncias e ambiguidades dos contextos históricos individuais, e o esforço de pensar um paradigma para a história por meio do método 'indiciário'.<sup>76</sup>

O objeto da Micro-História consiste nas racionalidades e estratégias que põem em funcionamento as comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos.

Ao examinar atentamente os interstícios dos sistemas normativos, a micro-história demonstra que o contexto histórico corresponde bem mais a um tecido conjuntivo atravessado de campos elétricos de intensidade variável do que um conjunto compacto e coerente, e que o indivíduo, todo e qualquer indivíduo, representa uma figura bastarda, situando-se no cruzamento de experiências sociais diversas.<sup>77</sup>

Segundo Ronaldo Vainfas, os historiadores da micro-história sempre estiveram preocupados em tratá-la como uma questão de escrita da história, visto que sua delimitação está intimamente interligada com o papel da narrativa do historiador, ou seja é uma questão teórica aliada com a nova proposta de metodologia que passa então a ser adotada. Por isso, é facilmente perceptível

o cuidado no uso das fontes e a profusão delas, *já que agora tudo, absolutamente tudo, pode ser usado como fonte pelos historiadores* [grifo nosso]. Em Ginzburg, por exemplo, os dois volumosos processos inquisitoriais, além de documentos ancilares, sempre que necessário esclarece o que Menocchio lera ou podia ter lido e os aspectos do *modus faciendi* inquisitorial [...].<sup>78</sup>

Esse cuidado excessivo com as fontes se dá pelo fato de que a micro-história tem uma variedade enorme de fontes, o que privilegia a exposição narrativa e descritiva dos casos analisados, não privilegiando a demonstração empírica das evidências, mas sim apresentando os resultados por meio de um discurso literário. Em decorrência disso, essa corrente ou gênero historiográfico, parece ter realmente triunfado em toda parte, favorecido principalmente pela aceitação do público não-especializado que, no mundo inteiro, parece sempre ávido de intrigas, tragédias e aventuras e a forma como essas tramas lhes são apresentadas contribui muito para a disseminação dessa forma de escrita historiográfica.

No entanto essa postura de escrita é um dos grandes motivos das críticas recebidas por essa perspectiva historiográfica, pelo fato de que ela pode ser facilmente confundida com a narrativa ficcional e muitas vezes seus historiadores são acusados de inventar os fatos. O que não é verdade, pois como o próprio Ginzburg defendeu em um artigo intitulado “Provas e Possibilidades”:

<sup>76</sup> LIMA, Op. cit. p. 16.

<sup>77</sup> LORIGA. op. cit. p. 222.

<sup>78</sup> VAINFAS. op. cit. p. 100.

em matéria factual - e especialmente nela - o historiador, *entenda-se o espírito/instinto de historiador, de pesquisador*, [grifo nosso], deve prevalecer, e isto vale tanto para os “grandes” fatos da política ou da economia, como para os pequenos fatos da vida cotidiana de aldeias ou de “personagens anônimos”, isto é, os não pertencentes ao panteão dos personagens oficiais da história. E, para tanto, é necessário pesquisa de fontes, verticalização investigativa, a ampliação dos *corpi* documentais, o que não raro resulta em enorme esforço para acrescentar um detalhe a mais na vida de um personagem, seu tipo físico, seu modo de vestir ou andar.<sup>79</sup>

Outra característica da micro-história, segundo Vaifas, é que esse gênero historiográfico permite uma maior aproximação entre o historiador e seu público. Isso acontece pelo fato de que na construção narrativa dos casos analisados o historiador permite demonstrar aos seus leitores suas dúvidas, suas inquietações, suas hipóteses, suas especulações. Quando isso acontece é como se houvesse um diálogo ou mesmo um desabafo por parte do pesquisador, fazendo com que pareça que exista um aprofundamento do clima novelesco que esse tipo de escrita tende a apresentar. Mas isso não significa que a micro-história inventa os fatos, muito pelo contrário, ela exige um rigor absurdo na crítica das fontes, que deve ser feito assim como toda boa pesquisa histórica, com a diferença de que se apega excessivamente aos mínimos detalhes da documentação para dessa forma poder dar vida a personagens esquecidos e desvendar enredos e sociedades ocultados pela história geral, sem a pretensão de dar uma explicação generalizante ou enquadrar esse micro-contexto como explicativo de um contexto mais abrangente, mas sim apenas demonstrar a história de um ângulo novo, diferente, que ainda sim faz parte e tem influência no todo, no geral.

Segundo Vaifas assim como a história das mentalidades, a micro-história privilegia temas deixados à margem, tanto pela história dita tradicional quanto pela considerada historicista, e até mesmo pela história social, que se dedicava ao estudo das estruturas sócio-econômicas das grandes totalidades. Essa postura pode ser considerada de certa maneira como uma “antropologização” da história, devido a sua grande preocupação em fazer os registros etnográficos e a busca das alteridades no tempo. No entanto uma grande diferença, que deve ser ressaltada é que mesmo ambas privilegiando temas considerados marginais, a história das mentalidades tem por característica englobá-los no contexto das grandes questões da história, ao contrário do que ocorre com a análise micro-histórica.

Ainda na visão de Vaifas,

mas as semelhanças não vão muito além desses pontos, lembrando a diferença essencial entre os dois campos historiográficos. No caso da melhor bibliografia produzida pelos “historiadores das mentalidades”, os recortes permaneceram amplos – paraíso, purgatório, medo, feitiçaria, infância - , analisados em conexão com a história geral das sociedades em determinadas épocas – sobretudo a Idade

<sup>79</sup> VAINFAS. Op. cit. p 103.

Média e a Época Moderna. Já na micro-história, por seu turno, os recortes privilegiados foram sempre minúsculos: a história dos indivíduos, comunidades, pequenos enredos construídos a partir de tramas aparentemente banais, envolvendo gente comum.<sup>80</sup>

Dessa forma, a proposta da micro-história, antes da criação da coleção *Microstorie*, circulava de forma informal através de pequenos artigos que eram publicados nos *Quaderni Storici*. No entanto, não tinha tanta visibilidade pelo fato de que naquele período, 1970 aproximadamente, a história das mentalidades estava no seu apogeu e portanto dominava o campo historiográfico, rompendo as fronteiras da França e alcançando outros países além da Europa.

No caso da micro-história, paralelamente ao aludido desgaste da história das mentalidades na década de 1980 e à ascensão da chamada *nova história cultural*, à qual a própria micro-história de certo modo se vincula (sem com ela se confundir), acabou por se expandir para além da Itália, atraindo autores ingleses, como Thompson; norte-americanos, como Natalie Davis; franceses, como Roger Chartier e Jacques Revel, e espanhóis, como Jaime Contreras, autor de *Sotos contra Riquelmes*. [...] Alcançou mesmo a Alemanha – país onde os livros franceses de história das mentalidades custaram a ser traduzidos –, a julgar pela coletânea publicada na década de 1990, em Frankfurt, sob a organização de Hans Medick: *Micro-historie. Neue Pfade in die Sozialgeschichte*.<sup>81</sup>

Nessa perspectiva pode-se dizer que essa proposta microanalítica trouxe novas possibilidades para a pesquisa histórica, visto que inseriu o estudo exaustivo de microtemas tais como comunidades periféricas ou de personagens sem visibilidade alguma na história e não temas gerias que estavam no “sótão” e foram reutilizados pela história das mentalidades, como a história do medo, por exemplo. No entanto, os casos de ruptura dos quais traçaram a história não são concebidos como exaltação da marginalidade, do avesso, do repudiado, mas como uma maneira de realçar a singularidade como entidade problemática, definida pelo paradoxo “o excepcional normal”.<sup>82</sup>

Ginzburg define a micro-história como sendo uma história do vivido, descontada a veleidade de fazer desse gênero historiográfico, ela se propõe como uma disciplina interdisciplinar, principalmente por sua forte aproximação com a antropologia histórica e até mesmo com a sociologia histórica. Essa aproximação se dá pelo fato de que a micro-história, assim como a antropologia interpretativa de Geertz, engloba a ausência de contextualização e de comparação, a redução da escala de observação e a rejeição à explicações generalizantes. Isso não significa que a micro-história renuncie à explicações, pois isso significaria renunciar o próprio historiador. Este assume o papel de narrador onisciente de uma trama, de um enredo, ancorado na exaustiva exploração das mais variadas fontes possíveis.

<sup>80</sup> VAINFAS. Op. Cit. P. 106.

<sup>81</sup> VAINFAS. Op. Cit. p. 108.

<sup>82</sup> DOSSE, 2009, Op. cit. p. 255.

## CAPÍTULO 2

### O CONCEITO DE INDÍVUO EM LUCIEN FEBVRE E CARLO GINZBURG

#### 2.1 A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE LUCIEN FRBVRE

Em 1897, Lucien Febvre foi admitido na Escola Normal Superior, então separada da Universidade de Paris. Era uma pequena escola superior, mas fortemente qualificada intelectualmente. O ensino era ministrado através de seminários dirigidos por professores altamente competentes nas disciplinas. Aparentemente Febvre foi “alérgico”<sup>83</sup> ao filósofo Henri Bergson, embora muito tenha aprendido com três de seus colegas. Um deles foi Paul Vidal de La Blache, um geógrafo interessado em colaborar com historiadores e filósofos. Fundaram uma nova revista, os *Annales de Geographie* (1892), visando a incentivar essa aproximação. O segundo foi o filósofo e antropólogo Lucien Lévy- Bruhl, criador do conceito de “pensamento pré-lógico” ou “mentalidade primitiva”. O terceiro foi o historiador da arte Émile Mâle, um dos pioneiros a concentrar-se não na história das formas, mas na das imagens, na iconografia, como dizemos hoje.

Durante toda a vida expressou sua admiração pela obra de Michelet. Reconheceu Burckhardt como um de seus “mestres” juntamente com o historiador da arte Louis Courajod. Confessa também outra grande influência, a do político de esquerda Jean Jaurès. A influência de Jaurès pode ser constatada na tese de doutoramento de Febvre – um estudo sobre sua própria região, a Franche- Comté, a área em torno de Besançon, no final do século XVI, quando era governada por Felipe II, da Espanha. O título da tese, Philippe II et la Franche-Comté, mascara o fato de ser uma importante contribuição tanto à história sociocultural quanto à história política.

A interpretação de Febvre sobre a história em geral não diferia da de Jaurès, que se dizia ao mesmo tempo, materialista com Marx e místico com Michelet, reconciliando as forças sociais com as paixões individuais.

Outra característica marcante e poderosa do estudo de Febvre era a introdução geográfica, que traçava um nítido perfil dos contornos da região. O interesse de Febvre pela geografia histórica era suficientemente grande para publicar, sob o incentivo de Henri Berr, um estudo geral sobre o assunto com o título de “*La terre et Pèvolution humaine*”. Esse trabalho havia sido planejado antes da Primeira Guerra Mundial, mas teve de ser interrompido quando o autor trocou as funções de professor universitário pelas de capitão de uma companhia de artilharia. Terminada a guerra, Febvre retornou ao seu estudo, que foi publicado em 1922.

---

<sup>83</sup> O termo “alérgico” foi empregado pelo autor Peter Burke, em seu livro “A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia”, p. 45.

De outro modo, foi importante para Lucien Febvre o geógrafo alemão Ratzel. O historiador francês era uma espécie de “ostra intelectual”, que elaborava mais facilmente suas idéias quando irritado pelas conclusões de algum colega. Ratzel foi um dos pioneiros da geografia humana.

Depois de completar seu antigo projeto de geografia histórica, Febvre tal qual Bloch mudou o rumo de seus interesses para o estudo de atividades coletivas ou “psicologia histórica”, como ele, da mesma maneira que seu amigo Henri Berr, denominou esse tipo de trabalho. Até o fim de sua vida, concentrou o melhor de seu trabalho de pesquisa na história do Renascimento e da Reforma, especialmente na França. Essa fase de sua carreira iniciou-se com quatro conferências sobre os primórdios do Renascimento Francês. Todos esses trabalhos referiam-se à história social e à psicologia coletiva, pois o que preocupava esse estudioso eram as questões humanas sempre presentes na história.

## **2.2 O PROBLEMA DA INCRECULIDADE NO SÉCULO XVI: A RELIGIÃO DE RABELAIS.**

“O Problema da Incredulidade no Século XVI: a religião de Rabelais” é uma das obras históricas mais fecundas publicadas deste século. Juntamente com o livro de Bloch “Os Reis Taumaturgos” e o artigo de Lefebvre sobre as multidões, inspirou a história das mentalidades coletivas, com a qual, a partir dos anos 1960, tantos historiadores franceses se preocuparam. O livro de Febvre permanece, contudo, exemplar pelas questões postas e pelos métodos empregados, mais do que pelas respostas oferecidas. É um exemplo notável da história-problema propugnada pelos Annales. Nessa obra, Lucien Febvre apresenta Rabelais “como um escritor que teve êxito no reencontro da espontaneidade e da pureza de uma cultura esmagada pelos mecanismos opressores do Estado.”<sup>84</sup>

No entanto, quando Febvre escreve sobre Rabelais, não é tanto sua singularidade que lhe interessa, mas sim o aparelhamento mental de sua época, mas para tanto se utilizará do recurso de resgatar o universo vivido por esse personagem. “O que o orienta é, pois, da ordem do binômio constituído pelo confronto entre o indivíduo Rabelais e as categorias mentais de seu tempo”.<sup>85</sup>

Segundo Dosse,

é o aparelhamento mental que conta e torna o indivíduo tributário. Esse não passa da resultante de um entretido do estado da língua no léxico e sua sintaxe, o dos instrumentos, da linguagem científica disponível, e finalmente do sistema de

<sup>84</sup> DOSSE, François. **A História em Migalhas: Dos “Annales” à Nova História**. São Paulo: Ensaio. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 87.

<sup>85</sup> DOSSE, 2009. p. 215.

percepção ambiente, na encruzilhada de três suportes: lingüístico, conceitual e afetivo, que controlam as "maneiras de pensar e sentir".<sup>86</sup>

Em seus trabalhos Febvre busca analisar a questão que para ele é central na história, ou seja, “quais as possibilidades do pensamento desse ou daquele líder da Reforma ou Renascença apresentadas a ele pela época e o meio desses homens e quais são os limites desse pensamento”<sup>87</sup>, pois como o próprio Febvre afirma,

em todas as épocas houve despreocupados com as dificuldades, heróis ou cabeças ardentes, dessas cabeças ardentes que o século XVI comumente transformou em corpos queimados – mas a perspectiva não os assustava; o número de mártires que enfrentaram sem medo os transtornos o demonstra.<sup>88</sup>

Nessa perspectiva, para Febvre a biografia intelectual é uma história da sociedade, e conseqüentemente uma história dos homens. E por ser uma história da sociedade, as conquistas desses homens são condicionadas coletivamente, uma vez que “um grande homem é filho da sua época e o representante melhor e mais completo da sua cultura, dos modos de conhecimento do mundo próprios dessa época”<sup>89</sup>.

Nesse sentido, para se entender quem era realmente esse indivíduo Febvre teve que se fazer uma dupla interrogação. Uma que diz respeito à pessoa de Rabelais e a outra sobre as categorias mentais de seu século. Essa dupla interrogação é percebida na própria estrutura da obra, uma vez que a primeira parte dá destaque ao "indivíduo Rabelais", na qual o autor intitulou "Rabelais, o ateu?"; e a segunda, um pouco mais ampla denominada de "Crença e Descrença".

Trata-se de compreender. Não digo apenas de definir o que se entende por individualismo, mas compreender os homens da Reforma. E se se compreende verdadeiramente em profundidade um Lutero e um Calvino *ou um Rabelais, por exemplo* [grifo nosso]; se se compreende o que eram a fé e a intensidade do sentimento religioso que os abrasava; se se restituem, por detrás das frases que proferiam os sentimentos que os moveram, as idéias que os determinaram – como estas controvérsias, estes choques de idéias, estes dilemas triunfantes, todo o arsenal de uma dialética jurídico-escolástica que caducou no mesmo momento em que se imaginava em plena prosperidade – como tudo isso, na verdade, parece ocioso!<sup>90</sup>

Partindo desse princípio, quando analisa o personagem Rabelais, Febvre admitia a possibilidade de livre pensamento individual naqueles tempos. Entretanto o que mais importava para esse historiador era saber se havia um meio social e intelectual em que semelhantes idéias

<sup>86</sup> DOSSE, 2009. p. 215.

<sup>87</sup> GURIÉVITCH, Aaron. **A síntese Histórica e a Escola dos Anais**. Coleção Estudos. São Paulo. Perspectiva, 2003, p. 8

<sup>88</sup> FEBVRE, Lucien. **O Problema da Incredulidade no Século XVI – A Religião de Rabelais**. São Paulo. Companhia das Letras, 2009, p. 291.

<sup>89</sup> GURIÉVITCH, op cit. p. 9.

<sup>90</sup> FEBVRE, 1985. p. 83.

pudessem definir-se e encontrar repercussão, ou seja, ele tentava entender, como diria Aaron Guriévitch, qual era a relação existente entre indivíduo e sociedade, entre a iniciativa pessoal e a necessidade social em que as idéias e atos desses homens ganham algum significado como históricos.

Isso porque Febvre era um daqueles poucos historiadores que começaram a ter a concepção de que a história não pode pender apenas para um lado, ou seja, ela não é feita apenas por nações, potências, instituições, nem por indivíduos isolados de seu contexto social. Para ele a história é feita pelos indivíduos e pelos grupos aos quais esse ou esses indivíduos pertencem. Eis como ele se definia como historiador e como entendia que a história deveria ser feita:

Não sou daqueles para quem a história ‘é apenas obra dos indivíduos’. Ela é a meu ver, obra dos indivíduos e dos grupos, para usar propositadamente, uma palavra muito geral. O indivíduo histórico [...] a *personagem histórica*, mais exatamente, desenvolve-se em e pelo grupo. Desprende-se dele temporariamente e aponta-lhe caminhos novos. Mas para realizar a sua tarefa - a de um fermento que faz levedar a massa humana - , é necessário que mergulhe nela, o mais cedo possível, que se reincorpore no grupo. [...] <sup>91</sup>

Com isso ele tentava tratar o problema de desenvolver um método para se estudar esse papel do indivíduo, com suas concepções de mundo, suas contribuições para a sociedade da qual ele faz parte, pois para ele as concepções de indivíduo são representativas de sua época e do seu meio.

E é isso que Lucien Febvre faz ao voltar seu olhar para a sociedade da época, (mas não um olhar de um historiador do século XX, ou seja, ele defendia que o historiador, ao analisar seu objeto deveria olhá-lo de uma forma que se buscasse voltar à época daquele personagem ou acontecimento, para não cometer o maior erro que um profissional dessa área pode cometer que é o anacronismo - pensar com uma visão de hoje os acontecimentos passados - e para não acontecer isso deve-se manter um certo afastamento para então poder entender como determinada sociedade funcionava, ou melhor, como seus membros se comportavam) tentando entender o autor, de Gargantua e Pantagrue, pois Febvre consegue perceber até que ponto o cristianismo enquadrava totalmente a vida coletiva e individual do século XVI.

no século XVI o cristianismo era o próprio ar que se respirava [...]. Era uma atmosfera na qual o homem vivia sua vida, toda a sua vida - e não apenas sua vida intelectual, mas também sua vida privada de atos múltiplos, sua vida pública de ocupações diversas, sua vida profissional, qualquer que fosse seu âmbito [...]. Tudo isso mostra a Igreja *Católica* [grifo nosso] estabelecida em pleno coração da vida dos homens [...]. <sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> Febvre 1985, p. 87.

<sup>92</sup> FREBvre, 2009 op cit, p. 304.

Com o advento da ciência, da imprensa, os homens do século XVI ganham novos mecanismos para desenvolver seus pensamentos, suas idéias, mas ao mesmo tempo permanecem presos à doutrina cristã, que age como uma forma de prisão silenciosa, na qual esses homens são impedidos, pelos rigores, de se expressar livremente. Eles vivem uma espécie de dualismo, livre/preso, permitido/proibido, pecado/perdão etc. Mesmo percebendo essa forte influência do cristianismo na vida desses homens do século XVI, Febvre faz um novo deslocamento em sua análise concernente à relação individual, que é voltar-se menos para as inovações, as audácias de pensamento, que para os limites do excogitável, as permanências de mentalidade, as recorrências nos comportamentos doutrinários, pois segundo ele, o indivíduo é aquilo que lhe permitem ser sua época e seu meio social.

Mas ao mesmo tempo esses homens fervilham de idéias e por medo não conseguem traduzí-las nitidamente e assim permanecem em trevas ainda mais escuras.

O século XVI é um século de precursores, isto é, de homens sem descendência, de homens que não engendram nada, *pois não conquistaram a adesão pública na época* [grifo nosso]. Atestam simplesmente a força, o vigor, o tumultuoso ímpeto de seiva de um tempo em que espíritos poderosos procuram às cegas, chocando-se sempre contra as paredes de prisões obscuras, o que não podem, não poderiam encontrar, na falta dessa luz que apenas a ciência sabe distribuir. [...] E para viver, na falta de uma ciência ‘clara’ que não nascera, mergulhavam com deleite nas águas turvas de suas ciências ocultas <sup>93</sup>.

Esses homens do século XVI são indivíduos com altíssimo poder sensitivo, no sentido de que estão “próximos da terra, do campo, homens que mesmo nas cidades reencontram o campo, com seus animais, seus plantas, seus odores, seus ruídos. Homens do ar livre, vendo, mas sentindo, cheirando, escutando, apalpando, aspirando a natureza em todos os seus sentidos.” <sup>94</sup>

Em busca da formulação desse método de estudo, Lucien Febvre, juntamente com Marc Bloch desenvolveram um trabalho de grande relevância para a investigação histórica, pois eles puderam concluir que

o historiador deve descobrir aqueles procedimentos do pensamento, aqueles modos de conceber o mundo e os hábitos da consciência que sejam próprios dos homens de uma dada época e dos quais esses mesmos homens possam não fazer uma idéia clara, aplicando-os meio ‘automaticamente’, sem refletir sobre eles e por isso sem submetê-los a uma crítica. Com semelhante enfoque conseguir-se-ia abrir acesso a uma camada mais profunda da consciência, vinculada de forma mais estreita ao comportamento social dos homens, ‘auscultar’ aquilo sobre o que esses homens pudessem no máximo ‘deixar escapar’ algo, independentemente de sua vontade. <sup>95</sup>

<sup>93</sup> FEBVRE. 2009. Op. Cit, p. 361-362.

<sup>94</sup> FEBVRE. Idem, p. 362-363.

<sup>95</sup> GURIÊVTCH, op cit, p.12.

Para poder desenvolver esse método de investigação histórica Febvre inclui a utilização da psicologia, e passa então a estudar os mecanismos psicossociais, mais vinculados ao campo das emoções, das doutrinas, crenças, idéias, nessa perspectiva ele conseguia focar mais de perto a concepção do comportamento social dos indivíduos, tanto em grupo como também do comportamento do grupo etc. Segundo o autor, a psicologia aplicada, quando bem utilizada pelos historiadores permite que se conheça os motivos que levaram determinado indivíduo a se sujeitar às condições e leis do meio em que vive.

Fazer aparecer como mecânica relativamente a condições ou influências exteriores, a atividade aparentemente mais espontânea. [...] *Além disso, a psicologia aplicada ainda permite ao historiador* [grifo nosso] graças às comparações que torna possível no mesmo indivíduo entre séries de medidas diferentes, a íntima correlação das funções psíquicas, a mútua dependência ou a incompatibilidade das variadas atividades de que resulta a vida do espírito. [...] <sup>96</sup>

Nessa perspectiva, a psicologia, ao focar mais nas questões particulares, individuais, mais íntimas dos sujeitos, é capaz de identificar o verdadeiro sentido do indivíduo, ou seja, aquele que é vivo, responsável. Uma vez que ao considerar isoladamente os grupos de indivíduos, o papel da psicologia é fazer uma descrição levando em consideração os mecanismos mentais característicos de cada indivíduo, com a preocupação central de apreender a sistemática de sua elaboração, seu desenvolvimento e as relações que os ligam. Dessa forma se chega à questão central da história, que é “*os homens em sociedade*”.

Para seguir nesse caminho ele passa a estudar, de modo mais atento, a linguagem, visto que ela é o mais poderoso meio de ação do grupo sobre o indivíduo, ou seja, o vocabulário da época, os símbolos, os rituais desses homens, em especial Rabelais, ou seja, ele sempre esteve atento em analisar tudo o que pertence ao homem, o que depende do homem, o que parte dele (suas ações), o que testemunha sua presença naquela sociedade. “Assim a lingüística permite aos historiadores levantarem uma ponta do ‘passado sem textos’ através de uma indução talvez limitada, mas forte, sólida, fundada sobre uma experiência inatacável”. <sup>97</sup>

Febvre procura esses vestígios do pensamento humano através desse contato com os homens de uma época distante e para isso é preciso conhecer a essência de uma civilização, saber como ela funciona para poder entender porque aqueles homens se comportam daquela maneira. Entendendo isso Febvre afirma que

as ‘possibilidades’ que a civilização abre diante do homem; como esse ou aquele indivíduo aproveita essas possibilidades já depende dele, das suas capacidades, do

<sup>96</sup> FEBVRE, 1985, P. 200.

<sup>97</sup> FEBVRE, 1985, p. 162.

lugar que ocupa na sociedade e de outras circunstâncias concretas e correntes. [...] Ao mesmo tempo, [...] o estilo de vida, as linguagens da cultura, a mentalidade própria de uma dada comunidade humana não dependem dos grupos sociais ou dos indivíduos, “são dados” a eles. Eles não têm consciência ou sentem essas limitações, uma vez que estão “dentro” de uma dada esfera mental e cultural [...].<sup>98</sup>

Ao analisar a obra de um escritor do porte de François Rabelais, Lucien Febvre tenta entender, a partir do uso da psicologia, quais os mecanismos de funcionamento da sociedade na qual Rabelais estava inserido para assim poder, através do comportamento apresentado por ele, tomá-lo como modelo a ser aplicado a toda a sociedade. Ou seja, Febvre parte de uma análise voltada para o particular, de um homem, um indivíduo, mas ao mesmo tempo ele admite ser uma tarefa delicada, visto que é muito complexo conhecer um homem através de uma obra, de uma única obra, para tentar explicar o todo, a sociedade da época.

O indivíduo Rabelais, é tido como um modelo de explicação para a forma como a sociedade do século XVI, na França, se comportava. Seria uma forma de generalização do comportamento dos indivíduos, visto que a história é composta por homens pertencentes à sua sociedade. Para Denis Crouzet, no posfácio de “O Problema da incredulidade”, Febvre ao propor o discurso do método,

[...] tem de um lado a idéia de que não se deve encarar Rabelais como uma individualidade atípica. Rabelais é antes de tudo um homem da primeira metade do século XVI, é menos um inventor que uma caixa de ressonância, uma caixa de ressonância de uma formidável sensibilidade, e a grande surpresa que o historiador anuncia ao seu leitor ‘é a que ponto Rabelais, ao contrário, representa fielmente o conjunto de seus contemporâneos em suas maneiras de pensar, de sentir e de filosofar’, em suas contradições ou traços comuns. Significa dizer que longe de distinguir em primeiro lugar no grande espírito que foi o autor das aventuras gigantais um inovador, Lucien Febvre pretende ver em seus relatos a projeção das emoções, dos fantasmas, dos saberes, das suspeitas e das tensões da época. Uma problemática permutada do indivíduo guia o processo. O indivíduo se não for definido como ‘reflexo’, será isolado primeiro fora de sua própria individualidade, e essa individualidade apenas pode chegar a uma autenticidade possível uma vez reconstruída, mas amplamente, no contexto mental de sua época.<sup>99</sup>

Nesse sentido ao se voltar para Rabelais, Lucien Febvre tenta entender o passado através de um grande personagem histórico, mas devemos entender esse “grande personagem” não no sentido que se emprega quando nos referimos aos príncipes, reis, generais, pois para esse historiador um grande personagem é aquele que pertence ao domínio do espírito, ou seja, são os “autores de obras científicas literárias, filosóficas ou religiosas, porque suas obras modificam as ‘idéias’, são de

<sup>98</sup> GURIÉVTCH, Op. Cit., p. 15.

<sup>99</sup> CROUZET, In, FEBVRE, op cit. p. 397.

perceber como os espaços de um sistema de interações entre o indivíduo e o grupo”<sup>100</sup>. O personagem histórico pertence a uma determinada sociedade e por tudo o trabalho que ele desenvolve está voltado e influenciado por essa sociedade.

Nessa perspectiva, para se entender essa sociedade, o historiador deve antes de mais nada estar disposto a fazer um estudo minucioso de seus aspectos, principalmente o ligado ao fator psicológico dos seus membros, o que pode ser feito através do estudo de um de seus integrantes, nesse caso Rabelais, uma vez que o historiador deve

inventariar, primeiro em pormenor, depois reconstruir em relação à época estudada o material mental de que dispunham os homens dessa época; por um poderoso esforço de erudição, mas também de imaginação, reconstruir o universo, todo o universo físico, intelectual, moral no meio do qual se moveu cada uma das gerações que o precederam; ter uma noção clara de que, por um lado, a insuficiência das noções de fato sobre este ou aquele ponto e, por outro lado, a natureza do material técnico em uso em determinada data na sociedade em questão, geravam, necessariamente, lacunas e deformações nas representações que determinada coletividade histórica forjava do mundo, da vida, da religião, da política[...].<sup>101</sup>

Lucien Febvre ao escrever esse livro, tentou e conseguiu brilhantemente defender sua tese, de que o século XVI não era e não podia ser o século da incredulidade. Ele demonstrou que isso era impossível devido à grande influência da Igreja Católica. Sua obra pode ser lida tanto pelo dito claramente, quanto pelo não dito, o que ficou nas entrelinhas. E ao analisar essa obra pode-se perceber o desenvolver de um novo método de investigação histórica. Método esse que tem o homem, o indivíduo como agente principal da história, mas que somente ganha significado dentro do coletivo, da sociedade. Uma vez que a seu ver não é o peso do indivíduo que sai valorizado, mas o universo mental, ponto de encontro entre as aspirações individuais e coletivas.

Essa psicologia histórica, segundo Dosse, tem para Febvre a "vocação de resgatar os quadros mentais dos períodos passados, romper com a concepção de uma natureza humana atemporal, imutável [...]"<sup>102</sup>, uma vez que é essa adequação entre um "personagem" singular, por um lado, e um meio e uma época, por outro, que o historiador procura. Seu objeto de pesquisa é o contexto histórico em si, não o indivíduo. Mas isso não significa que ele negue a existência ou o papel desse indivíduo. Muito pelo contrário, o indivíduo é de fundamental importância, pois é ele que servirá de "fonte" para se chegar ao estudo sobre aquela sociedade, uma vez que a História é feita de homens. "Os destinos individuais inserem-se aqui num contexto, sem dúvida, mas não atuam sobre ele nem o modificam".<sup>103</sup>

<sup>100</sup> FEBVRE, 2009, op. cit. p. 400.

<sup>101</sup> FEBVRE, 1985, p. 215.

<sup>102</sup> DOSSE, 2009. p. 217.

<sup>103</sup> DOSSE, 2009. p. 222.

Ele nos ensinou uma nova forma de olharmos para o passado, visto que para Lucien Febvre, “o passado é o ‘sentido secreto dos destinos humanos’. E é conhecendo-o que o historiador pode pensar em participar da emergência de uma nova era de reconciliação e conciliação.”<sup>104</sup>

Nesse sentido Rabelais, segundo Febvre, foi para o seu tempo um espírito livre, de robusta inteligência, de grande bom-senso e sem muitos dos preconceitos que pairavam naquela época. Mas devemos ressaltar mais uma vez que ele foi um homem de seu tempo, de sua sociedade. Isso porque um homem como Rabelais, como já dito, de grande inteligência, se ousasse empreender algo contra a religião cristã, não poderia fazer uma obra realmente séria. O terreno cederia sob seus pés. Suas negações, caso viesse a fazer, não teriam podido ser, quando muito, senão opiniões, maneiras de pensar e de sentir paradoxais que nada vinham apoiar de fora, escorar-se realmente na ciência nem na filosofia de seu tempo.

É que os homens daquele tempo punham sua ambição, sua maior ambição, em permanecer dependentes dos gregos e dos romanos. Recolham por vezes, de passagem, este ou aquele fato novo, desconhecido dos antigos, e que, pensando bem, não podia entrar sem dano em seu sistema de ideias. Mas, por uma espécie de paradoxo voluntário, eles se recusavam a ver essa contradição. Permaneciam fiéis às doutrinas dos antigos - mesmo quando não tinham para eles mais que um valor de opinião, ou de opiniões - e não concordavam entre si: umas produzindo um som materialista, outras, um som espiritualista, estas levando ao deísmo, aquelas ao franco ateísmo - algumas otimistas e outras pessimistas. Rabelais estava nisso, como todos os seus contemporâneos, deixando chegar a eles essas vozes contraditórias.<sup>105</sup>

Diante desses fatos, Febvre conclui que nem Rabelais, nem qualquer outro indivíduo daquele tempo e daquela sociedade tinham autonomia para fazer escolhas. No entanto fica uma ressalva, Lucien Febvre foi, em sua busca por coerência e por sua concepção de história, longe demais, visto que restringiu muito o campo de ação do humano, do indivíduo não só no período na Renascença, mas também na História como um todo. Visto que provavelmente houve durante o século XVI, e outros historiadores afirmam isso, homens que negaram Deus, que foram questionar suas consciências, fascinados pelo poder da razão, que viveram fascinantes e perigosas aventuras interiores, como é o caso do personagem analisado por Ginzburg, em “O Queijo e os Vermes”.

### 2.3 A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE CARLO GINZBURG

<sup>104</sup> CROUZET, Denis. p. 417. In. FEBVRE, Lucien. **O Problema da Incredulidade no Século XVI – A Religião de Rabelais**. São Paulo. Companhia das Letras, 2009. Apud. *Combats pour l’ Histoire*, p. 43.

<sup>105</sup> FEBVRE, 2009, Op. cit. p. 391.

O gênero historiográfico da Micro-História tem como principal representante o historiador Carlo Ginzburg. Um estudioso que, nas últimas décadas, não se cansou de procurar novas formas de indagar a história, tendo um percurso de pesquisa dos mais criativos e ao mesmo tempo originais, que vai muito mais além do quadro da historiografia italiana e mesmo da historiografia francesa. Sua postura irreverente, fez com que, nas palavras dos coordenadores da coleção Memória e Sociedade, sua obra introduzisse

Diversas maneiras de pensar em História, mobilizou metodologias e instrumentos de conhecimento oriundos de outras áreas do saber, estabeleceu novas zonas de diálogos com as restantes ciências sociais e humanas, nomeadamente com a antropologia e a filosofia, *como assinalado anteriormente* [grifo nosso]. Neste caso não se trata apenas de uma utilização passiva do capital de problemas, teorias e métodos gerados noutras áreas: trata-se de uma intervenção activa, que procura inverter as relações tradicionais de subordinação da História no que diz respeito à produção dos meios de conhecimento.<sup>106</sup>

Nasceu em Turin em 1939, em uma família de intelectuais judeus e antifascistas. Quando a Itália entra na Segunda Guerra Mundial, ele e sua família são transferidos para um pequeno povoado no centro-sul da Itália, Pizzoli (nos Abruzzi), onde são mantidos em confinamento sob controle do regime.

Seu interesse pela literatura é muito forte. Na década de 1950 acontece seu encontro com os estudos de psicanálise, antropologia e folclore. Esse fato é determinante para sua concepção futura de história, visto que, nas palavras do autor

Por volta da década de 50, eu lia romances; nem me ocorria a ideia de me tornar historiador. Lia também Lukács, impacientando-me com o modo como falava de Dostoiévski e Kafka. Pensava que gostaria de me dedicar a textos literários, subtraindo-me à aridez do racionalismo e aos pântanos do irracionalismo. [...] <sup>107</sup>

Em 1957 se transfere para Pisa, onde passou a seguir o curso de Lettere e Filosofia na mais prestigiada instituição acadêmica do país, a Scuola Normale Superiore. Essa escolha fez com que fosse exposto a outro mundo de referências culturais e políticas que iriam marcá-lo profundamente. Ali teve grande influência de pensadores como Cantimori, responsável pela renovação dos estudos italianos sobre a religião e a heresia no início da Era Moderna.

<sup>106</sup> GINZBURG, Carlo. **A Micro-História e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil S.A. Coleção Memória e Sociedade. 1989. Nota de Apresentação, p. VII.

<sup>107</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução Frederico Carotti. São Paulo. Companhia das Letras, 1989. p. 7

Em Pisa, os primeiros interesses continuaram sendo aqueles próximos à literatura e a crítica literária. O interesse pela filologia textual era alimentado pelas obras de Contini e pelas leituras de Spetzer e Auerbah <sup>108</sup>.

[...] Hoje, porém, vejo claramente que o entrelaçamento de populismo e crítica estilística, típico da cultura italiana do final dos anos 50, constitui o pano de fundo de minhas primeiras pesquisas, a começar pelo ensaio “Feitiçaria e piedade popular”, [...]. Posteriores encontros com pessoas e livros complicaram e enriqueceram esse pano de fundo, mas sem anulá-lo. A hermenêutica aplicada a textos literários e, mais especificamente, o gosto pelo detalhe revelador orientaram profundamente meu trabalho posterior, desenvolvido de maneira preponderante a partir de uma documentação de gênero totalmente. <sup>109</sup>

Entretanto não era apenas em Contini que Ginzburg encontrava razões para o seu interesse pela história. Arsenio Frugoni<sup>110</sup> (1914-1970), outro autor medievalista de Pisa, foi responsável (direta e indiretamente) por marcas importantes em sua formação. Frugoni também intermediou um encontro muito importante na trajetória de Ginzburg, que foi o encontro com Marc Bloch. Seguindo a sugestão de Frugoni, Ginzburg passa a ler a então criada revista francesa dos *Annales*. Com isso ele interessa-se pelos trabalhos de Bloch. Seu livro “*Os Reis Taumaturgos*” parece marcar na trajetória do autor italiano, um encontro com a história em novos termos.

Bloch representava uma forma distinta de fazer e escrever a história. Uma história que aliviava a erudição e um estilo que se distanciava da aridez com que a matéria era tradicionalmente tratada. O impacto positivo da influência de Marc Bloch faz com que ele seja considerado, portanto, seu “pai espiritual”, por ter ensinado Ginzburg a como conceber a história.

O impacto do livro de Bloch faz também com que Ginzburg escolhesse um tema até então considerado como um objeto marginal para a história, como a feitiçaria. A idéia de se trabalhar esse tema, a partir de um ângulo particular como o era aquele das vítimas, aconteceu, segundo o próprio autor, em algum momento de 1959. A partir de seu interesse pela feitiçaria, o autor escreve seus dois livros sobre o assunto: “*I Benandanti*” e depois “*Il Formaggio e i Vermi*”. Seu interesse por esse tema reflete sua preocupação e “desejo de demonstrar que um fenômeno irracional [...] e atemporal, e, portanto historicamente irrelevante, podia ser analisado em chave histórica, racional, mas não racionalista<sup>111</sup>”.

Ginzburg passou uma temporada em Londres.

<sup>108</sup> Esses autores foram expoentes de uma crítica estilística e filológica da literatura que não abria mão de investigar textos literários por meio da interrogação alimentada por uma forte consciência da história e do contexto social.

<sup>109</sup> GINZBURG, 1989. Op. cit. p. 8.

<sup>110</sup> Ver mais sobre Frugoni em “*A Micro - História Italiana: Escalas, Índícios e Singularidades*” de Henrique Espada Lima, p. 288.

<sup>111</sup> GINZBURG, 1989. Op. cit. p. 08.

No começo dos anos 60, descobri, graças a Cantimori, o Warburg Institute. A tentativa de acertar as contas com a tradição intelectual a ele ligada obrigou-me a refletir não só sobre o uso de testemunhos figurados como fonte histórica, mas também sobre a permanência de formas e fórmulas para além do contexto em que nasceram <sup>112</sup>.

O encontro com a tradição intelectual do Instituto Warburg e sua biblioteca foi sem dúvida de essencial importância. Sobretudo o impulso de Warburg, de explorar a história da cultura e da civilização do Renascimento por meios dos seus testemunhos visuais e fragmentários. E para demonstrar a relevância dos fenômenos aparentemente negligenciáveis julgou ser indispensável recorrer a instrumentos de observação e escalas de investigação diferentes dos usuais.

As rupturas introduzidas por Carlo Ginzburg situam-se, neste contexto, na construção de novos objetos – a feitiçaria, a metamorfose animal. Os ritos de fertilidade, a cosmogonia, a iconografia – na pesquisa sobre paradigmas de conhecimento – a noção de alto e de baixo nos séculos XVI e XVII, a emergência do procedimento por indícios no século XIX – , na reflexão sobre os métodos utilizados – quer na história da arte, debatendo os pressupostos de Warburg, Saxl, Panofsky ou Gombrich, quer na antropologia, discutindo as perspectivas de Levi-Strauss, Dumézil, Wittgenstein ou Propp. Uma linha condutora atravessa a maior parte de seus trabalhos: a valorização dos fenômenos aparentemente marginais, como os ritos de fertilidade, ou os casos obscuros, protagonizados pelos pequenos e pelos excluídos, cuja verdadeira dimensão cultural e social acaba por ser demonstrada <sup>113</sup>.

## 2.4 O QUEIJO E OS VERMES: O COTIDIANO E AS IDEIAS DE UM MOLEIRO PERSEGUIDO PELA INQUISIÇÃO

Em “**O queijo e os vermes - O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**” Carlo Ginzburg trata novamente, assim como o fez em “*Os Andarilhos do bem*”, da relação entre diferentes níveis de cultura, uma vez que faz um dos mais importantes estudos da chamada Micro-História. Sua obra <sup>114</sup>, do cotidiano, da vida e do julgamento do moleiro italiano Domenico Scandella, conhecido por “Menocchio” analisa o processo inquisitório, partindo da vida cotidiana nos campos italianos do século XVI até chegar aos pensamentos específicos deste interessante personagem. Trata-se de um estudo da Micro-História: afinal, refere-se à história pessoal de um moleiro em especial, em uma vila em especial (Montereale) em uma época determinada (século XVI).

<sup>112</sup> Idem.p. 9-10.

<sup>113</sup> GIZNBURG, 1989 a. Op. Cit. Nota de apresentação, p. VIII.

<sup>114</sup> Apesar do prefácio teórico, está dividida em 62 capítulos em forma de narrativa, o que já configura uma forte característica do fazer micro-histórico.

Nessa obra Carlo Ginzburg faz um estudo de caso, uma biografia. Suas fontes principais eram dois processos inquisitoriais, encontrados no Arquivo do Estado de Udine, mostrando assim sua preocupação com o “individual”, conforme a passagem abaixo:

este livro narra sua história [de Menocchio]. Graças a uma farta documentação, temos condições de saber quais eram as leituras e discussões, pensamento e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos. De vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós. Mas também um homem muito diferente de nós. A reconstrução analítica dessa diferença tornou-se necessária, a fim de podermos reconstruir a fisionomia, parcialmente obscurecida, de sua cultura e contexto social no qual ela se moldou<sup>115</sup>.

Ao se debruçar sobre esse personagem, Ginzburg faz questão de ressaltar seu deslumbramento pelo seu processo inquisitorial que é tão singular, principalmente por se tratar de uma figura que não pertencia à classe alta da sociedade, mas sim de um moleiro que tinha uma posição social particular a ponto desses profissionais (moleiros) serem isolados da comunidade em que viviam, por serem tomados por ladrões, figuras espertas, enganadores. Segundo Ginzburg deve-se levar em consideração a posição de Menocchio, visto que nas prefeituras menores qualquer distinção social é eliminada já que todos retiram seus proventos da exploração de terras coletivas. E embora naquela época já se pudesse falar de ricos e pobres, era possível definir qualquer um como roceiro ou mesmo camponês, menos os moleiros, que eram um caso à parte, pois estavam presentes em todos os centros de certa importância, além de serem frequentemente credores da prefeitura e de particulares e por não participarem do cultivo da terra, por serem mais ricos que os outros homens.

Isso se dava pelo fato de serem pessoas que estavam mais abertas às idéias que circulavam e também pelo moinho ser um local de trocas de relações sociais e encontros de pessoas de vários tipos. E, conseqüentemente o moleiro não era uma figura representativa de qualquer coletivo. Ao fazer essa afirmação Ginzburg descarta uma possível abordagem, a que consistiria em contextualizar e integrar o singular num conjunto mais amplo.

Ao se propor analisar um personagem tão peculiar do século XVI, que expunha suas idéias muitas delas consideradas heréticas e profanas, a quem o quisesse ouvir, Ginzburg, segundo Henrique Espada Lima, começa a se interrogar sobre a natureza dessas heresias, ou seja, ele passa a tentar entender “como era possível a um moleiro do Friuli expor idéias daquele tipo? De onde elas vinham? Qual sua origem?”<sup>116</sup> e assim por diante, sempre tentando entender o universo desse indivíduo. Para isso ele passou a fazer um levantamento das leituras feitas por Menocchio através de seus próprios depoimentos frente ao Tribunal do Santo Ofício.

---

<sup>115</sup> LIMA. op. cit. p.11-12.

<sup>116</sup> LIMA. Idem, p. 313.

A partir disso Ginzburg passa a conhecer (mesmo que de forma meio incerta, visto que segundo ele, infelizmente não tinham pesquisas sistemáticas sobre os livros que circulavam entre as classes subalternas na Itália daquele período) não só os livros que Menocchio leu, mas também a forma como os leu, visto que Menocchio “em seus discursos colocava em primeiro plano seu próprio raciocínio, *por exemplo, quando afirmava* [grifo nosso]: ‘minhas opiniões saíram da minha própria cabeça’ ”<sup>117</sup>.

Determinante será, porém, o "mundo do texto" de Menocchio, e a maneira muito pessoal com que se apropria dele. Ginzburg reconstitui, portanto, com base nas fontes e notadamente nas palavras do próprio Menocchio durante seu processo, a biblioteca do homem. A menção dessas obras, contudo, não basta; ainda é preciso perguntar "como ele as lia"<sup>118</sup>.

Segundo a análise do historiador, a leitura feita pelo moleiro é uma deformação, uma apropriação particular do texto escrito misturado com resquícios da tradição da cultura oral camponesa.

Foi possível rastrear o complicado relacionamento de Menocchio com a cultura escrita, os livros [...] que leu e o modo como os leu. Emergiu assim um filtro, um crivo que Menocchio interpôs conscientemente entre ele e os textos, obscuros ou ilustres, que lhe caíram nas mãos. Esse crivo, por outro lado, pressupunha uma cultura oral que era patrimônio não apenas de Menocchio, mas também de um vasto segmento da sociedade do século XVI. Em consequência uma investigação que no início, girava em torno de um indivíduo, sobretudo aparentemente fora do comum, acabou desembocando numa hipótese geral sobre a cultura popular – mais precisamente sobre a camponesa – da Europa pré-industrial [...] <sup>119</sup>.

Para Henrique Espada Lima,

Ginzburg interpretava a “complexa estratificação” da cosmogonia de Menocchio por meio da exploração das defasagens entre as suas fontes escritas e as leituras feitas sobre elas. As “deformações”, os “desvios” (*scarti*), os “erros” de interpretação do moleiro *são* [grifo nosso] cuidadosamente perseguidos, na tentativa de encontrar nos lapsos, na seleção involuntária, os elementos mais substanciais do seu pensamento. O historiador opera aqui com instrumentos que derivam de muitos modos de outras disciplinas (*interdisciplinaridade, influência da Escola dos Annales na historiografia italiana*) [grifo nosso]. O uso analógico (e às vezes metafórico) da psicanálise é evidente. Ginzburg explora as lacunas na análise de Menocchio como se fossem “atalhos falsos” – enganos que acabam por revelar conteúdos ocultos –, e muitas das divagações filosófico-religiosas do moleiro como forma de “associação-livre”<sup>120</sup>.

<sup>117</sup> GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. p.80

<sup>118</sup> DOSSE, 2009, Op. cit. p. 256.

<sup>119</sup> GINZBURG. Idem, Ibidem, p. 12.

<sup>120</sup> Lima, op. cit. p. 317.

Dessa forma Ginzburg vai triando o que é comum, o que é invenção de Menocchio. Em parte a invenção permite, ainda, apontar para um fundo de cultura popular camponesa que se manteve pagão. A comparação que salienta o que é divergência e mesmo erro, assim permite entender o erro como ruído e em alguns casos o ruído pode se tornar música. Em outras palavras, o que Menocchio compreende mal é, na verdade, o que ele compreende de outro modo.

E por se debruçar sobre a questão da relação da cultura da classe dominante com a cultura da classe subalterna, o historiador se utiliza preferencialmente da antropologia, pois essa disciplina o possibilitava investigar a alteridade de Menocchio. O que conta acima de tudo é o universo singular do vivido de Menocchio, sua travessia vivencial, fonte da complexidade e da "exceção comum" de sua cosmogonia. Visto que uma visão de mundo dessa natureza só pode se desenvolver frente a alguns acontecimentos específicos, tais como a Reforma Religiosa, o surgimento e expansão da imprensa. Acontecimentos esses que permitiram que o moleiro pudesse refletir sobre o universo que o cercava desenvolvendo assim suas concepções de mundo. Outro elemento determinante para isso é destacado por Ginzburg, são eles as tradições comuns do vilarejo, com seus mitos que ainda continuavam sendo transmitidos de forma oral de geração para geração.

Que vontade esse homem tinha de falar! "Se me fosse permitida a graça de falar diante do papa [...] se depois me matassem, não me incomodaria". Essa passagem de sua fala demonstra o quão difícil para ele deveria ser conviver com pessoas que não conseguiam ou não achavam necessário conversar sobre esses assuntos, visto que a Igreja reprimia questionamentos do tipo feitos pelo moleiro. Na verdade, para Menocchio o que menos importava era o conhecimento que por via das dúvidas viesse a ter, o que realmente importava para ele era a sede de conhecimento, a curiosidade, que mais uma vez vale ressaltar a Igreja Católica reprimia, mas que os Renascentistas valorizavam. Tudo o moleiro italiano tenta entender, questionar.

Esse é o espírito da Reforma, da Renascença, o critério de livre exame, pelo indivíduo, das coisas da fé. Para Ginzburg, Menocchio é um desses homens para os quais dizer o que pensam é tão importante que eles são capazes de arriscar a própria vida, pois para eles a pior tortura é terem as vozes caladas.

Em seu livro Ginzburg desenvolve uma importante perspectiva metodológica que é o trabalho sobre o singular, o peculiar, ou melhor, o individual. A reconstituição feita da forma como aquele moleiro vivenciava os acontecimentos como a Reforma, a Contra-Reforma e tantos outros era uma forma de "dar voz e rosto a um processo e a uma classe social cuja inserção na grande História havia sido considerada possível apenas por meio do 'número e do anonimato'"<sup>121</sup>. Ele tentava reintegrar as classes subalternas na história, tentando assim incluí-las como agentes ativos

---

<sup>121</sup> LIMA. Op. Cit. p. 325.

no processo histórico, com suas particularidades, suas visões dos acontecimentos. Inclusão essa que era apenas destinada aos indivíduos singulares, ou em outras palavras, os “grandes homens”.

Ao se utilizar desse aparato metodológico, Carlo Ginzburg passa a por em destaque um dos aspectos mais importantes da Micro-História, que é a relação do individual com o geral, do micro com o macro, ou aquilo que Espada Lima denominaria de a *representatividade de Menocchio*.

Nessa perspectiva, quando se refere ao moleiro Domenico Scandela (Menocchio), Ginzburg afirma:

não podemos considerá-lo um camponês “típico” [...] de seu tempo. [...] Aos olhos de seus contemporâneos Menocchio era um homem, ao menos em parte, diferente dos outros. Mas essa singularidade tinha limites bem precisos: da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes [...]. Com rara clareza e lucidez, Menocchio articulou a linguagem que estava historicamente disponível [...] <sup>122</sup>.

Menocchio não é um indivíduo nem médio nem típico quando restituído a seu concreto-singular, pelo contrário, é tido como uma entidade única. Na perspectiva de Dosse o que Ginzburg fez foi buscar o senso comum a partir de um indivíduo incomum. Não sendo possível considerá-lo como um caso comum visto que ele acaba por ser isolado mesmo dentro de seu vilarejo. Seu caso pode ser considerado um caso-limite na medida em que sua trajetória pode ser representativa. Ou seja,

a pesquisa empreendida por Ginzburg a partir de traços esparsos deixados por dois processos com intervalos de quinze anos, de escritos do próprio moleiro e de informações sobre suas leituras permite restituir sua cosmologia pessoal. Ginzburg mostra como essa cosmologia, que levou Menocchio à fogueira, é produto de uma bricolagem que nada tem de uma mera duplicação da cultura erudita conforme era considerada segundo a oposição clássica na história das mentalidades entre o culto e o popular <sup>123</sup>.

A partir dessas análises podemos concluir que Ginzburg tem uma visão do indivíduo não como um reflexo da sociedade, ou seja, ele não se utiliza da análise de um indivíduo para se entender a sociedade em que ele vive, como se todos fossem ou se comportassem da mesma forma. Pelo contrário, ele o tempo todo afirma que o indivíduo faz parte sim da sociedade, traz traços marcantes dela, mas não pode de forma alguma ser tomado como espelho, como modelo para se explicar algo mais geral. Ou seja, seu objetivo é integrar esses indivíduos que ocupam, ou que até determinada época ocupavam uma posição marginal na História, como agentes do processo histórico. Ou em outras palavras, sua escolha por trabalhar com essa abordagem

<sup>122</sup> GINZBURG, Ibidem, p. 326.

<sup>123</sup> DOSSE, 2009, op. cit. p. 255.

historiográfica, tem o objetivo de “ênfatizar a capacidade de criação autônoma, por parte das classes subalternas, de produtos culturais originais.”<sup>124</sup>

Para Febvre, Rabelais seria uma espécie de reflexo da sociedade do século XVI. Seu comportamento, suas idéias, seus hábitos, estariam condicionados à maneira a qual a sociedade estava organizada. Seria uma forma de generalização do comportamento de todos os indivíduos, uma vez que segundo ele, a história é feita por homens, mas homens pertencentes à determinada sociedade. E só é possível entender esse homem, esse indivíduo caso se entenda a sociedade na qual ele está inserido. Para isso ele desenvolve mecanismo de análise para se estudar esse papel do indivíduo, como por exemplo, a psicologia, o estudo da linguagem, dos símbolos, dos rituais. Todos com a finalidade de entender as concepções de mundo, as contribuições para a sociedade da qual faz parte, pois para ele as concepções do indivíduo são representativas de sua época e do seu meio.

Já para Ginzburg, em termos de mentalidade, parte do contrário de Febvre, pois a seu ver ele teria caído na armadilha que consiste em reduzir Rabelais às categorias mentais médias de seu tempo a fim de mostrar que sua descrença era impossível no século XVI. O indivíduo não é um modelo, um reflexo da sociedade a qual pertence. Ele é sim um homem de seu tempo, traz consigo traços de sua sociedade, mas nem por isso pode-se concluir que todos os indivíduos de determinada época se comportam da mesma forma, pensam do mesmo jeito. Para ele, isso é algo muito particular, cada um tem uma visão singular, peculiar de seu meio e isso é comprovado através de Menocchio, que apesar de fazer parte da sociedade italiana do século XVI, não tem um comportamento tido como normal, ele faz apropriações particulares de suas leituras, de suas conversas com letrados, e seu comportamento, segundo Ginzburg, não pode ser enquadrado a todos os habitantes de vilarejo no qual Menocchio residia. Assim o indivíduo não se isola do tecido social que é seu e não pode ser considerado o *locus* de uma singularidade. Ele se acha, segundo Ginzburg, na intersecção de um certo número de conjuntos heterogêneos.

Segundo Dosse,

o estudo do indivíduo, de um nome próprio ou de uma biografia serve aqui então, como introito a uma história social renovada. O historiador Ginzburg apresenta, com efeito, um esclarecimento socialmente restituído para explicar como esse moleiro friulano conseguiu exprimir uma cosmogonia tão heterodoxa<sup>125</sup>.

Ginzburg em seu trabalho faz a utilização de mecanismos como a antropologia, pois essa disciplina o possibilitava a investigar a alteridade de Menocchio. E quando tenta entender os mecanismos de apropriação das leituras feitas pelo moleiro, utiliza-se de determinados pontos da

<sup>124</sup> GINZBURG, 1987, dem, p. 330.

<sup>125</sup> DOSSE, 2009. Op. cit. p. 256.

psicanálise, mas sua abordagem não é uma análise psicanalítica, pois o historiador se valia da sugestão interpretativa e utilizava de modo análogo o procedimento indireto da abordagem de Freud, substituindo por uma crítica filológica, visto que

o cenário no qual se movimenta Carlo Ginzburg, nos seus principais estudos, corresponde à um campo de pesquisas *com fortíssima* [grifo nosso] tradição em Itália, desde o século XIX (lembramos as obras de Cesare Cantù, Luigi Amabile, ou Vito La Mantia), que sofreu uma profunda renovação com os estudos de Delio Cantimori publicados a partir dos anos de 1930. Essa tradição centrada numa forte preparação filológica, sempre se caracterizou pela atenção dedicada ao detalhe, ao estudo de caso, à análise do processo significativo<sup>126</sup>.

Em outras palavras, o autor introduziu uma nova maneira de fazer a História, que passou a vigorar a partir das décadas de 1970 e 1980, com uma abordagem que privilegiava os fenômenos tidos por marginais, as zonas de clivagem, as estruturas arcaicas, os conflitos entre configurações socioculturais, ou seja, uma abordagem que parte de uma microanálise de casos bem particulares, bem delimitados, mas cujo estudo bem detalhado, bem intensificado e exaustivo dos casos através das mais variadas fontes possíveis acaba por revelar problemas ou problemáticas de são de ordem mais geral, que acabam por colocar em cena ideias feitas sobre determinadas épocas, como bem mostra uma de suas críticas a respeito de Lucien Febvre. Crítica essa, que por meio de sua escolha teórica e metodológica lhe permite afirmar que, ao contrário do que Febvre afirma, é possível sim que tenha havido descrença no século XVI, pois segundo Ginzburg, os indivíduos gozam de certa margem de liberdade e autonomia (livre iniciativa pessoal) bem maior que a sugerida por Febvre.

Portanto a análise da perspectiva historiográfica desses dois autores, Lucien Febvre e Carlo Ginzburg, nos permite refletir sobre a porção de liberdade de escolha entre as múltiplas possibilidades de um contexto normativo repleto de incoerências, visto que nenhum sistema normativo é, de fato, estruturado o bastante para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação de regras, de negociação. Isso na perspectiva de Ginzburg, pois para Febvre o indivíduo não tem outra escolha a não ser seguir o modelo de seu contexto, uma vez que este influencia incondicionalmente seu modo de ser, sentir, pensar, atuar e se comportar. Mais uma vez isso nos leva a pensar sobre o tipo de racionalidade usada pelos atores da história e de interrogar novamente a inter-relação entre o grupo e o indivíduo, praticando uma correlação entre a experiência comum e o espaço de liberdade individual. E os conflitos de classificação, de distinção e de representação constituem outros tantos meios de dialetizar os procedimentos cognitivos, por natureza diferentes, quando se aplicam a um grupo ou a uma pessoa.

---

<sup>126</sup> GINZBURG, 1989 a. Op. Cit. Nota de Apresentação, p. VII.

O discurso histórico de Febvre tende a excluir o singular e a perceber o indivíduo apenas como representante de uma categoria social ou cultural. Ele não busca tomar o indivíduo como elemento típico de uma experiência comum, pelo contrário este indivíduo se torna a base privilegiada para a reconstrução do contexto histórico de determinada época, visto que ele é tido como seu reflexo. Já para Ginzburg um de suas estratégias ao tratar da questão individual é revisitar o universo de possibilidades dos atores inseridos no âmago de sua experiência passada e seus projetos futuros, de seu horizonte de expectativa, daí o predomínio das tramas narrativas. Dessa forma, o indivíduo não se vê encarregado de uma missão que deve encarnar, tal qual preconiza Febvre, de uma função que deve representar, ou ainda de uma virtude que deve exemplificar em nome de uma presumida essência da humanidade. Ele permanece particular e fragmentado, para Ginzburg. E na perspectiva contrária, homogeneizado para Febvre.

Na perspectiva de Febvre o recurso que se utiliza é a análise dos comportamentos por meio dos quais as identidades coletivas se constituem e se formam, mas cabe ressaltar que esses comportamentos observados, só e somente só se referem aos grandes personagens, não na mesma ótica da história tradicional, na qual a história era tida por oficial, institucionalizada, mas o indivíduo era aquele que era capaz de ser representativo de seu meio, reflexo de sua sociedade, que era capaz de exercer alguma influência sobre os outros e principalmente agir de acordo com o que lhe era imposto pela sociedade, como bem mostra Lutero e Rabelais.

*A micro-história, ao contrário da proposta de Febvre [grifo nosso], não se ocupa em definir a fundo e a priori, quer na pesquisa, quer na exposição dos casos, o caráter da sociedade na qual se insere o enredo, a comunidade ou o personagem estudado. Mais importante do que o caráter geral da sociedade estudada [...] é a teia social concreta onde os atores se movem, exercendo múltiplos papéis sociais e individuais. Assim a micro-história prevalece, no tocante à demilitação do campo social estudado, procedimentos de nomeação dos atores e da caracterização de perfis individuais no interior de determinado grupo ou classe, mais do que a definição geral da classe ou do grupo ao qual pertence.*<sup>127</sup>

Já na perspectiva de Ginzburg, a análise também se mantém no comportamento por meio dos quais as identidades coletivas se constituem e se formam, mas com a diferença de que nesse gênero historiográfico, o indivíduo não é o grande personagem, mas sim um indivíduo qualquer, aleatório, anônimo, que não é representativo de nada, que não exercia influência nas questões mais abrangentes da sociedade na qual vivia, como é o caso dos “Andarilhos do bem” e de Menocchio, mas de certa forma sofria as consequências pelo fato de viver nessa sociedade. E que ao analisá-lo, não se poderia chegar a macro-conclusões.

---

<sup>127</sup> VAINFAS. Op. Cit. P. 117.

## CAPÍTULO 3

### ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS ESCRITAS DE LUCIEN FEBVRE E CARLO GINZBURG: RELAÇÃO INDIVÍDUO/COLETIVIDADE

#### 3.1 O CONCEITO DE INDIVÍDUO EM LUCIEN FEBVRE

Quando escreve “*Combates pela História*”, Febvre deixa bem claro seu posicionamento e suas intenções como historiador. Mais que isso, essa obra pode ser entendida como um tratado teórico-metodológico no qual o autor tenta mostrar o que é História e qual é o ofício do historiador, mesmo que talvez essa não tenha sido sua intenção principal. Através dessa perspectiva, sua concepção de história passa a ser cada vez mais presente em suas obras, e consequentemente sua clara rejeição à historiografia do século XIX.

E aqui está sem dúvida, com que abalar outra doutrina, tantas vezes ensinada. “O historiador não poderia escolher os fatos. Escolher? Com que direito? Em nome de que princípio? Escolher, a própria negação da obra científica...” Mas toda a história é escolha. [...]

É-o, até devido ao acaso que aqui destruiu e ali salvou os vestígios do passado. É-o devido ao homem: quando os documentos abundam, ele resume, simplifica, põe em destaque isto, apaga aquilo. É-o, sobretudo, porque o historiador cria seus materiais, ou se quiser, recria-os: o historiador que não vagueia ao acaso pelo passado, como um tropeiro à procura de achados, mas parte com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar. Dizer “não é uma atitude científica”, não é simplesmente mostrar que não se sabe grande coisa da ciência, das suas condições e dos seus métodos? Então o histologista, ao olhar pela ocular do seu microscópio apreenderia imediatamente os fatos brutos? O essencial do seu trabalho consiste em criar, por assim dizer, os objetos da sua observação, com o auxílio de técnicas muitas vezes bastantes complicadas. E, uma vez adquiridos esses objetos, “ler” os seus cortes e as suas preparações. Tarefa singularmente árdua; porque descrever o que se vê, ainda vá; o difícil é ver o que é preciso descrever<sup>128</sup>.

Com isso o autor define a história como sendo ciência do passado humano. E não, de modo nenhum, ciência das coisas, ou dos conceitos, em outras palavras, não há História a não ser a do Homem. Com relação aos fatos, o autor afirma categoricamente que os fatos também fazem parte da história, pelo simples e importante motivo de se tratarem de fatos humanos. E a preocupação do historiador, de um modo geral; não deve ser apenas descrevê-los tais como aconteceram, mas sim encontrar os homens que os viveram e analisar seus ideais para assim poder interpretar esses fatos humanos.

---

<sup>128</sup> FEBVRE, 1985, Op. Cit. p. 19.

Dessa maneira podemos notar o quanto a proposta da historiografia dos Annales foi defendida por esse autor. Segundo Febvre, os textos também fazem parte, pois são textos humanos. “E as próprias palavras que os formam estão cheias de substância humana. E todos têm a sua história, soam diferentemente segundo as épocas, e mesmo se designam objetos materiais só raramente significam realidades idênticas, qualidades iguais ou equivalentes”<sup>129</sup>

Para os historiadores dos Annales, da primeira geração, principalmente Lucien Febvre, essa nova postura da historiografia não invalida seu status de científica, adquirido ao longo do século XIX. Pelo contrário, isso só vem a reforçar esse estatuto, visto que essa nova proposta de escrita da história, com o auxílio de novas fontes, novos documentos, novos vestígios obriga ao historiador que tenha uma postura bem mais rígida diante dos fatos humanos, ou seja, a partir da proposta da *História-problema*, o historiador tem que interpretar organizar, reconstruir e completar as respostas. Fazendo isso o historiador estará exercendo de forma adequada seu ofício, visto que sua função é não só compreender os fenômenos humanos, mas sim complicá-los, enriquecê-los em profundidade, é dar um sentido que se enquadre na vida que determinado “personagem” ou indivíduo teve em sociedade, na sua sociedade.

Nas palavras do autor, o historiador dessa nova geração historiográfica

faz o passado que tem necessidade. E não há nisso nenhum escândalo, nenhum atentado à suposta majestade da ciência. A Ciência não se faz numa torre de marfim. Faz-se a par e passo com a vida, e através de seres vivos que mergulham no século. Está ligada por mil laços sutis e complicados a todas as atividades divergentes dos homens.<sup>130</sup>

Para o autor o mais adequado é definir a história não como uma ciência, mas como um estudo cientificamente conduzido, ou seja, tem a função de pôr problemas e formular hipóteses, pois assim não se corre o risco de engessá-la de petrificá-la, visto que a concepção que se tem de ciência pressupõe resultados pré-estabelecidos, constâncias, leis. No caso das ciências tidas como humanas isso não pode ser tomado tanto a rigor, uma vez que o objeto, principalmente da História é o homem, mas o homem em sociedade. Isso faz com que não se possa definir previamente o que vai acontecer, não há leis que estabeleçam que um determinado acontecimento possa apresentar o mesmo resultado. Apesar de existir a possibilidade de recorrência, nunca se pode esperar que um determinado indivíduo aja ou reaja da mesma forma numa situação parecida vivida anteriormente. Por isso a preocupação de Lucien Febvre em buscar entender a história na perspectiva da psicologia coletiva.

É analisando os homens em sociedade, únicos objetos da história,

<sup>129</sup> Idem. p. 24.

<sup>130</sup> FEBVRE, 1985. p. 26.

uma história que não se interessa por não sei que homem abstrato, eterno, de fundo imutável e perpetuamente idêntico a si mesmo, mas pelos homens sempre tomados no quadro das sociedades de que são membros, pelos homens membros dessas sociedades numa época bem determinada do seu desenvolvimento, pelos homens dotados de funções múltiplas, de atividades diversas, de preocupações e de aptidões variadas, que se mesclam todas, se chocam, se contrariam, e acabam por concluir entre si uma paz de compromisso, um *modus vivendi* que se chama a Vida.<sup>131</sup>

Tendo em vista essa preocupação de entender os homens em sociedade, estar-se-á analisando conseqüentemente todos os outros setores dessa sociedade, visto que tudo gira em torno do indivíduo. Por exemplo, interessar-se pela vida de um homem é interessar-se pelas suas atividades de um modo geral, inclusive por sua atividade econômica. Claro que essa preocupação acaba ocorrendo de modo indireto, visto que para essa geração historiográfica, o mais importante é analisar e entender o homem em seu contexto social, ou seja, o que influencia seu comportamento, suas ações, suas ideias etc.

Essa preocupação é percebida também em sua obra intitulada “*Martinho Lutero: um destino*” na qual o autor se propõe a desvendar os traços psicossociais de Lutero, com o objetivo de descobrir o que levou aquele indivíduo a seguir aquele caminho, ou destino, “confrontando a psicologia de um indivíduo, Lutero, com o universo mental da Alemanha no século XVI”.<sup>132</sup> Lucien Febvre coloca em destaque a sempre presente questão do individual e do coletivo, que em sua perspectiva o segundo age sobre o primeiro.

Nessa obra Febvre deixa bem claro que o papel desempenhado por Lutero, antes e durante a reforma, não foi uma escolha individual sua, mas sim uma demanda social, ou seja, foi a sociedade alemã da época que exigia mudança, foi a Alemanha de 1517, com suas inquietações sociais que influenciou as ações desse monge. Não foi um a iniciativa pessoal, mas sim uma imposição da sociedade. E ainda segundo o autor, se a Reforma não tivesse sido realizada por Lutero, seria feita por qualquer outro espírito da época, como Erasmo, por exemplo.

Em princípio, por exemplo, que queria Martinho Lutero em 1517? Problema mal formulado. O Agostinho não tinha plano formado. Os acontecimentos, e não a sua vontade calculista e refletida: eis o que, a pouco e pouco, o obrigava a avançar, a manifestar-se, a revelar a sua fé.<sup>133</sup>

Lucien Febvre tenta o tempo todo, em suas obras, destacar o fato de que os indivíduos por ele analisados são retratos fiéis de seu meio. “Lutero está em todos os atos da sua raça e do seu

<sup>131</sup> FEBVRE, 1985. Op. Cit. p. 30.

<sup>132</sup> DOSSE, 2009, p. 216.

<sup>133</sup> FEBVRE Lucien. **Martinho Lutero: um destino**. Bertrand, 1976. p. 111.

país. É por natureza, um alemão, na sua maneira de pensar, de sentir e de atuar. [...] Será preciso ainda recordar que, no convento, não era nos alemães, mas sim nos cristãos que pensava <sup>134</sup>”.

Com isso, esse historiador sempre se preocupava em responder a seguinte questão quando se referia às influências que o meio exerce sobre os indivíduos em sociedade:

O ser humano, o indivíduo de que se pretende explicar as ações e as reações, até que ponto se deixou consumir, nas suas vivas potencialidades, pelo jogo de forças compactas que o historiador lança à sua volta? Homens há que, sofrendo influências tão dócil e completamente, se negam ou, pelo menos, se fundem e dissolvem noutros. Outros permanecem fechados, impenetráveis [...]. Lutero, na sua complexidade, pertence a todos, e reencontra-se com ele próprio, na sua consciência enriquecida. <sup>135</sup>

Lutero, para Febvre, é um homem, sem dúvida, um homem que vive no mundo. Mas antes disso é um alemão que pertence ao ambiente alemão, que se submete às leis dos homens e que é governado pelas várias instituições de sua sociedade. Lutero e os homens de seu tempo, ou seja, o individual dominado pelo coletivo. É por isso que a divisão dessa obra leva mais em consideração o jovem Lutero, já moço, "com sua força, seu ardor e tudo quanto trazia de novo ao mundo, permanecendo ele mesmo, Ele mesmo, obstinadamente. Nada mais que ele mesmo". <sup>136</sup>

Para Febvre a história é uma necessidade da humanidade, mas a história humana, dos homens em coletivo, uma vez que é através dela que se consegue reconstruir a mentalidade dos homens de tempos anteriores aos nossos, “adentrar” em suas mentes, descobrir o que foram, o que quiseram ser, o que fizeram, ou seja, suas ações, “mas não considerar, e entretanto, que dependa de um homem fazer parar a sua obra em determinado ponto, a partir do momento em que essa obra se difundia no mundo” <sup>137</sup>.

Traçar a curva de um destino simples, mas trágico; retomar com exatidão alguns pontos verdadeiramente importantes desse destino; mostrar como, sob pressão de certas circunstâncias, seu ímpeto inicial arrefeceu e mudou de rumo; colocar assim, a propósito de um homem de vitalidade incomparável, o problema das relações do indivíduo com a coletividade, da iniciativa pessoal com a necessidade social. Esse é, talvez, o problema maior da história. <sup>138</sup>

É exatamente isso que aconteceu a Lutero. Ele esteve tão envolto às exigências da sociedade em que vivia que acabou sendo absorvido por ela, ou seja, não se pode negar que Lutero tinha suas idéias, seus pensamentos, sua opinião formada a respeito das questões relacionadas à fé cristã, no entanto, as circunstâncias sociais e políticas vividas pela Alemanha naquele período,

<sup>134</sup> Idem. p. 125.

<sup>135</sup> Idem, p. 135.

<sup>136</sup> FEBVRE, 1976. Prefácio à segunda edição de 1944. p. IX.

<sup>137</sup> FEBVRE, 1976, Op. Cit. p. 115.

<sup>138</sup> FEBVRE, 1976. Prefácio à primeira edição de 1927. p. VII.

fizeram com que a sociedade de uma forma geral ficasse insatisfeita com a situação e almejasse melhorias, ou seja, almejasse uma Reforma religiosa. O que não significa que essa Reforma fosse necessariamente a mesma para Lutero e para sociedade alemã. Mas na perspectiva de Febvre é o coletivo que se sobressai ao individual, Lutero não teve outra escolha a não ser atender a essas exigências sociais. O que em outras palavras significa dizer que o monge teve que “deixar de lado” suas “ambições”, mesmo que inconscientemente, para poder satisfazer a sociedade. No entanto cabe ressaltar que mesmo sendo absorvido pelo coletivo, Lutero ainda não passa de mais uma vítima, isso porque, se ele não se rendesse outro se renderia e a Reforma inevitavelmente aconteceria.

No entanto a pergunta que me inquieta é: tudo bem que, segundo Febvre, se não fosse Martinho Lutero a fazer a Reforma, essa seria feita por qualquer outro sujeito daquela época. Mas se fosse feita por outro ela seria da mesma forma? Teria alcançado os mesmos resultados? Satisfaria a sociedade alemã?

Na perspectiva de Febvre a resposta seria claramente um sim. Entretanto se for levar em consideração que o indivíduo de uma forma geral é fruto e reflexo da sociedade a qual pertence, age de acordo com as exigências desse coletivo e segue suas leis, como bem defende Lucien Febvre, ainda sim não se pode deixar de lado um fator importantíssimo, que é a questão psicológica desse indivíduo, (não fazendo referência a psicologia coletiva, mas sim aos pensamentos individuais desse sujeito). Isso porque cada ser, independente de seu meio e condições, tem suas vontades próprias, tem suas preferências e tem seu modo singular de realizar suas ações. Portanto, por mais influenciado que ele seja pela coletividade ele ainda sim, em determinados casos, tem a possibilidade de fazer escolhas. E são essas escolhas que vão, muitas vezes, refletir em suas ações. Aí fica em aberto uma questão que ao que tudo indica Lucien Febvre não se ateuve, uma vez que para ele o indivíduo é um ser engessado pelas amarras do coletivo.

Lucien Febvre entende que esse método de investigação histórica é útil porque permite ao historiador, através de seu estudo psicológico do indivíduo fazer uma comparação e assim estabelecer o perfil da sociedade daquela época. O que significa dizer que

Comparemos para poder, com conhecimento de causa, substituir estes singulares por plurais. Para poder dizer, se me é permitido escolher um exemplo familiar: já não *a Reforma*, mas *as Reformas* do século XVI [...]; *As Reformas*, o que não significa dizer uma coleção de dissertações monográficas sobre o pormenor dos dogmas formulados por Lutero, Zuínglio, Melanchton, Bucer ou Calvino, mas a explicação das variantes que a vida, com as suas particularidades, introduzia no conjunto das ‘concepções do mundo’ que esses homens formulavam para seu uso próprio, e para uso dos seus contemporâneos: devendo cada uma dessas variantes ter em conta as dos vizinhos – e que tinham origem nas condições de existência específicas dos indivíduos, dos grupos, das classes e das nações.<sup>139</sup>

<sup>139</sup> FEBVRE, 1985, p. 141.

Com isso a chave de seu pensamento reside no fato de que é possível ao analisar um indivíduo encontrar traços que lhe são próprios, características particulares que já nasceram com ele. Ao mesmo tempo em que também é possível identificar traços que são característicos da sociedade em que ele vive, tornando esse mesmo indivíduo um representante fiel desse coletivo. No entanto mesmo sendo possível encontrar tanto os traços particulares quanto os traços desse coletivo, a relação entre o individual e o coletivo desse sujeito se atenua cada vez mais, chegando ao ponto de não ser mais possível uma oposição entre eles. E para se compreender esse fenômeno, o historiador deve ter um método de investigação muito claro. No caso de Febvre, esse método seria o baseado na história problematizadora do social, calcado na psicologia coletiva.

Essa é sua concepção de história, presente em todas as suas obras. No entanto, quando escreve “*A Europa: gênese de uma civilização*”, Lucien Febvre faz o caminho inverso. Ou seja, ao invés de partir de um único indivíduo (analisando seus pensamentos, comportamentos, ações, e influências exteriores sofridas por ele, fazendo um estudo mais voltado para o lado psicossocial para se buscar entender como a sociedade que esse indivíduo vive funciona e se organiza) ele parte do coletivo, ou seja, ele faz uma análise da *Europa*. Mas sua proposta não é fazer uma análise minuciosa de todos os grandes acontecimentos que fizeram parte da história européia, mas sim mostrar uma Europa mais humana, mais voltada para um estudo identitário dessa civilização.

Sua grande indagação, nessa obra, é: *Como nasceu a Europa?* Mesmo tendo uma forte influência de grandes geógrafos e reconhecendo a importância dessa disciplina no auxílio da pesquisa histórica, Lucien Febvre não pretende apresentar uma definição geográfica da Europa, mas sim mostrá-la como uma entidade histórica que tomou corpo e que teve uma identidade, que variou ao longo dos séculos, começando no século IV, com o Império Romano e indo até o século XX, com as Grandes Guerras Mundiais.

Eu chamo de Europa, chamarei de Europa durante [esse curso], chamo de Europa não um continente [...]; eu chamo de Europa não uma divisão geográfica do globo; chamo de Europa não um departamento racial da humanidade branca, pois nenhum antropólogo, nenhum etnólogo, nenhum ‘raciólogo’ jamais tentou falar de uma raça européia, ou substituir a mais prodigiosa das diversidades étnicas por uma unidade imaginária e uma pureza racial toda convencional (ou propaganda); eu chamo de Europa não uma formação política definida, reconhecida, organizada, dotada de instituições fixas e permanentes, tendo, talvez, forma de Estado ou super-Estado, formação com a qual os europeus, ou pelo menos alguns europeus, puderam às vezes sonhar e da qual, em consequência, deveremos nos perguntar se está destinada a se tornar realidade ou condenada a permanecer em sonho; eu chamo de Europa, simplesmente, uma unidade histórica, uma incontestável, inegável, unidade histórica, uma unidade que se constituiu numa data fixa, uma unidade recente, uma unidade histórica que aparece na história sabemos exatamente quando, uma vez que a Europa nesse sentido, a Europa tal qual a definiremos, tal qual a estudamos, é uma criação da Idade Média; uma unidade histórica que, como todas as outras unidades históricas, é feita de

diversidades, de pedaços, de entulho arrancados de unidades históricas anteriores, elas mesmas feitas de pedaços, de entulhos, de fragmentos de unidades anteriores. [...] Aquela Europa, essa Europa que é a sede de um mundo, como dizemos, o mundo europeu [...] essa Europa que agrupa um conjunto de países, de sociedades, de civilizações com as populações que habitam esses países, compõem essas sociedades, carregam essas civilizações, essa Europa não se define por estritos limites geográficos, do exterior, de algum modo, por meio de grande quantidade de mares, montanhas, rios e lagos, ela se define do interior por suas próprias manifestações, pelas grandes correntes que não param de atravessá-la, e desde há muito: correntes políticas, correntes econômicas, correntes intelectuais, científicas, artísticas, correntes espirituais e religiosas.<sup>140</sup>

Quando se propôs esse estudo, Febvre tinha em mente dois problemas centrais. Um relacionado ao problema de gênese, ou seja, saber

quando, como, por quem, porque se fez uma Europa, um mundo europeu, isto é, às custas de quem? [...] Porque esse mundo foi dissociado do Império romano, esse mundo mediterrâneo que tinha tido um tal brilho. [...] Como, com que esforço ela se encontrou cimentada e mantida, ou melhor, [...] por que grandes correntes, com que resistências, com que poder e com que resultados?<sup>141</sup>

O outro relacionado ao problema de psicologia histórica, ou seja, segundo o autor a história não é feita somente de estruturas físicas, impessoais, mas também é feita na cabeça dos homens, ou seja,

a história não se faz somente na terra, através dos espaços mais ou menos extensos, através das espessuras maiores ou menores de duração. A história também se faz na cabeça dos homens, a história, ciência do homem. E o homem não é só apetite, não. O homem não é só necessidade, não. O homem é também pensamento, inquietação e sonho – inquietação, o traço dominante talvez do homem. [...] Ele tem sob seus pés um solo estável e firme. Ele se prende firmemente a este. Sente-se bem nele. Deste solo ele tira, sem muita dificuldade, os elementos de sua vida material. [...] Muito bem, mas isso tudo não basta. Ele foge do chão. Ele sonha. Ele sobrevoa as realidades que acha plena. Ele está sempre acima, sempre além [...]<sup>142</sup>.

Uma história mais humana, mais “psicologizada”. Pois entendendo o que se passa no psicológico dos indivíduos e o contexto em que ele o seu grupo vive é possível entender as outras estruturas sociais e políticas daquela sociedade. Com isso o autor faz uma reflexão a respeito de sua proposta de estudo sobre a Europa através dessas duas problemáticas (da gênese e da psicologia histórica), na qual mais uma vez tem-se a sobreposição do coletivo sobre o individual, uma vez que o autor coloca em questão o sentimento de pertencimento a determinado local. E esse

<sup>140</sup> FEBVRE, Lucien. **A Europa: gênese de uma civilização**. Bauru – SP. EDUSC, 2004. p. 35-36.

<sup>141</sup> FEBVRE. Idem. p. 37.

<sup>142</sup> Idem. p. 38.

sentimento vai exercer grande influência no comportamento e nas ações dos indivíduos. Segundo Febvre

Nos séculos 10, 11 e 12, que podem ser as pátrias ocidentais, as pequenas pátrias inquietas, vacilantes, mal consolidadas que constituem as monarquias ocidentais ainda [...]? Que eram essas pátrias em gestação, essas pátrias terrestres, comparadas à grande pátria ecumênica de todos os ocidentais de então: a cristandade? [...] Todos os homens do ocidente soa tocados, levados antes de tudo pelas grandes correntes que atravessam incessantemente a cristandade e que incessantemente as engendram fora das fronteiras.<sup>143</sup>

Essa proposta de sobreposição do coletivo sobre o individual é demonstrada por meio do sentimento cristão que foi sendo cada vez mais desenvolvido nos indivíduos “europeus”, uma vez que de tão poderoso, ele acabava moldando a maneira de pensar, agir e se comportar. Isso é visto pelo autor tanto positivamente, quando negativamente, pois

De um lado, durante toda a Idade Média, [...] a ação poderosa do cristianismo, quero dizer a ação poderosa de uma organização cristã, de um pensamento e de uma filosofia cristã, e até de uma política cristã interna ao mundo do ocidente (Europa e papado) ou externa a esse mundo e levando-o a conflitos com o Oriente (ver as cruzadas), durante toda a Idade Média, a ação poderosa e múltipla de um cristianismo de fato totalitário entrou, numa certa medida, a formação de pátrias nacionais sólidas. De outro lado, durante toda a Idade Média, essa mesma ação poderosa do cristianismo, fazendo passar sem cessar, por cima das fronteiras mal assentadas de reinos caleidoscópicos, grandes correntes de civilização cristã independentes do solo, contribuiu para dar aos ocidentais uma consciência comum, acima das fronteiras que os separam, uma consciência que, laicizada pouco a pouco, tornou-se uma consciência europeia<sup>144</sup>.

Assim sua reflexão vai permeando e formando conceitos que buscam dar legitimidade a sua proposta de história, que seria uma história humana na qual o coletivo se sobressai. Um desses conceitos é o de *Civilização e de Nação*, que para ele o mais correto é no sentido etnográfico da palavra, visto que

todo ser humano possui uma civilização, sua civilização. É o conjunto das características que a vida coletiva de um grupo apresenta aos olhos de um observador imparcial e objetivo. [...] Eu acrescento que essa noção não tem relação com os indivíduos enquanto tal; ela é unicamente de ordem coletiva. Ela caracteriza uma sociedade dada. Ela não dá orgulho a um indivíduo.<sup>145</sup> [...] Nação é uma palavra em profundidade, uma palavra em articulação. Pois a nação não é feita de indivíduos. Ela é feita de grupos, de grupos constituídos em função de algumas necessidades de existência, de trabalho. [...] Ao mesmo tempo, ela estende as simpatias que mantêm esses grupos a um grupo não somente mais vasto, mas mais precisamente organizado, dotado de um território próprio, de um território de nação.

<sup>143</sup> FEBVRE, 2004 Op. Cit.. p. 41.

<sup>144</sup> FEBVRE, 2004. p. 41.

<sup>145</sup> FEBVRE, 2004, p. 66

Para Lucien Febvre esse sentido de civilização e nação deveria ser adotado por todos os historiadores, pois essa concepção entende que esses conceitos são algo familiar, com o qual os indivíduos se identificam, é algo comum, que aproxima e os une, são algo que reflete a necessidade de toda sociedade humana de se imitar mutuamente, ou seja, é algo que lhe dará destaque entre os outros, que imporá sua cultura e seus modos de organização, fazendo com que os indivíduos ou povos de civilizações próximas queiram imitá-los.

Eu concludo: a natureza, não. É o homem que está em jogo. São as sociedades humanas. É bem pouca coisa, o homem. Mas ele põe um dedo no meio da imensa engrenagem e às vezes, às vezes, tudo para e se transforma. [...] Um pequeno gesto do homem, e eis condições imutáveis, ou que as consideramos como tal, eis relações imutáveis destruídas e rompidas. O meio natural sim, mas o homem está na natureza, o homem que faz e desfaz.<sup>146</sup>

Com isso Febvre fecha seu pensamento e sua proposta de construir um conceito humano da civilização da Europa, de uma Europa humana, feita de grupos humanos, capazes de criar, partilhar e construir uma civilização europeia sólida. Mesmo fazendo o sentido inverso, ou seja, mesmo partido do coletivo (a noção de Civilização Europeia) para se chegar ao “individual” que explicará esse coletivo, ele afirma que é o homem a chave de todo o fazer histórico, uma vez que a história é ciência do homem, como diria Marc Bloch, e nada do que se refere ao homem é simples. Segundo Febvre é papel do historiador complicar essas questões, visto que não devemos simplificar o real, mas sim procurar por trás dessa aparente simplicidade, a complexidade das coisas, a complexidade da vida, mas da vida humana em sociedade.

Porém, de modo geral, é mais ou menos assentado que foi contra uma história dos acontecimentos, *événementielle*, como sistematicamente se referia de maneira pejorativa Lucien Febvre em “*Combates pela História*”, que se insurgiram os historiadores fundadores dos *Annales*, e todos aqueles que, dentro das ciências humanas da época, posicionavam-se ostensivamente em oposição à historiografia oficial, dita “positivista”. Historiografia essa que protagonizou o maior esforço para tornar a história efetivamente uma ciência, visto que ela analisava, dividia em partes para conhecer melhor e depois reordenava os fragmentos segundo um padrão lógico. Por isso, a ciência da história, para os positivistas, fundava-se em dois procedimentos básicos, que seriam a crítica interna e externa, ou o que se denomina de operações analíticas; e o grupamento dos fatos, a construção de fórmulas gerais e a exposição dos acontecimentos tais como aconteceram, ou o que se denomina de operações sintéticas. É contra essa forma engessada de escrita e análise da história, que a Escola dos *Annales*, e futuramente outras correntes historiográficas, vão criticar ferrenhamente. Foi contra ela que se construiu ao longo o século XX, uma história estrutural.

---

<sup>146</sup> FEBVRE, 2004. Op. cit. p. 83.

Projeto antigo, de mais de cem anos, pretendeu ultrapassar os limites da história *événementielle*, dos sujeitos oniscientes, senhores de seu destino, do âmbito da consciência e da vontade individual como motor da história, para fixar-se nas estruturas sociais, aquelas realidades subjacentes, invisíveis aos atores históricos que, no entanto, encerram seus limites de ação.<sup>147</sup>

Foi com base nesse espírito de combate e renovação de pesquisa histórica que essa corrente historiográfica acabou por influenciar e inspirar a pesquisa e a reflexão historiográfica mundial ao longo do século XX, principalmente, nas últimas décadas, como a Micro-História, por exemplo.

### 3.2 O CONCEITO DE INDIVÍDUO EM CARLO GINZBURG

Desse seu interesse em trabalhar com temas considerados até então marginais na história resulta sua obra “*I Benandanti*”, na tradução em português “*Os Andarilhos do Bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*”. Nessa obra Carlo Ginzburg tem como objetivo explicar as atividades peculiares de um pequeno grupo de camponeses do Friuli denominados de os “*I Benandanti*” ou os “Andarilhos do bem” através da mentalidade camponesa e não pelo viés dos inquisidores, o que de certa forma pode ser entendido como escrever a história vista de baixo, dando visibilidade aos outros agentes ativos do processo histórico. Pretende também demonstrar que a bruxaria popular era uma versão deturpada dos ritos de fertilidade e cultos a vegetação. No entanto, ao longo de sua pesquisa ele reconhece a dificuldade de se fazer essa afirmação pelo fato de ser muito difícil conseguir identificar e definir o que é verdadeiro do que é falso nos depoimentos, pois na maioria das vezes eles eram induzidos.

A riqueza excepcional da documentação friulana permite reconstruir esse processo com precisão e clareza muito maiores, mostrando como um culto de características nitidamente populares, como o que tinha o seu centro nos *benandanti*, foi pouco a pouco se modificando sob a pressão dos inquisidores, para finalmente assumir os lineamentos da feitiçaria tradicional. Mas essa discrepância, essa defasagem existente entre a imagem proposta pelos juízes nos interrogatórios e aquela oferecida pelos acusados permite alcançar um estrato de crenças genuinamente populares, depois deformados, depois anulados pela superposição do esquema culto.<sup>148</sup>

Nessa obra, Ginzburg ainda está sob influência das conclusões obtidas no trabalho anterior, intitulado “Feitiçaria e piedade popular”, ou seja, ele parte da hipótese de que os processos de feitiçaria podem e devem ser analisados como embates entre culturas diferentes.

<sup>147</sup> MALERBA, 2001, Op. cit. p. 89.

<sup>148</sup> GINZBURG, 1988. Op. Cit. p. 08.

Hipótese essa que ele teve a oportunidade de confirmar através dos processos dos “Andarilhos do bem”. Seu desafio era então trabalhar essa hipótese na perspectiva histórica. Para cumprir com seus objetivos, utiliza a metodologia comparativa baseada na proposta de Marc Bloch, ou seja, o método comparativo historiográfico. Essa preocupação de Carlo Ginzburg é deixada bem clara em seu prefácio, quando escreve:

Estudei nesse livro as atitudes religiosas, e em sentido lato, a mentalidade de uma sociedade camponesa - a friulana - entre o final do século XVI e meados do XVII, de um ponto de vista extremamente circunscrito: a história de um núcleo de crenças populares que, pouco a pouco, em decorrência de pressões bastante precisas, foram assimiladas à feitiçaria. Trata-se de um episódio até hoje desconhecido, que lança muita luz sobre o problema geral da bruxaria e de sua perseguição.<sup>149</sup>

Portanto, apesar do filtro interposto pelos inquisidores, era possível reconstruir um cultura profundamente diferente da nossa. Mas foram exatamente os “andarilhos do bem” que me colocaram diante de uma nova contradição. As crenças documentadas no Friul entre os séculos XVI e XVII apresentavam desconcertantes semelhanças com fenômenos muito distantes no espaço (e talvez no tempo): os ritos dos xamãs siberianos. Seria possível abordar essa conexão de um ponto de vista histórico? [...] Retomando um argumento formulado por Bloch nos *Reis Taumaturgos* (leitura que, para mim, foi decisiva), pareceu lícito contrapor, de um lado, uma comparação tipológica entre fenômenos historicamente independentes e, de outro, uma comparação mais propriamente histórica - optando por esta última.<sup>150</sup>

Com essa proposta o autor procura analisar as atividades individuais (neste caso, do pequeno grupo dos andarilhos do bem) ao invés de recorrer a termos genéricos e vagos como “mentalidade coletiva” e “psicologia coletiva”. Isso é claramente uma visão reacionária e contrária e proposta pelos Annales, como Lucien Febvre. Em sua concepção Ginzburg entende e defende a postura de que o individual se sobrepõe ao coletivo, tornando-se este tendências e forças abstratas e desencarnadas. Dessa forma são as atividades individuais que fazem a história.

Uma de suas constatações ao longo do estudo dos *Benandanti* foi que no decorrer de um século esse grupo de camponeses passou de defensores da fertilidade da colheita à feitiçeiros diabólicos, destruidores e causadores de tempestades. Isso lhe foi um grande desafio, visto que

a própria possibilidade deste estudo estava de certo modo ligada a uma formulação diversa daquela presente na folclorística tradicional. Essa diversidade inicial foi voluntariamente acentuada no curso da pesquisa. Com efeito, buscamos captar, por detrás da aparente uniformidade dessas crenças, as diversas atitudes dos homens e das mulheres que as viviam, bem como a modificação delas sob o impulso de estímulos de vários gêneros, tanto populares quanto inquisitoriais. [...]

<sup>151</sup>

<sup>149</sup> GINZBURG, Carlo. **Os Andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII**. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo. Companhia das Letras, 1988. P. 7

<sup>150</sup> GINZBURG, 1989 Op. cit. p. 9

<sup>151</sup> GINZBURG, 1988. Op. cit. p. 12.

Essa sua postura fez com que sofresse muitas críticas pelo fato de não ter dado muita atenção ao ponto de vista dos inquisidores, mas justifica essa lacuna em 1972 quando republica o livro, dizendo que naquele momento da pesquisa, sua preocupação maior não era aquela. Segundo ele, o que lhe orientava para tal pesquisa

era, sobretudo as feiticeiras (ou os *Benandanti*), suas crenças, suas atitudes, ao passo que a análise da maioria dos estudiosos se havia orientado quase exclusivamente para os inquisidores e demonólogos. [...] Esse interesse determinou um desequilíbrio na pesquisa, que o leitor perceberá facilmente.<sup>152</sup>

Logo no início de seu livro Carlo Ginzburg faz a seguinte indagação: “*Quem são esses Benandanti?*” A partir dessa pergunta, pode-se deduzir que o autor está interessado em saber quem são esses indivíduos, para assim poder conhecê-los e entender melhor seu papel como agentes ativos no processo histórico. Buscando uma definição de quem seriam esses *Benandanti*, Ginzburg começa a desenvolver algumas ideias. Primeiramente, isso segundo a definição dos próprios camponeses, eles seriam indivíduos contrários às bruxas e feiticeiros, que criavam obstáculos às suas ações maléficas e curavam as vítimas de seus encantamentos. Por outro lado, afirmam também que assim como as bruxas, eles participam de cultos, rituais e encontros noturnos misteriosos. Segundo Ginzburg essa contradição ambígua é fruto de uma dificuldade da própria consciência popular da época, uma vez que até mesmo para os inquisidores é difícil a assimilação do que viria a ser um *Benandanti*, pois estes apresentavam tantos aspectos semelhantes aos feiticeiros e ao mesmo tempo se colocavam como defensores da fé cristã.

Nesses relatos, os camponeses acusados mantinham certa constância nos depoimentos, o que causava certa monotonia nos interrogatórios. No entanto, alguns deles, buscando burlar a sentença e conseguir a absolvição passaram a incluir elementos que estavam ligados à Igreja Católica, como anjos, por exemplo. Mas essa tentativa não teve sucesso, pois despertou a ira dos inquisidores. Essa atitude, segundo esse historiador é resultado da manipulação, da indução nas respostas por partes dos membros responsáveis pelo andamento do processo. Isso é claramente percebido nesse trecho do depoimento de um camponês:

“Pensei que tenho de dizer a verdade”, declara no início do interrogatório; e, ao inquisidor que retoma a questão destinada a captar, na sua confissão, o elemento mais importante do ponto de vista teológico (“quem vos chamou para entrar nessa companhia de *benandanti?*”), responde inesperadamente: “o anjo do céu”. [...] Como interpretar essa variação? À primeira vista, parece obvio supor que, diante do prolongamento do interrogatório [...] *ele tenha tentado [grifo nosso] libertar-se das malhas da Inquisição, acentuando posteriormente as motivações da sua “profissão” com a inserção do motivo do anjo, sem perceber estar assim agravando a própria situação.* [...] <sup>153</sup>

<sup>152</sup> Idem, p. 15.

<sup>153</sup> GINZBURG, 1988. Op. cit. p. 28.

Nessa perspectiva, o que Ginzburg quer demonstrar é que nesses interrogatórios, os depoimentos são declarações feitas sob tortura ou sob a ameaça de tortura. O que quer dizer que sua preocupação não é necessariamente com a sinceridade, mas sim com a presença difusa de determinadas crenças não compartilhadas pelos juízes. E o que ele também identifica ao longo da pesquisa é que analisando mais profundamente os ritos realizados por esse pequeno grupo de camponeses em seus encontros nas noites de quinta-feira a analogia que se faz com o sabá desaparece completamente, mesmo com a forte tentativa de cristianização dos ritos agrários sustentada pelos *Benandanti* e explicitamente rejeitada pelos inquisidores.

Por meio dessas constatações, Ginzburg legitima sua concepção de história, que é a sobreposição do individual sobre coletivo, ou seja, ele consegue demonstrar o jogo de interesse que acontece nos interrogatórios, tanto por parte dos acusados de bruxaria, quanto por parte dos juízes inquisidores, uma vez que ambos acabam sendo os atores do processo histórico. No entanto sua ênfase permanece no pequeno grupo de camponeses.

Quando, em suas análises dos processos, consegue perceber essa tentativa de manipulação, isto é, quando os *Benandanti* tentam incluir elementos cristãos nos ritos agrários, na intenção de fazer com que sua pena seja aliviada, o que Ginzburg identifica é exatamente essa autonomia por parte desse grupo. Autonomia essa que permite que eles façam escolhas que muitas vezes não são influenciadas pelo coletivo, ou melhor, pela sociedade em que vivem, isso porque esses rituais não são aceitos e nem praticados pelos outros habitantes do vilarejo do Friuli. São ações “isoladas”, praticadas por indivíduos que de certa forma foram escolhidos por algum motivo que eles mesmos não sabem explicar. Um dos argumentos que utilizam para justificar seu pertencimento a este seletivo grupo é o nascimento com o pelico (uma membrana amniótica) que no ambiente friulano está repleto de superstições, tais como proteger os soldados dos golpes, afastar os inimigos etc.

No entanto, ao se propor analisar esse pequeno grupo de camponeses do Friuli, dando ênfase em suas atividades individuais, Ginzburg, mesmo inicialmente descartando a hipótese colocada pela Escola dos Annales de “mentalidade coletiva” reconhece que ela está presente nesses camponeses, uma vez que eles partilham as mesmas ideias, acreditam nos mesmos rituais e profetizam essas crenças, ou seja, estão inseridos no coletivo. Mas o que é mais importante nisso, Ginzburg o tempo todo destaca que mesmo estando inseridos no coletivo (uma vez que não é possível se isolar dele) suas ações e comportamento não são completamente influenciados por ele.

Esse seletivo grupo de camponeses, que praticam esses rituais agrários são uma exceção, não são suficientes para explicar a sociedade friulana do século XVI para o XVII como um todo. Não são representativos de seu meio, não são reflexo da mentalidade da sociedade daquela época. Não é o coletivo que os faz agir assim, que os faz manter essa tradição, mas sim suas concepções de mundo, moldadas por eles mesmos, uma vez que não são todos que podem fazer parte desse grupo

denominado de “Andarilhos de bem”. Dessa forma pode-se dizer que existe sim uma mentalidade coletiva, mas ela é partilhada apenas pelos membros dessa “seita” dos “Andarilhos do bem”.

Já quando escreve *“Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história”*, obra publicada por volta de 1961-1984, suas preocupações estão voltadas mais especificamente para a relação entre a morfologia e a história. Preocupação essa que é fruto das influências sofridas ao longo de toda sua vida, muito antes de seu ingresso como historiador.

Essa obra trata-se de uma coletânea de textos, nos quais o autor faz uma espécie de balanço de suas pesquisas. São textos que não apresentam certa regularidade temática, mas que lidos atentamente faz com que o leitor consiga ter uma ideia das preocupações teóricas e metodológicas de Carlo Ginzburg. O primeiro texto dessa coletânea é intitulado “Feitiçaria e piedade popular: notas sobre um processo Modenense em 1519”. Esse texto é fruto da investigação de uma série de processos inquisitórios conservados no Arquivo do Estado de Módena. Esse processo, entre outras coisas chamou a atenção de Ginzburg pelo fato de que houve uma intensificação dos processos e denúncias relativos a casos de feitiçaria, superstição e magia durante o período que vai do final do século XV até meados do século XVI.

Nesse texto, o historiador Carlo Ginzburg analisa um processo inquisitório datado em 1519. A acusada é uma mulher camponesa chamada Chiara Signorini. À ela cabe a acusação de ter lançado um feitiço em sua antiga patroa, a qual havia lhe posto fora de sua propriedade. Devido à condição social de Chiara, assim como o opróbrio lançado sobre ela e o marido, esta decide invocar o demônio e prometer-lhe a alma se este vingasse a sua causa colocando em sua antiga patroa uma enfermidade. Diante do Tribunal da Inquisição ela é submetida a uma série de torturas, desse modo, confessa ser verdadeira as acusações feitas contra ela.

Para os inquisidores o poder espiritual dos demônios e do diabo era uma ameaça constante às plantações, aos animais e, principalmente, às pessoas. Portanto, extirpar focos de feitiçarias, assim como, “caçarem” as possíveis bruxas era a maneira mais sensata em suas concepções de promoverem a paz.

Ginzburg, ao longo da pesquisa identifica uma característica religiosa observada em Chiara durante o processo, a típica religiosidade popular é expressa claramente em suas declarações, até mesmo quando ela nega as acusações acaba se comprometendo em seu linguajar religioso. A intenção do inquisidor é justamente essa, ou seja, que fique claro para os ouvintes que ela faz analogias entre o divino e o diabólico, tudo para condená-la. O divino para Chiara é a figura de Nossa Senhora, a qual lhe promete ajuda, da mesma maneira que o diabo havia lhe prometido. Por fim, após inúmeras torturas, Chiara se “arrepende” de seu envolvimento com o demônio e, por isso, não é condenada a morte, todavia, recebe a punição de ser encarcerada perpetuamente.

Já no capítulo “De Warburg a E. H. Gombrich: notas sobre um problema de método” Além das pesquisas dos núcleos míticos, Ginzburg aborda em alguns ensaios as análises iconológicas e

iconográficas no âmbito do conhecimento histórico. Nele, por exemplo, Ginzburg examina o tratamento dado à história pelo estudioso de arte A. Warburg e seus discípulos. Pode-se dizer que Ginzburg aprendeu com Warburg que “se pode fazer ouvir vozes humanas articuladas também a partir de documentos de pouca importância”<sup>154</sup>, além de seu lema favorito de que “Deus está no particular”<sup>155</sup>.

Na perspectiva de Ginzburg, assim como Burckhardt, Warburg invocava

em nome de uma história da arte com um alcance mais amplo e dilatado do que a história tradicional – uma história da arte que desemboca na [...] [teoria da cultura]. Recusava-se qualquer leitura “impressionista”, estetizante (e também puramente estética) das obras de arte. [...] O objetivo da pesquisa de Warburg era duplo: por um lado, era preciso considerar as obras de arte à luz de testemunhos históricos, de qualquer tipo e nível, em condições de esclarecer a gênese e o seu significado; por outro, a própria obra de arte e as figurações de modo geral deveriam ser interpretadas como uma fonte *sui generis* para a reconstrução histórica.<sup>156</sup>

Ou então, no caso do ensaio "Ticiano, Ovidio e os códigos da figuração erótica no século XVI", Ginzburg percorre, à luz da noção de circularidade formulada por Mikhail Bakhtin, a circulação da imagem erótica, especialmente na pintura de Ticiano na Itália do "Cinquecento".

Como exemplificação, o ensaio "Freud, o homem dos lobos e os lobisomens" é uma releitura de um célebre caso clínico de Freud. A partir de um sonho deste paciente, Ginzburg realiza uma extraordinária análise, ressaltando os elementos folclóricos que o compõem e procurando delinear o contexto cultural onde este homem estava mergulhado. Prossegue afirmando que não podemos ignorar que no sonho do homem dos lobos irrompe um conteúdo mítico mais antigo, reencontrável também nos sonhos (êxtases, desfalecimentos, visões) dos andarilhos do bem, dos tálto, dos lobisomens, das feiticeiras.

Descortina-se aqui uma vasta rede de crenças homólogas na medida em que todas se diziam capazes de visitar o inundo dos mortos (em espírito ou em forma animal) e afirmavam ter nascido com características especiais que lhes conferiam poderes extraordinários: nascidos com dentes (tálto), com a coifa (andarilhos do bem, keisniki, lobisomens), ou nos doze dias entre o Natal e a Epifanía (lobisomens). O casamento da morfologia com a história promove um amplo enfoque comparativo, capaz de melhor desvendar a natureza das crenças.

Já no texto “Sinais, raízes de um paradigma indiciário” Ginzburg deixa bem claro sua proposição de história, uma vez que segundo ele é exatamente nos fatos mais negligenciáveis que se encontram as respostas mais abrangentes. Esse ensaio é um estudo analítico de um paradigma

<sup>154</sup> GINZBURG, 1989. Op. cit. p. 45.

<sup>155</sup> Idem. p. 47.

<sup>156</sup> Idem. p. 56.

presente desde os princípios da história humana, cuja característica é a decifração do mundo e de nós mesmos a partir de indícios, buscando retirar de detalhes uma realidade complexa.

A primeira parte do ensaio se destina a decifrar características comuns a três personagens ou sujeitos históricos do século XIX: Freud, Morelli e Conan Doyle. Morelli revolucionou a análise de quadros falsificados, pois, ao invés de observar os quadros através de características óbvias de cada autor, como traços fortes ou modelos de imagens, passou a notar nos quadros as características mais negligenciáveis como detalhes na orelha e detalhes nos dedos. Freud revolucionou a psicanálise com uma linha de raciocínio bastante parecida, baseou sua ideia na observação das pessoas a durante suas atitudes inconscientes e a partir desses dados pôde fazer suposições sobre o indivíduo. E Conan Doyle praticamente criou o romance policial com seu personagem Sherlock Holmes, que é um exemplo máximo desse paradigma, pistas que passariam despercebidas aos olhos comuns, tornam-se a chave para a descoberta do crime. Como o próprio Ginzburg disse: “pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes) signos pictóricos (no caso de Morelli)”<sup>157</sup>, e pode-se dizer: homens comuns da História no caso de Ginzburg.

Na segunda parte Ginzburg trás o histórico deste paradigma numa linha que vai desde os primeiros caçadores, até os gregos com sua medicina. Porém o ápice do capítulo se dá quando Ginzburg revela o paradigma galileano, que limita as duas grandes ciências hoje chamadas de exatas e humanas. A primeira estaria fundamentada na quantificação e repetição dos fenômenos, já a segunda, na qualificação e na individualidade dos fenômenos, essas seriam as disciplinas indiciárias. Porém, vale ressaltar aqui que essas ideias são bem genéricas, pois, hoje vemos várias disciplinas sem um caráter específico, essas diferenciações se deram muitas vezes por concepções adotadas nos nossos dias, segundo Ginzburg uma dessas disciplinas é a filologia, pois, faz parte da nossa cultura adotar o texto como desvinculado de seu suporte, e assim o estudo literário é repetível.

Já no final do capítulo o autor cita a biologia que nos últimos tempos tem caído muito mais para a quantificação do que para a qualificação. E no caso da história, foram feitas várias tentativas de enquadrá-la nesse contexto galileano, porém, apesar dessa visão nos dar uma grande quantidade de dados, esses são na sua maioria inúteis, e dificilmente revelam a verdade histórica. Nesse dilema Ginzburg mostra sua posição: “[...] elaborar, talvez às apalpadelas, um paradigma diferente, fundado no conhecimento do individual. [...]”<sup>158</sup>.

Segundo Ronaldo Vainfas,

---

<sup>157</sup> GINZBURG, Op. cit. p. 150.

<sup>158</sup> Ginzburg, 1989. Op. cit.p. 163.

foi nesse instigante texto que Ginzburg, em uma linguagem distante dos cânones historiográficos, comparou o trabalho do historiador ao do detetive, como Sherlock Holmes de Conan Doyle, que procura refazer a trama que levou a um crime remontando o quebra-cabeça de indícios fragmentários. Ou ao do médico, que asculata, os sintomas de seu paciente, ou mesmo às artes venatórias do caçador primitivo, que rastreia sua caça por meio de sinais invisíveis. O historiador seria assim, por excelência, um pesquisador de evidências periféricas, aparentemente banais, incertas, porém capazes, se reunidas em uma trama lógica, de reconstruir a estrutura e dinâmica de seus objetos. Vem daí a célebre comparação que faz Ginzburg entre o trabalho do historiador e o “método Morelli” que, na crítica de arte, buscava identificar as falsificações na periferia dos quadros, nas unhas, nos detalhes minúsculos da anatomia, nas “vinhetas”, enfim, do motivo central – mais fácil de “copiar” porque fiel, sendo destro o falsário, ao estilo do pintor copiado.<sup>159</sup>

Tudo isso para que Ginzburg chegasse a uma célebre frase que resume seu pensamento

se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que o conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la.<sup>160</sup>

Portanto, o que se pode constatar ao longo desse breve balanço das escritas de Ginzburg, é que esse historiador, mesmo optando por tratar de temas tidos por marginais na história, tem a constante preocupação de entender a história como uma ciência do particular, ou seja, do caso irrepetível e único, não sendo construída a partir de conceito gerais e homogêneos, que poderiam ser usados para explicar ou exemplificar qualquer caso ou acontecimento. Para ele a história é uma prática de pesquisa essencialmente indutiva e não dedutiva.

Nessa perspectiva,

o historiador debruçado sobre casos particulares para o qual só dispõe de evidências fragmentárias [...], não pode escapar de certo ânimo conjectural ou especulativo. [...] Dito de outro modo, não pode evitar certa dose de subjetivismo – o que não o autorizaria, porém, segundo Ginzburg, a dar asas à imaginação de modo infrene. [...]<sup>161</sup>

Porém deve-se ressaltar aqui que a intenção de Ginzburg com essa concepção de História não é retirar conclusões gerais sobre a humanidade, pois isso é impossível. Mas sim retirar conclusões de determinada cultura em determinado período histórico, como ele fez em “O queijo e os vermes”.

<sup>159</sup> VAINFAS. Op. Cit. P. 110.

<sup>160</sup> Idem. p. 177.

<sup>161</sup> VAINFAS. Op. Cit. P. 110.

Portanto, a discussão se baseou nas obras de Lucien Febvre e Carlo Ginzburg, principalmente pelo fato de que ambos desenvolveram novos métodos de análise que tinham como centro de atenção “o indivíduo”, no caso “Rabelais e Menocchio”.

E ao propormos esse tema, “O conceito de Indivíduo na Historiografia do século XX”, levou-se em consideração a importância que esse estudo teria para a historiografia, visto que foi a partir da Escola dos Annales que um novo conceito de como se fazer História, foi incorporado e aceito. Conceito esse que abandonou o modelo historicista, o modelo positivista, que contemplava apenas a história institucional (baseada nos documentos escritos), a história dos “grandes homens”, e passou a utilizar novas abordagens, novas fontes, novos documentos, novos personagens – (“os excluídos da história”) e uma nova visão (interdisciplinar). E essa nova corrente historiográfica passou a influenciar outras grandes correntes que também desenvolveram outros métodos de se fazer história, como foi o caso da Micro-História, que parte de uma abordagem a partir do micro, do singular, do particular, do individual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, voltamos a destacar a importância desse tema no âmbito historiográfico, visto que diante de um processo denominado de “crise da historiografia”, ou seja, do esgotamento dos antigos modelos e das velhas concepções de se fazer história, como as do historicismo e as do positivismo, por exemplo, foram surgindo, ao longo do século XX, novas propostas e novas respostas frente a essa crise, como diversas buscas por novos campos temáticos. Algumas dessas novas buscas ganharam maior destaque, como as da Escola dos Annales e as da Micro-História, visto que privilegiavam temas voltados para a exploração do cultural, do mundo do símbolo, da linguagem e da representação mental, como bem mostram as obras de Ginzburg e Febvre, analisadas nesse trabalho.

Essa nova proposta, em especial a defendida pelos historiadores da primeira geração dos Annales, mais precisamente a de Lucien Febvre, foi entendida nesse trabalho como uma nova abordagem metodológica do tempo histórico, visto que na concepção de José Carlos Reis,

Para mediar o diálogo entre presente/passado, para “diferenciar as durações humanas”, isto é, conhecê-las em sua historicidade e em seus próprios termos, para conhecer “os homens em suas mudanças perpétuas”, o olhar do historiador é estruturado por uma “representação do tempo histórico”. O conhecimento histórico só é possível no interior de uma concepção do tempo histórico. Essa “representação do tempo dos homens” teria para o conhecimento histórico uma função semelhante à ideia Kantiana do tempo como “intuição *a priori*” do sujeito. Como a “intuição *a priori*” Kantiana que propõe o universo como exterior ao sujeito e o organiza como sucessão e simultaneidade, é a “representação do tempo histórico” presente no historiador que o leva a objetivar o mundo humano de uma certa maneira, a organizá-lo de um certo modo, a distinguir e selecionar certos objetos, a estabelecer determinadas técnicas, a construir determinados conceitos, a optar por certos valores, a organizar a ação e a inércia. [...] A representação do tempo histórico é a *condição subjetiva*, do historiador e da sua sociedade, sob a qual todas as experiências humanas podem se tornar inteligíveis.<sup>162</sup>

Com isso pode-se dizer que cada nova escola historiográfica que vai surgindo ao longo do tempo, com novas perspectivas de análise a respeito dos fenômenos humanos em sociedade e isso consequentemente acaba por fazer uma representação do tempo histórico distinta da anterior. Isso permite uma renovação teórico-metodológica da história, visto que é através dessa nova formulação da concepção de tempo histórico que é possível a utilização de novos objetos, novas fontes, colocação de novos questionamentos, novos problemas (história-problema), reformulação de antigas questões, enfim, de novas abordagens historiográficas.

Dentro de suas principais propostas, destaca-se a interdisciplinaridade, sob forte influência das ciências sociais, isso porque diante dessa aproximação os Annales realizaram uma revolução

<sup>162</sup> REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo. Paz e Terra, 2000. p. 13.

epistemológica significativa na concepção de tempo, sem perder o foco no conhecimento das mudanças humanas no tempo e influenciando outras correntes historiográficas ou perspectivas historiográficas ao longo dos anos e rompendo as fronteiras da França e mesmo da Europa.

Essa forte influência da primeira geração dos *Annales* seria vista tanto como uma forma de legado, herança ou como uma forma de rejeição à importância dada ao coletivo na história, visto que os *Annales* por mais que tenham desenvolvido um novo método de se trabalhar e construir a história, com novas fontes, novas perspectivas, ainda continuavam muito ligados a uma história econômica, que privilegiava o estudo do comércio internacional, os preços, ou seja, uma história quantitativa e serial. Isso causava certa divergência com os objetivos e interesses entre as historiografias, mais especificamente entre a historiografia dos *Annales* e da Micro-História, visto que esta se propunha a estabelecer um tratamento intensivo e qualitativo das fontes seriais, que de certa forma, e eles não negavam isso, era uma dívida que a Micro-História tinha com a Escola dos *Annales*.

Outro ponto que diverge entre essas correntes, é em relação à escala de análise, pois ao contrário dos *Annales* que se debruçavam sobre a longa duração e os longos espaços geográficos, principalmente Braudel, a historiografia italiana propunha-se a estudar com um olhar mais intenso as comunidades, grupos familiares, e principalmente os indivíduos. Com isso eles justificavam que essa perspectiva de análise possibilitava “articular de modo consciente os vários perfis que as fontes seriais produziam [...] em uma compreensão coerente da realidade social <sup>163</sup>”.

Essa dialética entre aceitação e rejeição da herança dos *Annales* é melhor entendida na definição que Ginzburg propõe à Micro-História. Para ele e Poni <sup>164</sup> essa corrente seria uma “‘prosopografia a partir do baixo’ uma tentativa de reconstituição biográfica ‘coletiva’ que, com um diferente sentido político, tentava colocar no plano central as ações e pontos de vista das chamadas classes subalternas” <sup>165</sup>.

Ao longo desse trabalho, buscamos entender a micro-história como um novo gênero historiográfico que surgiu de outras matrizes como resultado das inquietações dos historiadores italianos, ao longo das décadas de 1970 e 1980, em face da discussão sobre a “crise dos paradigmas” ou, como denominamos, a “segunda crise da historiografia”, principalmente sobre a fragilidade das mentalidades, herdeira da primeira geração dos *Annales*. “A micro-história surgiu na Itália, portanto, em grande parte como resultado de um mal-estar de uma grupo de historiadores do país diante da “dependência de modelos historiográficos importados, sobretudo franceses e

<sup>163</sup> LIMA, Henrique Espada. *A Micro – História Italiana – Escalas, Índicios e Singularidades*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006, p. 62.

<sup>164</sup> Ver mais sobre Poni na obra de DOSSE. *A História em Migalhas: dos “Annales” à Nova História*. p. 87.

<sup>164</sup> LIMA. Op cit p. 62.

<sup>165</sup> Idem, p. 63

anglo-saxões”<sup>166</sup>. E todas essas efervescências no campo histórico do século XX, fez com que a historiografia passasse a dar uma nova conotação e um novo patamar para o indivíduo.

Nessa perspectiva da “volta do sujeito histórico”, o indivíduo é entendido dentro da estrutura. O indivíduo não é nada além da ação. Ou seja, baseando-se na estrutura, Lucien Febvre e Carlo Ginzburg conseguem inserir o indivíduo no contexto das sociedades nas quais pertencem, embora cada qual tenha uma visão de entendimento a respeito desse indivíduo, pois é ela (a estrutura) quem cria as condições nas quais os homens fazem suas escolhas, ou seja, ela dá espaço para a ação e atuação dos indivíduos, mas esse indivíduo não é um individualista clássico, ele não é “livre”, ele pode fazer suas escolhas, mas tem que seguir alguns parâmetros.

Diferente da proposta da primeira geração dos *Annales*, ou mais precisamente a proposta de Lucien Febvre, a micro-história pretende construir, a partir de uma situação particular, normal, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e seus confrontos. O objeto da história, não é, ou não é mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, como afirmaria Foucault, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pela comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos.

Em outras palavras, partindo da perspectiva de que esses historiadores propunham, inicialmente com a Escola dos *Annales* e depois com a Micro-História, como uma iniciativa de trabalho a rejeição do estruturalismo, ao mesmo tempo eles ainda trazem, mesmo que de forma indireta traços dessa herança. Eles, em suas obras sobre esses dois sujeitos, ainda demonstram essa herança que o estruturalismo exerce na vida dos indivíduos, (visto que mesmo sendo livres, podendo fazer suas escolhas, ainda sim devem seguir determinados parâmetros, determinadas regras comportamentais, caso contrário estarão excluídos da sociedade à qual pertencem), mas nota-se que pretendem fazê-la dando uma nova resignificação à essa história estrutural. Dessa forma, segundo Aróstegui, esses novos modelos de história reagem à crise, apresentando propostas de renovação historiográficas que trazem o indivíduo como o centro, o agente histórico ativo, que está sempre interagindo com a estrutura, com a sociedade.

Talvez essa percepção da margem de liberdade seja melhor percebida na micro-história, pelo fato de que seus personagens ou agentes históricos são indivíduos anônimos, sem status social <sup>167</sup>, sem representatividade, e conseqüentemente não têm a preocupação de servir de exemplo nem seguir as regras ao “pé da letra”, podem fazer determinados tipo de escolhas pois não influenciaram no rumo da sociedade. Isso já não ocorre com os *Annales*, que mesmo fazendo duras críticas à história positivista e historicista, eles permanecem entendendo que o indivíduo ou

<sup>166</sup> VAINFAS. Op. Cit. P. 107.

<sup>167</sup> O termo status social está sendo entendido no sentido de não ter um reconhecimento oficial, uma representação significativa na sociedade, como o que acontece com Menocchio, que em uma posição social, dentre os moradores de seu vilarejo, por ser moleiro, mas que não tem tanta representatividade à nível historiográfico para outras correntes.

o agente histórico seja o “grande homem”, aquele que é capaz de ser reflexo de seu meio, que seja capaz de renunciar seus anseios pessoais em prol de um bem maior, em prol da sua sociedade.

Essas obras surgem num contexto em que se começa a deixar de lado um tipo de história das ideias, de viés positivista, e estilo historicizante. Esses intelectuais tentam demonstrar a possibilidade de se fazer uma história intelectual comprometida com a análise, tanto dos grandes movimentos coletivos, quanto de psicologias individuais, sempre alicerçados em conceitos inovadores, além de integrar questões ou tópicos como a linguagem, as crenças, a cultura popular, as concepções filosóficas.

Nessa perspectiva, não cabe a nós dizer qual ou tal proposta está correta, mas sim entender que num momento de crise ou de inquietação intelectual, novas propostas surgiram, com o intuito de intensificar a complexificar o debate historiográfico. E essa complexificação do debate historiográfico é dever do historiador e é algo que nunca acabará, pois sempre surgirão novas hipóteses, novas questões, novos modos de entender o indivíduo e seu papel na história e nas ciências humanas e sociais. Prova disso é a proposta de Norbert Elias, na qual critica essa maneira de entender indivíduo e sociedade como algo distinto, ora um se sobrepondo ao outro. Segundo ele, essa relação de indivíduo e sociedade é algo muito complexo, mas se entendido como havendo uma interação, fica mais fácil de entender as relações sociais como um todo.

Portanto, não se trata de negar os sistemas de regras nem os processos mecanicistas de mudança por meio da narrativa de casos singulares, mas de propor, por intermédio dela, um deslocamento de foco e conseqüentemente de fontes. Por meio da narrativa amidiada de certo caso, a Escola dos Annales e a Micro-História pretendem exibir a relação entre determinado sistema de regras ou determinações históricas da sociedade estudada e as ações individuais, tais como as escolhas que fizeram ou deixaram de fazer os agentes históricos dentro da margem de liberdade pessoal que lhes podia tocar, quer em relação a episódios específicos, quer em relação ao quadro normativo do mundo em que estavam inseridos.

Dessa forma, podemos entender que o conceito de indivíduo proposto tanto por Lucien Febvre (no qual o sujeito é uma caixa de ressonância da sociedade à qual pertence, sendo apenas um simples reflexo dessa), quanto por Carlo Ginzburg (no qual o sujeito dispõe de certa autonomia e pode ser um sujeito ativo no processo histórico), demonstram que o conceito de indivíduo é um conceito relacional, uma vez que de uma forma ou de outra está relacionado com a sociedade da qual faz parte. Sua relação com a coletividade é que vai definir, segundo esses autores, qual é o seu papel na História.

## Referências Bibliográficas

ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Trad. Andréa Dore. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006.

BARROS, José. “História Comparada – um novo modo de ver e fazer a história”. **In. Revista de História Comparada**. Volume 01, nº 01, Junho/2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Tradução Alexandre Werneck. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2010.

BIRARDI, Ângela, et ali. **O Positivismo, Os Annales e a Nova História**. In. ([www.klepsida.net/analles.rtf](http://www.klepsida.net/analles.rtf)) visitado em 17/09/2009.

BORGES, V. P. **Grandezas e misérias da biografia**. In: *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. P.203-234.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. **Passados Recompuestos: campos e canteiros da história**. Tradução de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo. Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CADIOU, François. COULOMB, Clarisse. LEMONDE, Anne. SANTAMARIA, Yves. **Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa**. Tradução Giselle Unti. Petrópolis – RJ. Vozes, 2007.

CAIRE-JABINET, Marie-Paul. **Introdução à Historiografia**. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru, SP. EDUSC, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro, Elsevier, 1997 – 19ª reimpressão.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru – SP. EDUSC, 2001.

DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. Tradução Marco Casanova. São Paulo. UNESP, 2010.

DOSSE, François. **A História em Migalhas: Dos “Annales” à Nova História**. São Paulo: Ensaio. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

\_\_\_\_\_ **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo. Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2009.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Organizado por Michael Schöter. Tradução, Vera Ribeiro. Revisão técnica e notas, Renato Jaime Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.

ESPADA LIMA, Henrique. **A Micro-História Italiana – Escalas, Índícios e Singularidades**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

FABIANI, Jean-Louis. *O que resta do agente social? A análise sociológica frente à exemplaridade biográfica e à diminuição de si*. In. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **14**(1): 33-65, maio de 2002.

FEBVRE, Lucien. **O Problema da Incredulidade no Século XVI – A Religião de Rabelais**. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_ **Combates pela História**. 2ª Ed. Tradução Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Rio de Janeiro, Editorial Presença Ltda, 1985.

\_\_\_\_\_ **Martinho Lutero: um destino**. Bertrand, 1976.

\_\_\_\_\_ **A Europa: gênese de uma civilização**. Bauru – SP. EDUSC, 2004

FONTANA, Josep. **História como Projeto Social**. EDUSC. 1998.

FOUCAULT, Michel. **Eu Pierri Rivieri, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio no século XIX**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1977.

GUINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes – O Cotidiano e as Idéias de um Moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_ **A Micro-História e Outros Ensaio**s. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.

\_\_\_\_\_ **O Fio e os Rastros: Verdadeiro, Falso, Fictício.** Tradução Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_ **Os Andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII.** Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_ **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** Tradução Frederico Carotti. São Paulo. Companhia das Letras, 1989 a.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “VAINFAS, Ronaldo: Os protagonistas anônimos da história: micro-história”. Rio de Janeiro: Campus, 2002, 115pp. In. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 317-318 – 2003.

GURIÊVITCH, Aaron, **A síntese Histórica e a Escola dos Anais.** Coleção Estudos. São Paulo. Perspectiva, 2003.

HARTOG, François. **O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges.** Tradução Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 2003.

HEINICH, Nathalie. **A sociologia de Norbert Elias.** Tradução Viviane Ribeiro. Bauru – SP. EDUSC, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **Leopold Von Ranke.** São Paulo. Ática, 1979.

JOCABENEAU, Jeanine. In. **A Historiografia.** EDUSC. 1998.

KOCKA, Jürgen. **História Social y Consciencia Histórica.** Trad. Elisa Chuliá. Marcial Pons, Ediciones de Historia, S.A. San Sotero, 6 – 28037, Madrid.

LIMA, Andrew Guilherme Okamura. **Lucien Febvre e a Europa: as fronteiras da história.** UNESP/ASSIS. 2010. Dissertação de Mestrado.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história.** Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2011.

MALATIAN, T. M. **A biografia e a história.** *Cadernos CEDEM.* Marília-SP: CEDEM, vol. 1, n. 1, p. 16-31, 2008.

MALERBA, Jurandir (org). **A História Escrita: teoria e história da historiografia.** São Paulo. Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_ **Ensaio: teoria, história e ciências sociais.** Londrina. Eduel, 2011.

\_\_\_\_\_ **Em busca de um conceito de historiografia: elementos para uma discussão.** 2002.

MARTIN, Guy Herve e GUY, Bourd . **Escolas Historiográficas.** 2ª Ed Mem Martins: Europa-América, 2003.

MATTOSO, José. **A escrita da história: teoria e métodos.** Lisboa. Editorial Estampa, 1988.

MENDES, J. A. **O contributo da biografia para estudos das elites locais: alguns exemplos.** *Análise Social.* Lisboa, Portugal: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXVII, p. 357-365, 1992.

MONTAGNER, M. A. *Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana.* In. *Sociologias.* Porto Alegre: ano 9, n. 17, p. 240-265, jan/jun. 2007.

POPPER, Karl R. **A miséria do historicismo,** Aliança, Madri, 2002.

PRIORE, Mary Del. “Biografia: Quando um indivíduo encontra a História”. In. **Topoi**, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 7-16.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inova o em história.** São Paulo. Paz e Terra, 2000.

REVEL, Jacques. **História e Historiografia: exercícios críticos.** Tradu o de Carmem Lúcia Druciak. Curitiba. Ed. UFPR. 2010.

SANT’ANNA. Luiz Alberto Sciamarella. **A história do mental em Lucien Febvre: uma complexidade reflexiva.** UNESP/Assis.2009.Tese de Doutorado.

SANTOS, Maria Siqueira. “A percep o do outro: a no o de historiografia em teses de cursos de letras”. In. **ANAIS DO SETA**, Número 4, 2010. P. 754 – 768.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da Historiografia.** Bauru, São Paulo: EDUSC.

SIMIAND, François. **Método histórico e ciência social.** Tradu o José Leonardo do Nascimento. Bauru – SP. EDUSC, 2003.

T TARTI, Philippe. **Pequena História dos Historiadores.** Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

THEML, Neyde. BUSTAMANTE, Regina. “História Comparada – olhares plurais”. In. **Revista de História Comparada.** Volume 01, n  01, Junho/2007.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história.** Rio de Janeiro. Campus, 2002.